

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Gastón Ernesto Passi Livacic**

**UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO BUROCRÁTICO-  
AUTORITÁRIO: COMPARANDO A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E  
CHILENA**

Santa Maria, RS.  
2016



**Gastón Ernesto Passi Livacic**

**UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO:  
COMPARANDO A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E CHILENA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Martines Belieiro Júnior

Santa Maria, RS.  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Livacic, Gastón Ernesto Passi

Uma revisão crítica sobre o estado burocrático-autoritário: comparando a experiência brasileira e chilena. / Gastón Ernesto Passi Livacic.-2016.  
128 p.; 30cm

Orientador: José Carlos Martines Belieiro Júnior  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2016

1. Estado burocrático-autoritário 2. Chile 3. Brasil  
4. Estruturação econômica acumulativa 5. Lugar de desenvolvimento comum I. Belieiro Júnior, José Carlos Martines II. Título.

---

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Gastón Ernesto Passi Livacic. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: gaston\_pl86@hotmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

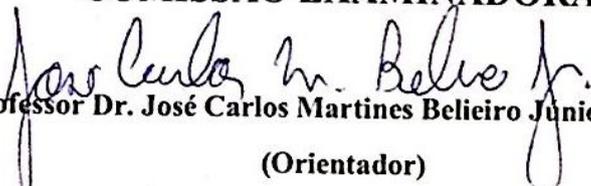
**UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO  
BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: COMPARANDO A  
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E CHILENA**

Elaborada por

**Gastón Ernesto Passi Livacic**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Ciências Sociais

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
Professor Dr. José Carlos Martines Belieiro Junior (UFSM)  
(Orientador)

  
Professor Dr. Cleber Ori Cuti Martins (UFSM)

  
Professor Dr. Eduardo Lopes Cabral Maia (UFSM)  
(Presidente)

  
Professora Dra. Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Santa Maria, 31 de março de 2016



## RESUMO

### UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: COMPARANDO A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E CHILENA

AUTOR: Gastón Ernesto Passi Livacic  
ORIENTADOR: Prof. Dr. José Carlos Martines Belieiro Júnior

O presente trabalho procura propor uma discussão acerca dos elementos centrais da teoria de Estado burocrático-autoritário do cientista político argentino Guillermo O'Donnell. Analisando as interpretações econômicas e políticas que permeiam sua linha de pensamento e as decorrentes implicâncias nas relações de poder causadas pelo enfoque de estruturação econômica. Os casos históricos atravessados por esta espécie de dominação serão examinados, no global, através dos conceitos e correlações que permitem a direção para as formas burocrático-autoritárias, do mesmo modo, os padrões pós-golpes, que permitem ponderar a dinâmica de poder comparada de tais tipos. Em particular, comparando de forma desagregada os padrões estabelecidos nas experiências de Chile e do Brasil. O eixo nodal da presente pesquisa procura re-significar a trajetória política, econômica e institucional explicitada na teoria do Estado burocrático-autoritário refletindo sobre os tipos de conflitos suscitados neste tipo de dominação assim como discutir, fundamentalmente, o lugar de desenvolvimento comum derivado da estruturação econômica acumulativa proposta pelo autor.

**Palavras-chave:** Estado burocrático-autoritário. Chile. Brasil. Estruturação econômica acumulativa. Lugar de desenvolvimento comum.



## ABSTRACT

### A CRITICAL REVIEW ON THE BUREAUCRATIC – AUTHORITARIAN STATE: COMPARING THE BRAZILIAN AND CHILEAN EXPERIENCE

AUTHOR: Gastón Ernesto Passi Livacic  
ADVISOR: Prof. Dr. José Carlos Martines Belieiro Júnior

This paper aims to propose a discussion about the core elements of bureaucratic-authoritarian state theory of the Argentine political scientist Guillermo O'Donnell. Analyzing the economic and political interpretations that permeate their way of thinking and the resulting implications in power relations caused by the economic structuring approach. The historical cases traversed by this kind of rule will be examined, overall, through the concepts and correlations, which allow the direction for the bureaucratic - authoritative forms, likewise the post-stroke standards to allow consideration of the dynamic power compared to such types. In particular, comparing disaggregated standards set in the experiences of Brazil and Chile. The nodal axis of this research seeks to reframe the political, economic and institutional trajectory explained by the theory of bureaucratic-authoritarian state reflecting on the types of conflicts arising in this type of domination as well as discussing fundamentally the place of common development derived from the economic structure accumulative proposed by the author.

**Key words:** The bureaucratic. Authoritarian state. Chile. Brazil. Economic structure accumulative. Place of common development.



## LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

DSN	– Doutrina de Segurança Nacional
EBA	– Estado Burocrático Autoritário
ESG	– Escola Superior de Guerra
ETs	– Empresas Transnacionais
FF. AA	– Forças Armadas
FMI	– Fundo Monetário Internacional
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISI	– Industrialização de Substituição de Importações
JK	– Juscelino Kubistchek
MIR	– Movimento Izquierda Revolucionaria
ONU	– Organismo Nações Unidas
PDC	– Partido da Democracia Cristiana
PIB	– Produto Interno Bruto
PN	– Partido Nacional
PSD	– Partido Social Democrático
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	– União Democrata Nacional
UP	– Unidad Popular



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA DO ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: ETAPAS HISTÓRICAS.....</b>	<b>17</b>
1.1	SOBRE A RUPTURA DO MODELO POLÍTICO.....	17
1.2	CEPAL – TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	18
1.3	ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: UMA INTERPRETAÇÃO INTERMEDIÁRIA.....	21
1.4	UMA VISÃO ALTERNATIVA DA MODERNIDADE.....	25
<b>2</b>	<b>ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO.....</b>	<b>35</b>
2.1	CONDICIONAMENTOS ESTRUTURAIS DE UM ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO.....	37
2.2	ETAPAS DE UM ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO.....	42
2.3	ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	45
2.4	AUTORITARISMO LATINO-AMERICANO VERSUS ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO.....	46
2.5	DIFERENÇAS COM OUTRAS ESPÉCIES DE AUTORITARISMO.....	48
2.6	O PACTO GOLPISTA.....	51
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS RUPTURAS DEMOCRÁTICAS DO CHILE E DO BRASIL.....</b>	<b>55</b>
3.1	SISTEMA POLÍTICO CHILENO.....	55
3.2	SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	61
3.3	AS CORRESPONDÊNCIA ESTRUTURAIS DOS GOVERNOS DE SALVADOR ALLENDE E JOÃO GOULART.....	64
3.4	FORÇAS ARMADAS E SUA INTROMISSÃO NO PROCESSO POLÍTICO CHILENO.....	73
3.5	FORÇAS ARMADAS E SUA INTROMISSÃO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO.....	78
3.6	ANÁLISE COMPARADO DAS QUEDAS DEMOCRÁTICAS.....	82
<b>4</b>	<b>SOBRE O AUTORITARISMO LATINO-AMERICANO: DA REPRESSÃO À PROCURA POR MECANISMOS DE LEGITIMIDADE.....</b>	<b>87</b>
4.1	CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA DOMINAÇÃO DO ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO.....	88
4.2	ETAPAS E CARACTERIZAÇÃO COMPARATIVA DO AUTORITARISMO-BUROCRÁTICO.....	92
4.3	DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	96
4.4	FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DOS AUTORITARISMOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O CASO CHILENO E BRASILEIRO.....	98
4.5	ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO HISTÓRICA.....	100
4.6	LEGITIMAÇÃO LEGAL.....	103
4.7	LEGITIMAÇÃO ECONÔMICA.....	107
<b>5</b>	<b>EM BUSCA DESSE LUGAR COMUM.....</b>	<b>113</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>125</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura propor uma discussão acerca dos elementos centrais da teoria de Estado burocrático-autoritário do cientista político argentino Guillermo O'Donnell. Os livros deste autor que versam sobre esse tipo de análise incorrem na hipótese de um certo tipo de padrão de desenvolvimento econômico para os países mais modernizados da América Latina. Um padrão que parece estar em concomitância com a instauração de regimes de dominação autoritários sem precedentes na região e em outras zonas periféricas do mundo.

O périplo para formas autoritárias de poder é concebido no arcabouço teórico de Guillermo O'Donnell como a única plataforma possível para a continuidade e expansão de um tipo de capitalismo periférico cuja sequência acumulativa estrutura o *aprofundamento* da matriz socioeconômica nos países estudados pelo autor. De tal tese, interfere-se que a senda estrutural das economias atravessadas por esse tipo de dominação autoritária como, por exemplo, o Brasil em 1964, a Argentina em 1966, o Chile 1973, o Uruguai em 1973 e, novamente, a Argentina em 1976, assentariam as bases que determinaram um *lugar comum* de desenvolvimento para tais casos. Esse *estágio de desenvolvimento comum* os diferenciaria do conjunto de outros países periféricos da América do Sul do mesmo modo que do desenvolvimento dos países hegemônicos.

As correspondências estruturais articuladas na teoria do Estado burocrático-autoritário se estabelecem por meio da construção de certos padrões comuns que incidem tanto na ruptura do tipo de dominação prévio ao advento autoritário quanto nos padrões pós-golpes. Padrões esses que parecem influenciar na senda da consolidação de um Estado burocrático-autoritário.

A partir de tal contexto teórico, o eixo nodal da proposta investigativa presente neste trabalho terá por escopo comparar os padrões de direção assim como os referentes à unidade de análise do fenômeno Estado burocrático-autoritário. Assim, a função da análise comparativa emana da preocupação de identificar, por meio dessa linha de raciocínio, as diversas rotas possíveis de constituição dessa ordem de Estado.

Nesse sentido, com a consideração de que existem Estados burocrático-autoritários, em que alguns conseguem se consolidar e outros não, cabe o questionamento: é possível ainda assim caracterizá-los como fenômenos de uma mesma espécie? Nos casos em que não houve nenhum tipo de *aprofundamento* econômico, torna-se possível distinguir um Estado, perante critérios previamente assinalados, da mesma forma que se consegue distinguir aquele Estado consolidado em uma ordem burocrática -autoritária? Em outros termos, se as

correspondências entre os padrões pós-golpes e as estratégias de desenvolvimento adotadas por tais experiências históricas forem desconsideradas, tais trajetórias inauguram ainda assim uma nova fase de desenvolvimento comum?

“Uma Revisão Crítica sobre o Estado burocrático-autoritário”, título deste trabalho, surge em virtude da carência teórica sobre as diferentes estratégias de desenvolvimento e a possibilidade de um único e exclusivo caminho de *consolidação*. Por isso, com base nas formulações sobre as regularidades empíricas arquitetadas na teoria do Estado burocrático-autoritário, se pretende comparar o que, à primeira vista, parecem ser as experiências de desenvolvimento econômicas mais opostas: o que corresponde ao contexto chileno e brasileiro.

A desestatização da economia chilena, termo emprestado das reflexões de Fernando Henrique Cardoso, e a consolidação do Estado burocrático-autoritário, de acordo com as análises de Guillermo O’Donnell, demonstram a conjectura de projeção oposta em matéria de desenvolvimento econômico. Portanto, isso implica também teorizar sobre os propósitos esboçados na presente pesquisa, ou seja, duas trajetórias econômicas em uma mesma denominação conceitual. As reflexões elaboradas neste trabalho incorrem na hipótese de que os regimes autoritários são a correspondência de um certo tipo de ameaça que deve ser superada mas não, necessariamente, na correspondência de um itinerário comum de desenvolvimento. Consequentemente, em vista da estratégia de desenvolvimento adotada pelo autoritarismo chileno, torna-se difícil aceitar que o conflito político em um cenário de dominação autoritário esteja exclusivamente baseado na internacionalização/ nacionalização, sendo esta última a única fonte de legitimidade.

Então, surge a interrogação: como caracterizar tais exemplos históricos? Em primeiro lugar, impugnam-se os critérios que consideram que a única fonte de estabilidade seja determinada por elementos de classe. Nesse sentido, os elementos da competência política também devem ser ponderados como causas operantes tanto na ruptura como na reestruturação fundacional. A partir dessa perspectiva analítica, o campo de conflitos políticos estão relacionados também a um leque muito mais amplo que os economicistas. Como, por exemplo, é possível elencar os conflitos relacionados à fonte de *legitimidade* histórica, aos problemas que envolvem a democracia e ainda a adoção de alguns mecanismos associados à vida democrática, por exemplo, as eleições, entre tantas outras formas de conflitos que possam se suscitar.

O primeiro capítulo, *Caracterização Teórica do Estado Burocrático-Autoritário*, está organizado em função de uma tentativa de caracterizar, a grandes traços, as etapas históricas

nas quais se articulam os padrões de direção para o advento do Estado burocrático-autoritário. Em virtude das vicissitudes políticas decorrentes da estruturação econômica, o alvo da primeira parte desta seção propõe-se pesquisar as interpretações de cunho economicista, em que se baseia a teoria do Estado burocrático-autoritário, da Cepal e da teoria da Dependência.

Desta investigação, conclui-se que o périplo da estruturação econômica na América Latina inserida na teoria do Estado burocrático-autoritário constitui uma visão intermediária entre as duas interpretações, Cepal e Teoria da Dependência. A segunda parte do mesmo capítulo delinea-se, a partir do contexto de *alta modernidade*, o processo de concepção das variáveis correlacionadas (*normalização econômica – crise de dominação celular*) que determinaram a senda para os golpes de Estado. A *alta modernidade* foi um período no qual se sustentou a tese de que nas zonas periféricas mais modernizadas, ao contrário das potências hegemônicas, não se caminharia em concomitância com uma democracia política.

O segundo capítulo, *Estado burocrático-autoritário como Forma de Dominação*, avoca-se em abranger as etapas e os conflitos que estruturam a dinâmica de poder dentro de um contexto autoritário. Um exemplo possível são os padrões postulados e as suas incidências na senda da consolidação estabelecida pela teoria de Guillermo O'Donnell. Em outro momento de tal seção, os propósitos esboçados inserem na perspectiva de compreender as consequências políticas contraídas pela reestruturação fundacional, com ênfase no âmbito de um sentido global, e independe dos graus de consolidação. Nesse sentido, as grandes tendências encontradas na teoria relacionam-se à diferenciação que pode ser feita a partir das antigas e endógenas formas de dominação autoritárias na América Latina. E junto disso a distinção que existe em relação às experiências autoritárias contemporâneas (como o fascismo, por exemplo), entretanto, os Estados burocrático-autoritários não procuram se legitimar perante a mobilização das massas, ao invés, sendo um tipo de dominação que se impõe fundamentalmente pela sistematização da violência.

O terceiro capítulo, *Caracterização das Rupturas Democráticas de Chile e do Brasil*, deseja apresentar uma comparação das rupturas democráticas através de categorias secundárias, em específico, as que estabelecem vínculos com a estabilidade da competência política e, ainda, com a relação entre as Forças Armadas e o processo político. Em tal sentido, a caracterização do sistema político chileno e brasileiro, ademais da relação do processo político com as Forças Armadas, configura-se num outro tópico de comparação. O que resulta de uma análise dos últimos governos democráticos desses países, cujos presidentes eram Salvador Allende e João Goulart, respectivamente, e das possíveis correspondências

estruturais nessas administrações. O que se apresenta como um pressuposto geral delinea-se pela negação de que os fatores econômicos como as únicas fontes de estabilidade política, porque, em concomitância, há a vigência de outros elementos de estabilidade.

No quarto capítulo, *Sobre o Autoritarismo latino-americano: da Repressão à Procura por Mecanismos de Legitimidade*, numa primeira etapa, analisa-se as continuidades e rupturas entre uma categoria temporal e a outra, simultaneamente também se analisa e se caracteriza os padrões de mudanças pós-golpe. Em vista dos resultados parciais das variáveis correlacionadas neste tópico, em uma segunda parte do capítulo, compara-se a experiência chilena e brasileira por meio dos postulados inseridos na teoria sobre *Novos Autoritarismos*, de Carlos Huneeus. Contrariamente aos pressupostos originais da teoria do Estado burocrático-autoritário, o arcabouço teórico do cientista político chileno adere à tese de que os novos autoritarismos procuram se legitimar numa perspectiva mista: *histórica, institucional e socioeconômica*.

O último capítulo, *Em busca desse Lugar Comum*, se estabelece a partir da impossibilidade de concluir a reflexão deste trabalho por meio dos princípios mobilizados pela teoria do Estado burocrático-autoritário. Ou ainda a impossibilidade de determinar um tipo de estágio de desenvolvimento comum para os países comparados. O que coloca o desafio de tentar refletir sobre um caminho teórico que responda tal incógnita. Em síntese, mais que ser um estudo que mantenha viva a teoria dos regimes autoritários, o eixo nodal desta pesquisa configura-se pela tentativa de compreender o(s) rumo(s) que permitiram a emergência das nefastas consequências autoritárias.

# 1 CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA DO ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: ETAPAS HISTÓRICAS

## 1.1 SOBRE A RUPTURA DO MODELO POLÍTICO

As rupturas democráticas da década de 60 e 70 desembocaram numa nova realidade política, econômica e social na América Latina. Na construção teórica do cientista político argentino Guillermo O'Donnell, o EBA é uma abstração conceitual que tem por fundamento explicar a ruptura institucional das democracias em zonas periféricas, inicialmente, relacionado ao contexto do sul dos Estados Unidos<sup>1</sup>. O conceito estabelece os pilares constitutivos de uma nova dominação autoritária nesta região, cuja assunção emana a partir da definição de características histórico-estruturais, determinadas nesse processo por padrões comuns que regem o caminho para o período autoritário.

Esse enfoque estruturalista procura compreender as variáveis econômicas que determinam e estruturam a senda política na América Latina. Nesse sentido, os argumentos neste tipo de análise se constroem seguindo a lógica de que “as sociedades estariam determinadas por uma certa ordem social, econômica ou cultural que afeta as condutas e comportamento dos atores sociais e políticos ao longo do tempo” (CASTIGLIONI, FUENTES: 2015. p. 16). Como consequência, os cimentos teóricos da proposta de interpretação autoritária respondem, num primeiro momento, à identificação do percurso econômico na região e suas correspondências estruturais em relação ao regime político.

Segundo Guillermo O'Donnell, baseado na experiência histórica dos regimes políticos, não há uma correspondência necessária entre a estrutura socioeconômica e o tipo de regime político. Porém, “não cabe dúvida que o conhecimento de tal estrutura permite uma aproximação para o estudo e predição do regime político que exista em um momento e em um espaço historicamente dado” (O'DONNELL, 2011, p. 17). Sendo assim, neste primeiro capítulo, pretende-se caracterizar a estrutura socioeconômica dominante na América Latina e, também, as suas incidências no regime político.

O postulado por esse autor, no sentido socioeconômico, é associado ao estruturalismo econômico da Cepal e à teoria da Dependência. Desse modo, a direção rumo ao precipício autoritário assume formas dinâmicas em que os condicionamentos pressionam a estrutura

---

<sup>1</sup> No texto *Reflexões sobre os Padrões de Mudança no Estado burocrático-autoritário*, Guillermo O'Donnell, postula uma ampliação do campo analítico e histórico de tais regimes de governos, ou seja, ademais dos casos de Argentina, Brasil, Uruguai e o Chile amplia o conceito sobre os casos de Espanha, Grécia, Coreia do Sul, Indonésia e Filipinas entre outros casos (O'DONNELL, 2013: p. 136-145).

política de acordo com certas circunstâncias estruturais. As correspondências socioeconômicas dessas duas interpretações, conforme a formulação teórica em questão, não são excludentes, mas assumem uma coerência acumulativa envolvendo diversas formas de pressão à dimensão política.

Tais interpretações socioeconômicas, e suas conseqüentes correspondências com o regime político, são complementadas por uma dimensão alternativa da modernidade hegemônica do contexto em que aconteceram tais golpes de Estados na América Latina. Nesse processo, o desenvolvimento econômico latino-americano não tem um impacto adverso somente na matriz socioeconômica, porque tal crise acaba extrapolando às relações de poder assim como as regras do jogo político. As *estruturas normativas* são situadas em um contexto de industrialização tardio e periférico, em que a inflexão politológica abre o espaço teórico para a explicação de variáveis correlacionadas, referidas à imbricação de uma série de crises que, em forma conjunta, interatuam e incidem na queda das democracias dos países atingidos.

Nesse sentido, a concatenação de crises, derivadas das tensões da matriz socioeconômica, proporciona um novo paradigma teórico-analítico para discutir e refletir sobre certas regularidades empíricas na América Latina. Por tais motivos, antes de começar a caracterizar os conteúdos teóricos inseridos na teoria do EBA, torna-se necessário refletir, brevemente, sobre as interpretações socioeconômicas nas que se funda tal conceito. Ou seja, considerações que abrangem o Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e a Teoria da Dependência, pois, além do vínculo entre elas na explicação do Estado burocrático-autoritário, é possível identificar parte da plataforma teórica na qual se sustenta Guillermo O'Donnell para explicar não só as dinâmicas de mudança política na região, como também, os condicionamentos do rumo que segue a modernidade latino-americana.

## 1.2 CEPAL – TEORIA DA DEPENDÊNCIA

O processo de configuração industrial iniciado na década de 30 na América Latina, ademais de condicionar notórias mudanças nas instituições da *ordem*, simultaneamente, afeta o modelo de produção regional, o que, portanto, indica as relações de poder na sociedade. Tais modificações foram atravessadas por uma estratégia nacional-desenvolvimentista<sup>2</sup> na

---

<sup>2</sup> “O crescimento da indústria, impulsionado pela drástica queda dos ingressos de exportação causada pela crise mundial de 1929, consolidou rapidamente um ritmo próprio[...]”, cujas conseqüências tinham por escopo

qual seu principal órgão promotor, a Cepal, esboça “uma crítica da lei da vantagem comparativa, estabeleceram assim os fundamentos econômicos de uma política de industrialização em que o Estado, sua burocracia pública e os capitalistas industriais desempenhavam um papel ativo” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 18).

A nova matriz produtiva substituiu o modelo extrativo de matérias primas herdados do período colonial e reproduzidos pelas incipientes Repúblicas latino-americanas. As tentativas de industrializar o mercado interno são promovidas em um contexto internacional considerado como um tipo de industrialização tardio em comparação ao périplo realizado pelos países já industrializados. A emergência e promoção das indústrias nacionais dos países latino-americanos alteraram a ordem tradicional dessas sociedades, de tal modo que as consequências soterraram as relações de poder do antigo regime, derrubado pelas narrativas da metrópole.

Em um primeiro momento, o processo de industrialização latino-americano visou, em seu desenvolvimento, romper com as velhas oligarquias e nexos que esta mantinha com capitais internacionais (exportação matérias primas), portanto, a senda promovida pela industrialização na região é concebida como uma tentativa de derrotar as antigas formas de dominação (nacionais e internacionais). Nesse contexto, as novas constelações de poder político ‘coalizações populistas’ se articulam e se concebem com as forças políticas capazes de liderar o próprio destino nacional, através da configuração de uma aliança nacional-desenvolvimentista. O itinerário político se baseou no fomento à indústria por meio da expansão gradual e horizontal deste modelo.

Tais fundamentos se orientaram em reduzir as assimetrias políticas, econômicas e sociais procedidas da relação comercial internacional cujo viés foi a emulação do caminho seguido pelas potências mundiais. Nesse novo modelo político e econômico, as estratégias nacionais-desenvolvimentistas, promovidas pela Cepal, argumentavam que:

Acreditavam que o desenvolvimento econômico era sinônimo de industrialização e deveria ser produto de uma estratégia nacional [...] a industrialização era uma condição para o crescimento porque o valor agregado per capita é maior nas indústrias de transformação, na medida em que elas exigem mão-de-obra mais qualificada do que agricultura e a mineração. Apesar das previsões de comércio internacional, o aumento da produtividade nos países centrais não apenas resultou em preços mais baixos, mas também em um aumento dos salários proporcional aos ganhos de produtividade. Mas, enquanto esse resultado estava assegurado nos países industrializados pelo movimento sindical, ele não conseguia se materializar nos países em desenvolvimento; daí, portanto a tese de que haveria uma tendência secular à deterioração dos termos de troca nos países em desenvolvimento, que

---

“isolar ao país de futuras crises internacionais, eliminar a dependência política e econômica” (O’DONNELL, 2011, p. 75).

somente seria compensada por uma estratégia de industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22).

Entre as consequências decorrentes do trânsito de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, os postulados da Cepal arguíam que as sociedades latino-americanas “não exibiam mais uma organização bipolar simples, baseadas em uma oligarquia dominante e uma massa rural, mas passava por um processo de diferenciação que estava dando origem a uma classe trabalhadora e uma nova classe dirigente” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 25).

A revolução capitalista latino-americana na linha de pensamento da Cepal protegeu e promoveu a criação de uma burguesia nacional e uma nova burocracia pública cujo horizonte se organizou na *industrialização para a substituição de importações*<sup>3</sup>. Ou seja, tratou-se de uma estratégia desenhada para diminuir as relações assimétricas no palco do intercâmbio comercial mundial. Segundo Bresser-Pereira, esse nacionalismo econômico “é a ideologia que legitima a formação do Estado-nação, exigindo governos nacionais para proteger o trabalho nacional, o capital nacional, e para assumir responsabilidade pelas decisões coletivas em lugar de se submeter a potências externas<sup>4</sup>” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 27).

Porém, a interpretação socioeconômicas da Cepal não foi a única que permeou os postulados do cientista político argentino Guillermo O’Donnell, simultaneamente, sua teoria foi atravessada também pelos postulados da Teoria da Dependência, especificamente a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto<sup>5</sup>. No entanto, cabe destacar que a interpretação da dependência nasce, em parte, como crítica às posições nacional-desenvolvimentista:

Enquanto a interpretação da Cepal assumia a possibilidade da existência de um burguesia nacional nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial na construção das nações latino-americanas e na liderança no desenvolvimento econômico, a teoria da dependência se caracterizava pela negação radical da possibilidade de existência dessa burguesia (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32).

Ambas as teorias, da Cepal e Teoria da Dependência, partem do princípio de uma posição assimétrica em torno de um eixo hegemônico. No entanto, os teóricos da Dependência estabeleceram que o atraso econômico dos países latino-americanos “não estava apenas na exploração de um centro imperial, mas também, e prioritariamente, na incapacidade das elites locais serem nacionais, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32). Por outro lado, outras críticas

---

<sup>3</sup> Expansão da produção industrial para abastecer um mercado doméstico suprido previamente por bens importados. (COLLIER, 1982: p. 157)

<sup>4</sup> O nacionalismo é um pré-requisito do desenvolvimento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 27).

<sup>5</sup> Em algumas passagens de seus postulados, particularmente no livro *Modernização e Autoritarismo*, Guillermo O’Donnell, afirma as coincidências analíticas com os teóricos da dependência (O’DONNELL, 2011, p. 79).

aludem que “a versão da Dependência associada afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização, tendo em vista que as multinacionais vinham investindo em fábricas na região desde os anos de 1950” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 33).

A expansão industrial na América Latina, desde o ponto de vista da interpretação da Dependência, foi instrumental e favorável para os capitais internacionais<sup>6</sup> em vista da expansão dos mercados internos. Independentemente dessas condições, emerge outra antípoda analítica: “enquanto a interpretação nacional-burguesa se concentrava na exploração das novas nações pelos países industrializados, a teoria da Dependência enfatizava a exploração das classes muito mais do que a exploração das nações” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 33). Nesse sentido, o trânsito da sociedade latifundiária para uma sociedade industrial, segundo os teóricos da Dependência, não foi mais que o pulo para uma outra forma de Dependência, porque “nos países latino-americanos não se contou com uma burguesia nacional, não lhes restou alternativa que senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 37)

### 1.3 ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO: UMA INTERPRETAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Os estudos de O'Donnell são uma explicação longitudinal do desenvolvimento econômico na América Latina, pois em sua classificação se objetivam as dinâmicas de poder na região a partir das primeiras tentativas de industrialização até a emergência dos Estados burocrático-autoritários. Entre os efeitos correlacionados à dimensão política, inicialmente, a transição para a industrialização latino-americana se movimenta, previamente à instauração do autoritarismo, em dois momentos políticos.

Entre os efeitos para a dimensão política, causados pelo processo industrial dos países latino-americanos, está a instauração do autoritarismo, algo que pode ser considerado a partir de dois momentos históricos. O primeiro deles, o populismo, o qual promoveu a ativação de

---

<sup>6</sup> As empresas multinacionais e os capitais financeiros internacionais não antagonizam o desenvolvimento industrial, mas estabeleceram condições perversas para ele, promovendo a concentração de renda da classe média para cima e estimulando o autoritarismo. No entanto, exigia, uma associação com as multinacionais, na medida em que a poupança externa (déficits de conta corrente financiado pelos investidores diretos das multinacionais e pelos empréstimos externos) seria o pré-requisito para o crescimento econômico na América Latina (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 33).

um setor popular urbano (*classe proletária e segmentos da classe média baixa*), porém, em um segundo momento do processo de modernização, resultado também das decorrentes transformações associadas, surgem setores sociais contrários às demandas políticas do setor popular amparados na bandeira da *exclusão* ou *desativação do mundo popular*. O autor por exclusão/desativação entende, em primeiro lugar:

Uma constante negativa do governo nacional a adotar políticas socioeconômicas que correspondem às preferências do setor popular urbano e às demandas formuladas por seus dirigentes. A exclusão, em segundo lugar, significa o fechamento a posições de poder político, desde as quais suas demandas poderiam ter um peso direto na formulação e colocação em prática de políticas socioeconômicas nacionais. Dada uma preexistência da ativação do setor popular, sua exclusão pode ser lograda principalmente mediante a coerção governamental e/ou mediante o fechamento de canais eleitorais de acesso político (O'DONNELL, 2011: p. 71-72).

Em termos políticos, a primeira etapa do desenvolvimento industrial latino-americano esteve dominada por um regime político incorporante<sup>7</sup>, controlado pela existência de uma coalização política populista<sup>8</sup>. Os líderes populistas “fomentaram a sindicalização dos trabalhadores permitindo consolidar sua popularidade com o apoio destes facilitando também o controle governamental sobre os segmentos recém incorporados ao setor popular” (O'DONNELL, 2011: p. 77). Portanto, em matérias sociais, a expansão da industrialização latino-americana foi controlada desde a cúspide da coalização política dominante<sup>9</sup>.

Os primórdios da industrialização latino-americana são caracterizados por sua lógica *horizontal* ou *extensiva*. Sob essa perspectiva analítica, seus problemas associados provocaram um limite na expansão do modelo produtivo se expressando, segundo O'Donnell, em uma *constelação de problemas*<sup>10</sup>. Em termos produtivos, “a horizontalidade do modelo só conseguiu-se preocupar com a satisfação da composição de demanda já

<sup>7</sup> É uma ampla categoria que inclui tanto situações nas que se trata de ativar politicamente ao setor urbano popular e de que este exerça um peso nas decisões públicas, como outras situações nas quais, sem que se produzam tentativas de exclusão e operação nem de incorporação, se aceita operar com os níveis existentes de ativação política e com o número de atores políticos. (O'DONNELL, 2011, p. 72-73)

<sup>8</sup> A formação dessa coalização política, segundo ele, estava formada por grupos relativamente novos apontando ao fato de que alguns dos membros da velha oligarquia reorientaram suas atividades comerciais para a produção do mercado interno. Nesse sentido eles participaram em, e se beneficiaram de, as novas políticas econômicas. Mas o fato mais importante é que em uma parte substancial desse setor, assim como das organizações que representavam, tendeu a manter dentro do marco de suas tradições econômicas e a expressar sua oposição aberta às políticas socioeconômicas populista (O'DONNELL, 2011, p. 75).

<sup>9</sup> O populismo se erige como forma de governo cuja essência relacional, conforme afirma Weffort (1980), se exerce sobre um duplo paradoxo: grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e massas que servem de suporte para um regime no qual são dominados.

<sup>10</sup> Constituída por dois aspectos parcialmente coincidentes: ‘problemas sociais salientes’ (aqueles que tendem a ocupar uma continuada atenção e preocupação dos atores politicamente ativados) e ‘estrangulamento ao desenvolvimento’ (aqueles que desde o ponto de vista do observador obstaculizam seriamente a possibilidade de futuro crescimento econômico). Isso segundo O'DONNELL (2011).

existente para bens de consumo final” (O’DONNELL,). Como decorrência disso, a exaustão do modelo econômico proporcionou na arena política uma forte deliberação em torno dos cimentos do modelo. “Desde finais da década de 1950, mais e mais ‘expertos’ coincidem em estimar que, para que se retome o crescimento econômico satisfatório, o mercado interno deve ser ‘limpado’ de produtores ‘marginais’” (O’DONNELL, 2011).

Em tal cenário de crise, os planos de estabilização econômica, assim com os criadores destes e suas bases de apoio, persuadiam pelo dismantelamento dos pilares indispensáveis na continuação da ISI. Em tais circunstâncias, reclamaram pelos seguintes eixos programáticos: eliminação de subsídios às empresas nacionais, postergação das demandas de cunho social, “eliminação de todas as restrições, e incluso a concessão de maiores vantagens às empresas que são de capitais mais intensivas, mais avançadas tecnologicamente e financeiramente mais poderosas” (O’DONNELL, 2011, p. 87). Manifestamente, tais medidas, além de romperem com os pilares fundamentais da industrialização latino-americana, estabeleciam também o fim ideológico de uma maior independência econômica, política e social<sup>11</sup>.

O fim do período horizontal colocou na cena política o debate político de como levar a cabo um processo de recuperação do crescimento econômico. Diante de tal cenário, as estruturas socioeconômicas precisavam de uma profunda reestruturação. Segundo O’Donnell (2011), o debate político em uma zona histórica intermediária<sup>12</sup> estabeleceu-se a partir de um conflito entre as seguintes propostas, enquanto método de superar a crise em questão: desnacionalização das economias nacionais (*capitalismo nacional sem capitalistas nacionais*) e políticas à esquerda do espectro político, sendo estas consideradas a partir da expropriação de capitais *de enclaves extrativos internacionais*<sup>13</sup>.

Como consequência, o esgotamento da primeira etapa de industrialização extensiva é pós-populista e pré-Estados burocrático-autoritários. Nesse interlúdio, a heterogeneidade de valores se torna manifesta em um período de crescente segmentação social. No plano social, por exemplo, “as demandas de consumo e de participação no poder político por parte do setor urbano popular pareceram a muitos setores como de impossível satisfação” (O’DONNELL, 2011, p. 89).

---

<sup>11</sup> O autor coloca o que é o racional, em termos econômicos, seria prejudicial em matérias sociais enquanto as maiores empresas marginais eram as nacionais, por tanto, afetaria ao aumento do desemprego e, ao mesmo tempo, no exponencial domínio das empresas internacionais dos mercados internos.

<sup>12</sup> Neste ponto, faz-se referência a uma zona histórica intermediária entre o fim do Populismo e a assunção do Estado burocrático-autoritário.

<sup>13</sup> Este ponto refere-se à nacionalização de empresas estrangeiras, taxaço do lucro sobre as remessas, entre outras.

O descontrolo das pautas sociais é a decorrência do fim da expansão de um modelo socioeconómico (ISI). Este último, promovido por coalizações populistas, tem seu ‘fim’ relacionado ao declínio também desse tipo de dominação política que, conforme o autor baseia-se sobre as interferências das condições objetivas da matriz socioeconómica, isto é, o estrangulamento do desenvolvimento. O fim desse ciclo fechou a possibilidade de um crescimento mais autónomo na região. O que, portanto, indica que as deliberações populistas não conseguiram superar as barreiras da dependência. Além da polarização política concernente ao debate da nacionalização e desnacionalização da matriz produtiva, “os períodos de expansão socioeconómica são acompanhados pelo crescimento da ativação política de mais atores formulando mais demandas” (O’DONNELL, 2011, p. 94). A expansão do processo produtivo, e sua conseqüente segmentação social, extrapolaram e permearam o resto da sociedade. Portanto, transformou-se em um cenário de crise económica, política, social e ideológica. Nesse cenário histórico, os interesses prolíferos e conflitantes condicionaram as pressões para golpes de Estados.

As sociedades latino-americanas são o resultado de uma industrialização tardia e dependente. Segundo o autor, essas características podem ser resumidas a partir da ideia de que, “embora a estrutura de produção seja diferenciada e complexa, também é desequilibrada e incompleta, no sentido que sua integração vertical é limitada, sobretudo, pela escassa produção interna de bens de capitais complexos e de tecnologia” (O’DONNELL, 1990, p. 37).

Essas características explicam as limitantes da estratégia nacional de desenvolvimento. Por um lado, a *horizontalidade* da estrutura socioeconómica na América Latina, *destinada à satisfação do consumo final*, paradoxalmente, incidiu em um processo de vastas importações<sup>14</sup>. Isso garantiu a cadeia produtiva existente, porém, em última instância, a engrenagem desta termina por condicionar seus limites. É, então, que nascem as variáveis que geram a *exaustão do modelo nacional-desenvolvimentista*<sup>15</sup>. Por outro lado, e

---

<sup>14</sup> Sobre as conseqüências em um processo de industrialização em um capitalismo dependente, “os avanços na produção interna de bens de capitais, a demanda de importação de equipes pesadas e a alta complexidade tecnológica continuou crescendo” (O’DONNELL, 2011: p. 79). In: C. Díaz Alejandro ‘On the Import Intensives of Import Substitution’, *Kyklos*.

<sup>15</sup> A dependência estrutural desses capitalisms foi marcada pelo desequilíbrios gerados em: 1) produz poucos bens de capital e da tecnologia que utiliza, 2) boa parte dos serviços de geração, transmissão e processamento de informação também não são produzidos localmente, 3) sua balança de pagamentos tende a ser negativa, embora possa ser positivo o saldo da sua balança comercial, 4) no máximo, conta com um embrião de um mercado interno de capitais, 5) a distribuição de recursos (não só económicos) é significativamente mais desigual que a dos capitalisms centrais, 6) apesar disto, a oferta de bens e serviços tende a imitar a daqueles, 7) boa parte das suas unidades económicas privadas de maior tamanho e taxa de crescimento são filiais de empresas transnacionais (O’DONNELL, 1990, p. 36-37).

diferentemente das estruturas socioeconômicas dos países centrais, o processo de industrialização horizontal na América Latina converteu a expansão dos mercados locais em centros de acumulação para os interesses estrangeiros. Além disso, o autor remata ao dizer que a integração vertical dessas economias, não confrontaram os mesmos problemas que as economias periféricas “porque as unidades neles originadas, atuantes em qualquer parte do mundo, fecham e decidem estrategicamente naqueles centros a sua acumulação de capital” (O’DONNELL, 1990, p. 37).

Como consequência, os limites da industrialização horizontal, no arcabouço teórico de Guillermo O’Donnell, em primeiro lugar, são produtos de variáveis exógenas. Nesse sentido, existiu o que se poderia chamar de uma *dependência estrutural* na tentativa de guiar uma senda mais autônoma no palco internacional. No plano interno, tais fatos provocaram a eclosão das alianças populistas existentes ao não conseguirem satisfazer a própria base de apoio (os setores populares). Por outro lado, a pressão para o *aprofundamento* da estrutura socioeconômica, e sua senda de transnacionalização, gerou a dispersão ideológica dos setores industriais *nacionais* assim como a subordinação destes a uma alta burguesia. Do interlúdio em questão:

Resultou uma produção (e uma sociedade) profundamente transnacionalizada, não se trata apenas de que muitos dos seus atores econômicos mais dinâmicos e rentáveis sejam filiais de ETs. O processo que levou a esta introjeção de capital transacional como produto direto em e para os mercados foi um fenômeno típico de recriação, destruição e subordinação do conjunto da sociedade, em vários sentidos. Em primeiro lugar, a inserção do capital transnacional na economia urbana, aproveitando os esforços industrializantes dos períodos populistas, deslocou a supremacia das atividades primárias exportadoras e as classes ligadas a eles. Em segundo lugar, provocou uma profunda recomposição da burguesia. O que ocorreu não foi uma captura da estrutura já vigente existente mas sim a criação *ex novo* de ramos e atividades industriais, comerciais e de serviços. Ante isso, boa parte da burguesia urbana preexistente –em sua esmagadora maioria nacional, no tocante à origem do seu capital e à localização dos seus centros de decisões- ficou limitada aos ramos mais tradicionais, de crescimento lento, menos intensivos em capital e tecnologia, e sujeitos a condições mais competitivas (O’DONNELL, 1990, p. 38).

#### 1.4 UMA VISÃO ALTERNATIVA DA MODERNIDADE

Os conflitos exercidos pela estrutura socioeconômica, em palavras de O’Donnell, são fortemente acompanhados de mudanças políticas na América Latina. Nesse sentido, a queda das experiências populistas é o primeiro sintoma de correspondências estruturais entre o modelo econômico e o tipo de regime institucional que governa as relações de poder no continente. Porém, o corolário da industrialização, considerado como o contato da região

com a modernidade, segundo o autor, não se adaptaria aos cânones dominantes e seguidos pelos centros hegemônicos.

Em termos teóricos, o interlúdio entre a exaustão do modelo nacional-desenvolvimentista e o processo político denominado pela promoção da internacionalização da economia são o enlace *acumulativo* para a transformação da revolução capitalista na América Latina. Nesse sentido, a aparição de um Estado burocrático-autoritário responde às impossibilidades pretéritas. Portanto, sua vigência emana da necessidade de rearticular as bases fundamentais da estrutura socioeconômica para a dominação de uma certa ordem econômica, política e social.

A regularidade interrompida impugna a ordem lineal de desenvolvimento econômico até então dominante referida à tendência dos países mais ricos serem democracias políticas em vista da excepcionalidade de se consolidarem nos países mais pobres. A partir dessa conjectura, e diante do maior desenvolvimento econômico de alguns dos países latino-americanos, questiona-se o pressuposto de que a expansão econômica caminha em correlação com o regime democrático. Em vista de tal antípoda, o politólogo argentino assume que a expansão econômica latino-americana cria e condiciona formas autoritárias de poder.

Por meio desse viés analítico, a estrutura teórica e metodológica construída por Guillermo O'Donnell rompe com o paradigma eurocêntrico da teoria da modernização. Isso porque, nos países periféricos e dependentes, pelo menos na América Latina, não há a reprodução linear do itinerário da modernização das potências centrais. Sendo assim, o constructo teórico de EBA transforma-se em uma inversão à teoria da modernização acumulativa de Gino Germani<sup>16</sup> para América Latina, simultaneamente, omite-se e supera-se a teoria da “equação otimista” de Seymour Lipset<sup>17</sup> (O'DONNELL, 2011, p. 18-20).

O processo de modernização latino-americana, ao invés dos países centrais, não conduz necessariamente à consolidação da democracia política. No entanto, entre seus processos decorrentes articula-se na sociedade uma tendência à pluralização política. À proporção que se moderniza o processo produtivo da região, as relações de poder alteram-se

---

<sup>16</sup> As etapas da modernização na América Latina são um esquema de descrição analítico na transição para o mundo moderno. Pensadas como um tipo ideal, Gino Germani menciona que embora “um ordenamento particular entre os processos componentes demore assim virá o advento total da transição” (GERMANI, 1969: p. 39). Porém, Guillermo O'Donnell diverge de tal tese ao assumir que o advento da modernização na América Latina cria e condiciona formas autoritárias de poder. Mas, seu modelo acumulativo se baseia, em grande parte no arcabouço teórico das etapas da modernização de Germani. De forma contrária ao seu colega, Gino Germani, os passos para a mudança estrutural na região seriam orquestrados nesta linha de pensamento através dos mecanismos coactivos do Estado,

<sup>17</sup> Os pressupostos teóricos da ‘equação otimista’ acham-se no livro de S. M. Lipset, intitulado *Political Man*, 1960. A conclusão geral persegue a tese de que o maior desenvolvimentismo socioeconômico é igual a uma maior probabilidade de democracia política.

em vista do que David Apter<sup>18</sup> chamou de “um processo consistente na penetração de roles e instituições originadas em e ao redor das atividades industriais nas sociedades econômicas mais avançadas” (O’DONNELL, 2011, p. 44-45).

Na panorâmica teórica da modernização, o interlúdio originado pela crise do nacional-desenvolvimentismo produz nos países periféricos um processo denominado de *alta modernidade*. Seguindo a lógica argumentativa de Guillermo O’Donnell (2011), essa zona da modernidade latino-americana põe em evidência uma concatenação de conflitos que, em decorrência da pluralização de atores sociais e instituições, compreende uma nova realidade de interesses. A segmentação valorativa da sociedade em um cenário político concomitante ao do declínio da etapa ‘fácil’ de industrialização foi fortemente penetrada por atores tecnocráticos, que são os que parecem ter um papel fundamental no futuro das sociedades latino-americanas.

Segundo Robert Kaufman (1982), o desafio que confrontaram os países da América do Sul não foi devido à transformação de economias agrárias em pré-industriais, pois o impulso inicial para a industrialização já estava a caminho por várias décadas quando esses governos emergiram em cena (Ibidem, p. 157). Nesse sentido, o conflito origina-se do contraste entre *regimes políticos incorporantes* que tiveram, entre outros fundamentos, a mobilização e ativação do setor popular em oposição às agendas programáticas promovidas pelos atores políticos. Estes visavam o *aprofundamento* do modelo, de modo a fomentar a alternativa de exclusão e, portanto, a desativação do setor social mediante tecnocratização do discurso político.

A retórica discursiva da *industrialização associada* consolida um modelo econômico específico, o que é, portanto, diferente dos países centrais. A consolidação do mercado interno foi fortemente estimulada por empresas transnacionais (ETs), as quais no seu período de expansão “se tornariam nas unidades econômicas mais dinâmicas desses países, muitas vezes, pagando os melhores salários da região” (RICUPERO, 2014: p. 97). Por outro lado, mas em correlação com os efeitos da dependência, “as indústrias que são mais intensivas em termos de capital e tecnologia se encontraram por cima das médias industriais nacionais na proporção de executivos altamente treinados, de engenheiros e técnicos e obreiros capacitados que empregam” (O’DONNELL, 2011, p. 60). A peculiaridade econômica, segundo o cientista político argentino, condicionou cenários tendentes à segregação social, perpetrando também o aumento da desigualdade na distribuição de renda.

---

<sup>18</sup> Reflexões obtidas pelo autor do livro *The Politics of Modernization*, D. Apter, 1965.

Por tais motivos, o EBA, segundo Guillermo O'Donnell (2011), surge de um processo de alta modernidade, ao mesmo tempo, “sugere que há assim não só uma *afinidade* entre o industrialismo avançando e o autoritarismo na América Latina como também, tomando emprestada uma frase de Max Weber, uma afinidade eletiva” (COLLIER, 1979, p. 37). Do processo de alta modernidade, o que é possível deduzir é a instauração de alguma “solução” autoritária de modernização latino-americana para os conflitos derivados da estrutura socioeconômica e dos efeitos colaterais no âmbito político e social.

O projeto fundacional da expansão capitalista latino-americana ao romper com as lógicas teóricas dominantes erige-se de um pacto político vertical, impossibilitando extrapolar o processo de modernização às bases sociais. Contudo, os conflitos originários do processo de modernização na região versam e são expressos sobre dois pilares fundamentais, ambos ancorados na rearticulação Estado/Sociedade. Primeiramente, a etapa fundacional visou pela recuperação da agenda econômica. Em segundo lugar, no itinerário político, articulado no princípio da recuperação da dominação, fundou-se em uma crise de autoridade/hegemonia. No bojo de tal reflexão, insere-se o que é para Guillermo O'Donnell (2011) a principal causa da crise econômica, caracterizada da seguinte forma:

As profundas crises em que desembocaram as economias desses países foram devidas ao “esgotamento” das etapas “fáceis” da industrialização, ou seja, o fim do crescimento industrial extensivo, ‘horizontal’ baseado na substituição de importação de bens de consumo final. Paradoxalmente, a substituição de importações resultou ser uma atividade de importação sumamente intensiva. A industrialização horizontal coincidiu com erráticos preços internacionais para os bens de exportação, agravados pela pobre produtividade dos setores exportadores. Se também se adiciona as crescentes necessidades de importação de matérias primas, de insumos intermédios e de bens de capital para manter a expandida industrialização, é fácil compreender como estes fatores levaram à crise na balança de pagos internacionais. (Ibidem, p. 78-79).

Nesse cenário, a crise na balança de pagamento, os altos índices inflacionários, a concentração da renda e a produção industrial inclinada ao mercado de luxo impediram, entre outros fatores, a senda do “aprofundamento” da industrialização. Ou seja, uma industrialização em declínio por seus nefastos resultados em termos de eficiência na leitura dos atores com maior preponderância no sistema. Paralelamente, a incorporação de grandes massas nos mercados criou expectativas de consumo modeladas pelas economias mais avançadas. Por isso, “os mercados latino-americanos foram dependendo mais e mais da transferência de capitais e tecnologias à medida da crescente penetração dos tecnocratas, o que aumentou as vinculações de dependência com o capital estrangeiro.” (O'DONNELL, 2011, p. 80).

A estagnação econômica derivada do fim da fase “fácil” do modelo econômico “*para dentro*” termina por condicionar cenários de crescente polarização devido à disposição heterogênea assignada aos recursos escassos na cena político-econômica. Ao mesmo tempo, há a incorporação de tecnologias mais sofisticadas pelas empresas multinacionais e os questionamentos ao rendimento das empresas de capitais nacionais são, em última instância, os elementos catalisadores de interesses políticos irreconciliáveis.

Os especialistas nos planos de estabilização econômica intercederam pela racionalização dos recursos econômicos promovendo um marco político nas empresas mais eficazes da economia, com frequência empresas multinacionais, particularmente, as norte-americanas. A resistência das indústrias nacionais, a contenção política dos partidos com forte base eleitoral nos movimentos nacionais populares e a resistência dos mesmos grupos organizados em sindicatos, e outras formas associativas, atuaram como muralha de contenção em relação às antigas conquistas nestas matérias realizadas pelo estilo de dominação populista.

Qual é a ingerência tecnocrática no processo de alta modernidade? E que papéis assumem nessas conjunturas? E os efeitos deles no sistema político? Segundo o cientista político argentino, as sociedades mais modernas ao mesmo tempo em que se ressaltam pela diferenciação social como um efeito correlacionado ao processo político-econômico iniciado na década de 30, incluem também uma maior penetração e incidência dos tecnocratas na arena política nacional.

Esses novos atores sociais, produtos da complexidade socioeconômica e das novas necessidades técnicas de gestão no mundo público e privado, causadas pela etapa da alta modernidade, surgem indispensavelmente e concomitantemente em relação à organização, coordenação, planejamento estratégico e controle dos recursos, principalmente, os econômicos. Tais funções são categorizadas por O'Donnell como “roles tecnocráticos” que dizem respeito aos diversos papéis e funções derivados dos avanços da modernização.

No Modelo de “roles”, a capacitação de técnicas de especialização sobre determinada matéria são só um requisito, entretanto, dependem dos contextos sociais e instituições, “sua maior densidade e amplitude permite a emergência de uma ampla rede de instituições e meios de comunicação dentro e através dos setores que penetram mais densamente para vastos setores sociais” (O'DONNELL, 2011, p. 106). Destacam-se, principalmente, as Forças Armadas e as áreas que versam sobre as decisões econômicas e financeiras. Técnicas específicas, incorporadas das especializações em cursos de pós-graduação, principalmente no

exterior, mudam as racionalidades das instituições, assim como as formas de socialização e a percepção perante os contextos sociais:

Os aspectos afetivos e emocionais dos problemas carecem de sentido, as ambiguidades da negociação e do *quefazer* político são obstáculos para as decisões racionais, o conflito *per se* é disfuncional, o que é bom é “eficiente”, e resultados eficientes são os indicadores que podem ser facilmente quantificados e medidos, o resto é “ruído” que um tomador de decisões “racional” deve eliminar das prioridades (O’DONNELL, 2011, p. 106).

‘Nessa perspectiva, os “roles tecnocráticos” compartilham uma série de elementos em comum: estudos ou carreiras, campos de ação e *desenvolvimento de “linguagens “comuns ou técnicos*. A crescente diferenciação de campos sociais produto da alta modernidade, segundo o politólogo argentino, proporciona setores da sociedade *densamente penetrados*<sup>19</sup>, coesos em campos de participação em comum, áreas de desenvolvimento profissionais, conseqüentemente técnicas (e racionalização), derivadas das áreas de conhecimento, ferramentas que, em última instância, foram destinadas à construção de um projeto de país (rearticulação Estado/Sociedade).

Segundo Guillermo O’Donnell (2011), nos espaços temporais atravessados por processos de alta modernidade, precisamente antes de gestação dos EBA, surgem situações políticas denominadas como ‘pretorianismo de massas’. De modo sucinto, a terminologia utilizada pelo cientista político norte-americano, Samuel Huntington, é expressada para diagnosticar o estado da estabilidade política, a qual:

Depende do quociente de institucionalização sobre participação. À medida que aumenta a participação política, a complexidade, autonomia, adaptabilidade e coerência das instituições políticas da sociedade devem também aumentar, para que a estabilidade política possa ser mantida. (HUNTINGTON: 1975, p. 93).

Conforme a segmentação das sociedades de alta modernidade, “os tecnocratas se distanciam e se organizam em formas orgânicas. Mas, em condições de alta modernidade que têm derivado em pretorianismo de massa, é provável que se formem coalizações golpistas” (O’DONNELL, 2011, p. 109). Nesse sentido, os tecnocratas encarregados da normalização da economia tiveram por escopo:

Despolitizar o tratamento de questões sociais, submetendo-o àquilo que se qualifica como critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica. Esta é a contrapartida da proibição de invocar questões de justiça substantiva ligada ao popular ou classe,

<sup>19</sup> Os processos da especialização em alta modernidade também atravessam instituições públicas, entre elas, as Forças Armadas, pois os altos escalões desta instituição também se especializam no exterior, não esquecendo o contexto de Guerra Fria e a especialização nas instituições da Escola das Américas. Um desses efeitos foi a participação conjunta das Forças Armadas na ruptura democrática na linha de comando hierárquico.

que aparecem introduzindo “irracionalidades” com relação à normalização econômica e aos mecanismos de acumulação de capital (O'DONNELL, 1990, p. 61).

Retornando ao segundo pilar constitutivo de um EBA - a recuperação do domínio da agenda econômica e manutenção do capitalismo *mediante as garantias coativas do Estado* - , surge perante um contexto de concatenação de crises (econômica, política, entre outras). Consequências do esgotamento da industrialização da década de 30 e do Estado de Compromisso, a negação da política que se impõe como o projeto de recuperação do domínio do Estado.

Num cenário de desborde institucional, a dominação coativa do Estado calibra-se para “*a negação da política*”, ou seja, o desprezo pelo consenso à liberdade, à cooperação e à competência democrática mediante a violação sistemática dos direitos humanos, difundindo o pânico e o terror na sociedade. Sem a recuperação da dominação social, a continuidade das relações capitalistas foram atravessadas por fenômenos de indisciplina trabalhista e situações contestatórias na agenda sistêmica do período, carregada com pautas de conteúdos populistas e reivindicações de mesma índole, sintomas catalogados como uma ameaça à ordem vigente.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender as funções do Estado para a continuidade do sistema capitalista que propõe Guillermo O'Donnell (1990):

Embora a relação social capitalista apareça ante a consciência ordinária como puramente econômica, um exame mais atento mostra que também está constituído por outros aspectos. Um deles é a garantia coativa que contém esta relação para sua vigência e reprodução. O Estado é o aspecto que põe essa garantia. Mas embora, essa garantia coativa seja fundamental, o Estado não é só isso. Também é o organizador das relações capitalistas, no sentido que tende a articular e acolhoar as relações de classes e emprestar elementos cruciais para a reprodução habitual dessas relações (Ibidem, p. 25).

Por tais motivos, a normalização da economia do EBA como um tipo específico de capitalismo não pode deixar de ser interpretado sem o processo de reestruturação por via autoritária, pois as transformações e inclusão dos tecnocratas estão interligadas às instituições monopolizadoras das armas. Nessa senda, das técnicas de especialização, emergem duas racionalidades ‘roles tecnocráticos’: os primeiros versaram sobre a *normalização* da economia; enquanto os segundos ancoram-se na instauração da ordem e na eliminação dos *inimigos internos*.

Desse modo, uma análise sobre a rearticulação Estado/sociedade sem um devido encadeamento com o poder autoritário, sob a perspectiva analítica dos EBA, torna-se um reducionismo da teoria de alta modernidade. O'Donnell trabalha, assim, com duas categorias

temporais para a compreensão dos golpes de Estado sob a perspectiva de compreender o *choque* de modernidade na América Latina e/ou a “afinidade eletiva” entre Forças Armadas e Tecnocracia.

A primeira delas diz respeito aos regimes populistas, regimes de caráter inclusivos conformados por uma aliança multiclassial, sendo sua antípoda, o EBA, este último de caráter excludente, “enquanto se reduz ou posterga indefinidamente ao setor popular à participação econômica” (O’DONNELL, 2003, p. 13). Na primeira delas, através de duas racionalidades hegemônicas: a econômica, cujo fim foi a recuperação e *normalização* dela, aliada à racionalidade “messiânica” de recompor à ordem, ambas racionalidades subalternas ao capital econômico dos oligopólios das potências centrais.

A proposta teórica do cientista político argentino submete o processo de transformação democracia/autoritarismo à categoria de ameaça, sendo uma variável explorada também pelos estudiosos da Doutrina de Segurança Nacional, do inimigo interno. Variável crucial identificada por O’Donnell como condicionante para o desenvolvimento do Estado burocrático-autoritário é o nível de ameaça ao ordenamento socioeconômico que se gera na crise prévia ao golpe.

Incorrendo para tais efeitos, na primeira categoria temporal, o nível de *ameaça percebida* discorre sobre a referência da *afinidade eletiva* entre um padrão socioeconômico e um tipo de autoritarismo específico. Em princípio, a crise do primeiro (padrão socioeconômico) implicaria numa crise política ou de hegemonia estatal, dando passo assim à formação de uma aliança golpista entre as altas esferas burocráticas.

Em vista das características particulares do modelo econômico dependente dos países mais desenvolvidos na América Latina, as falências das economias regionais se centram em uma assimetria em torno do processo de acumulação em relação às potências centrais. Nesse sentido, o cientista político argentino afirma: “primeiro, o comportamento de alguns indicadores, que aludem a certas regularidades, definem uma situação “satisfatória” ou “salutar” da economia, enquanto assinalam que aquele padrão de acumulação está sendo reproduzido com escassos impedimentos” (O’DONNELL, 1990, p. 42).

Sobre a caracterização dada para a normalidade/satisfação em vista da avaliação daqueles atores que são dominantes, e formulando as condições necessárias desde uma perspectiva negativa, são definidas do seguinte modo:

Em uma situação negativa anormal ou insatisfatória rege qualquer uma das seguintes condições: 1) os capitalistas não obtêm uma taxa de acumulação que considerem satisfatória; 2) embora a realizem, não se converte em investimentos

que gerem um crescimento razoavelmente alto e contínuo da economia; 3) embora isso ocorra, os atores consideram que a situação futura seria desfavorável ou, simplesmente, não podem prevêê-la e, portanto, os comportamentos tenderão a ajustar-se a tal avaliação (O'DONNELL, 1990, p. 42-43).

Desse modo, o funcionamento normal da economia refere-se à avaliação dos agentes com maior peso econômico no que concerne ao plano conjuntural e à previsibilidade dos investimentos futuros. A não garantia da ordem econômica às expectativas de acumulação, surgem os relatos que tentam recuperar a capacidade de dominação do Estado.

Perante o risco da continuidade do capitalismo, devido à estagnação dos indicadores econômicos como veículo que obstaculiza os padrões de acumulação, agregam-se ao cenário político as crescentes reivindicações sociais, o que provoca temores sobre o funcionamento do modelo econômico. Isso resulta também em uma ameaça à previsibilidade da acumulação. Embora a crise seja manifestada inicialmente por causa de fatores econômicos, a ênfase política, principalmente no que concerne às demandas populares, é denominada como a crise fundamental, apesar de ser uma variável derivada da crise econômica.

Denominada como a *crise de dominação celular (ou social)* suas características são as seguintes:

Trata-se de uma crise do fundamento da sociedade das relações sociais que constituem as classes e suas formas de articulação. Isto é, trata-se do aparecimento de comportamentos e abstenções de classes subordinadas que já não se ajustam, regular e habitualmente, à reprodução das relações sociais centrais em uma sociedade *qua* capitalista. Rebelião, subversão, desordem, indisciplina trabalhista, são termos que qualificam situações nas quais aparece ameaçada a continuidade de práticas e atitudes consideradas “naturais” de classes e setores subordinados (O'DONNELL, 1990, p. 55).

Assim, é possível observar que a crise, para o período prévio às rupturas democráticas, inicialmente econômica (*com questionamentos à liquidação da ordem capitalista existente*), se extrapola com o passar do tempo em uma crise do Estado. Instituição que falha em garantir essa ordem, portanto, assume-se a deterioração da capacidade de coerção estatal que replica e invade o domínio da estabilidade política, sendo caracterizada por Guillermo O'Donnell (1990) como uma crise de hegemonia.

Quando o Estado não consegue se manter como o fiador das relações capitalistas diante do colapso dos indicadores econômicos, a tese do cientista político argentino versa sobre um deslocamento de crises, porque afirma que “a crise de dominação social e da hegemonia do Estado na sociedade são termos equivalentes” (O'DONNELL, 1990, p. 57).

A teoria do Estado burocrático-autoritário assume a ameaça à ordem vigente das relações sociais pré-estabelecidas; em essência, sua alteração ativa nas instituições das armas

à doutrina da segurança nacional. Doutrina que implica a “redefinição do papel dos exércitos latino-americanos à luz dos problemas referentes às [...] crises do Estado dos países mais desenvolvidos do Cone Sul” (ARRIAGADA; GARRETON, 1978. p, 149). Como consequência, o ponto de inflexão das FF. AA, amparados na doutrina de segurança nacional, discorre sobre a redefinição dos militares na vida política. O conteúdo da doutrina *legítima* o acionar dos militares na cena política no que se refere ao papel institucional na crise. Em termos gerais, se estabelece que:

A Doutrina de Segurança Nacional fornece às Forças Armadas uma concepção de se mesmas como as depositárias últimas do destino da nação, as garantes supremas da unidade nacional ameaçada, o baluarte por encima das divisões de grupos da sociedade civil e lhes fornece também um papel messiânico ativo e prático da salvação da nação ante a crise que ameaça com desintegrá-la (ARRIAGADA, GARRETON, 1978, p. 155).

A maioria das interpretações da Doutrina da Segurança Nacional argumenta que há a redefinição dos detentores da coação com o objetivo de erradicar o *inimigo interno*. Na linha interpretação do Estado burocrático-autoritário, isso pode ter relação com a ativação e descontrole popular, isto é, a existência de demandas políticas *regressivas* através de protestos, manifestações, entre outras possibilidades. Porém, as indisciplinas trabalhistas e a impugnação à ordem vigente devem ser contextualizadas em um cenário ideológico mundial de Guerra Fria. O risco da revolução cubana de 1959 se espalhar pelo continente, além do fracasso da Aliança pelo Progresso, radicaliza também as propostas dos movimentos sociais. Diante desse quadro, a contrainsurgencia dos mecanismos de segurança nacional também foi mobilizada em oposição aos movimentos revolucionários simpáticos ao regime cubano ou soviético.

Em conformidade com essa formulação, O'Donnell (2011) também afirma que a mutação das Formas Armadas, à primeira vista, se redefine em função da luta antirrevolucionária. No entanto, o autor identifica-se com as posturas que manifestam um papel global das Forças Armadas na incidência da vida política. Sendo um exemplo disso, sua proximidade com a definição formulada por Verónica Valdivia (2001), para quem:

A Segurança Nacional persegue a consecução de objetivos nacionais, acrescentando o poder nacional, nesse sentido, fica clara a relação entre segurança e desenvolvimento econômico, enquanto o poder de uma nação não compreende só as Forças Armadas senão ademais o potencial econômico, harmonia social e estabilidade política (Ibidem, p. 24).

## 2 ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO.

As pesquisas de Guillermo O'Donnell conduzem à compreensão da realidade autoritária latino-americana por meio da abstração teórica do Estado burocrático-autoritário. O fenômeno político de governos autoritários no continente não corresponde exclusivamente à definição de padrões comuns que assumem os governos não-democráticos do Brasil de 1964, da Argentina em 1966 e 1976, respectivamente, e aos golpes de Estados no Chile e no Uruguai, ambos, em 1973. Ao mesmo tempo, o EBA, obedece e se fundamenta em um tipo de mudança histórico-estrutural derivado do processo de alta modernidade, que, nos países aludidos, impacta sobre o modelo econômico assim como nas condições relacionais referidas ao regime político.

Em termos políticos, o trânsito determina-se desde uma matriz política incorporadora –*populismo*– para uma de caráter excludente – Estado burocrático-autoritário. Porém, apesar da sistematização dos aparatos coactivos do Estado, a principal correspondência estrutural entre uma categoria temporal e a outra decorre das tensões socioeconômicas que incidem na crise do modelo antecedente ao período autoritário. Sendo assim, a tendência analítica *acumulativa* de O'Donnell, em termos econômicos, se desprende da tese referida ao processo de *aprofundamento* da matriz socioeconômica impossibilitada e *ameaçada* no período prévio.

Nesse cenário teórico, se poderia etiquetar o processo do *aprofundamento* como a *fase final* do desenvolvimento latino-americano? Na mesma senda econômica, tais correspondências são pensadas sobre um determinismo uni-causal? Na aparência, ambas as perguntas poderiam ser respondidas afirmativamente. No entanto, o caminho reflexivo assumido e seu caráter unidimensional (econômico) podem conduzir a uma conjectura de um mesmo périplo em dita matéria. Portanto, isso fecharia as portas teóricas e empíricas para encontrar possíveis atalhos que incidam sobre o desígnio teórico de diferentes arquétipos de Estados burocrático-autoritários.

Para tal cometido, as seguintes reflexões têm por escopo indagar os principais conteúdos que compõem a natureza política de um Estado burocrático-autoritário, cuja estratégia de construção teórico-conceitual se esboçará a partir dos seguintes passos: uma breve síntese explicativa das tensões socioeconômicas que interferem no processo político dos países atravessados por experiências deste tipo. Os padrões econômicos que compõem os traços característicos desta dominação. As etapas que conformam o itinerário de um EBA assim como as contradições que devem ser enfrentadas.

Na lógica analítica desenvolvida pelo politólogo argentino, as estratégias apresentadas nos parágrafos anteriores são necessárias, mas insuficientes. Pois, uma das características distintivas na elaboração da teoria de Estados burocrático-autoritários versa sobre o nível de abstração das estruturalidades econômicas no percurso de modernização latino-americana. No entanto, diferentemente dos estruturalistas econômicos, tais análises são associadas às das decorrências políticas que suscitam consigo. Então, no prisma dessa linha de pensamento, são os determinismos políticos os que motivam o *êxito* ou o *fracasso* da evolução de um Estado burocrático- autoritário?

Independentemente do resultado ou da elucidação teórica sobre essa pergunta ressalva-se que a incidência e direção esgrimida na teoria reveste uma ênfase de notória predominância na estrutura econômica do processo. Apesar disso, e perante a *carência estrutural* em termos da Ciência Política, Guillermo O'Donnell encontra uma saída para tal déficit que, aqui neste trabalho, são denominadas de estruturalidades políticas como mecanismos de distinção interna e externa. A respeito de tais classificações, o autor procura correspondências estruturais que atravessam as duas grandes categorias temporais inseridas na teoria. Sobre a primeira delas - mecanismos de distinção interna-, está relacionado o pacto golpista pela coalização antidemocrática. Por outro lado, o rótulo de mecanismos de distinção externa discorre sobre os padrões específicos da dominação autoritária nas zonas industriais mais complexas da América Latina e, portanto, distinto de outras espécies autoritárias.

Contudo, a tipificação das estruturalidades políticas como mecanismos de distinção interna e externa não passam de um referencial classificatório, ou seja, suas construções elucidam-se a partir das implicações decorrentes entre uma correspondência socioeconômica encadeada a um *aprofundamento* autoritário - *afinidade eletiva*. As características estruturais pronunciam-se sobre *um tipo histórico de capitalismo*, portanto, o seu referencial classificatório esgrime formas estáticas nas correspondências políticas. Por meio desse prisma, não há permissão para incluir as diferenças dos países contemplados pela teoria do Estado burocrático-autoritário, em síntese, o que se considera é de natureza em um sentido global. Nesse sentido, e a modo de hipótese, as diferenciações do modelo teórico estariam determinadas e concomitantemente relacionadas à evolução e 'necessidades' requeridas no processo do *aprofundamento* econômico? Porém, sequencialmente ao nível de ameaça e/ou conforme a transformação fundacional?

## 2.1 CONDICIONAMENTOS ESTRUTURAIS DE UM ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO

A teoria política delineada pelo cientista político argentino Guillermo O'Donnell proclama, em primeiro lugar, descrever, analisar e teorizar sobre as tendências de mudança do desenvolvimento político na América Latina. Sobre essa dimensão teórica, consegue-se retratar “quais são os principais fatores de mudança, quem eram seus principais portadores ou agentes mais dinâmicos, e aonde se dirigiam” (O'DONNELL, 2003, p. 102). Seguindo os mesmos princípios, adiciona que “estas são teorias gerais de mudança em um duplo sentido: por um lado, cada explicação suficiente sobre sua incidência e direção, e pelo outro, o modelo postulado supostamente é aplicável à unidade de análise – o Estado-nação contemporâneo” (O'DONNELL, 2013, p. 102).

Sobre o processo de direcionamento do desenvolvimento político latino-americano, o autor ressalva a principal tese deste modelo teórico-conceitual, referente à instauração de modelos políticos autoritários únicos e característicos de lugares atrasados economicamente, referindo-se, inicialmente, ao Cone Sul de América. A partir da concepção e evolução de um tipo de capitalismo periférico, e das conseqüentes tensões e conflitos que trouxe consigo na estrutura política, emerge assim um processo de condicionamento gradual e instrumental às novas constelações de poder.

O resultado final se define a partir dos múltiplos fatores de hostilidade e divisão política e social, que são mencionados neste tipo de análise de *correspondência estrutural* entre o modelo econômico e uma forma autoritária de poder – Estado burocrático-autoritário. Segundo Guillermo O'Donnell, “isso deveria ocorrer independentemente do modo que se implemente e dos tipos de Estados que o precederam” (O'DONNELL, 2013, p. 137). Por conseguinte, a teoria promovida articula-se de certos padrões socioeconômicos ademais da promoção dos atores com maior preponderância econômica e política do processo, incluindo os seus interesses em jogo. Também leva-se em consideração a imposição de mecanismos de poder que garantem o presente e o futuro de um certo tipo de capitalismo, além do domínio dos setores mais dinâmicos de ditas sociedades.

As regularidades causais na estrutura socioeconômica, em palavras de Guillermo O'Donnell, num primeiro momento, emergem das tensões produzidas em uma agenda demarcada por um contexto de *alta modernidade*, época atravessada pela perda dos grandes consensos e a radicalização do debate político entre eixos programáticos de cunho *populista radical versus* as propostas mais austeras dos setores tecnocráticos. A crise econômica

derivada da *exaustão* da ISI e, conseqüentemente, o desbordamento das instituições políticas –*pretorianíssimo de massas*– proporcionaram às novas elites econômicas ‘tecnocratas’ e às Forças Armadas um papel fundamental na ruptura das incipientes democracias latino-americanas.

O papel da aliança golpista (FF. AA, Tecnocratas, burguesias internacionalizadas e Capitais Internacionais) é compreendido na medida de tarefas essenciais de cada um desses setores em vista da manutenção de um certo tipo de Estado, conseqüentemente, de uma certa ordem político-econômica. Os tecnocratas preocuparam-se em manter as bases macroeconômicas, cujo eixo nodal emana da eliminação das fontes de ameaças conjunturais além da estruturação de mecanismos que garantissem a *seguridade futura* dos investimentos. As Forças Armadas, entretanto, amparados na DSN, absorveram o papel de *normalizar* a ordem transbordada pelo *radicalismo popular* e pelas forças contrárias às relações econômicas do capitalismo construídas a partir da década de 30. Entre as dinâmicas de poder e *responsabilidades* de um Estado burocrático-autoritário:

Se necessita de um tempo para adquirir a credibilidade necessária para que possa começar um fluxo importante e prologando de investimentos e empréstimos privados estrangeiros de longo prazo e (2) que a quantidade de tempo disponível de cada regime está fundamentalmente condicionado pelo nível de ameaça prévio à sua instalação (O'DONNELL, 2013, p. 125).

As estruturalidades econômicas patrocinadas pelos setores mais dinâmicos da sociedade em forma conjunta aos grandes capitais internacionais, em palavras de O'Donnell (2013, p. 106), correspondem a “uma etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação de capital na sociedade, mudanças que são, ao mesmo tempo, parte do processo de *aprofundamento* de um capitalismo periférico e dependente caracterizado por uma ampla industrialização”.

O êxito da primeira etapa de industrialização latino-americana (industrialização para a Substituição das Importações) rapidamente entra em um período de colapso caracterizado pelo processo de *alta modernidade*. Período contextualizado à luz do esgotamento do modelo inicial trazendo uma concatenação de crises: econômica em primeiro lugar, política e social. Entre os conflitos associados, surgem as bases fundamentais para a aparição de um Estado burocrático-autoritário em vista do afastamento ideológico das principais ofertas programáticas do momento, assim como as conseqüentes dificuldades para a continuidade de um certo tipo de capitalismo.

O período em questão, o da *alta modernidade*, no que concerne às falências econômicas, visa, em primeiro lugar, os graus de ameaças às relações de um tipo de desenvolvimento econômico, como também à percepção de ameaças sobre os lucros futuros, sobre a crise nos indicadores macroeconômicos (inflação, balança de pagamento, redistribuição do ingresso, etc.), a dependência estrutural de tecnologia, *a mudança do velho padrão dos investimentos externos*<sup>20</sup>, e da dependência de capitais internacionais e sobre os efeitos colaterais de suas transformações. Perante o esgotamento da primeira etapa da ISI, as atividades industriais ligadas aos capitais internacionais foram as únicas em ‘pular’ as dificuldades da etapa inicial. Posteriormente, houve uma rápida expansão (indústria automotriz e produção de bens duráveis em geral) e incentivos em prol do desenvolvimento, em palavras de O’Donnell (2013):

Longe de ser a salvação, esta primeira onda de capital internacional na produção para o mercado interno mudou a ordem e fez ainda mais grave a crise social já manifesta na primeira etapa da industrialização por substituição das importações; completou o ciclo da supremacia do setor exportador (nacional e internacional), teve intensas repercussões no perfil e nas articulações de todas as classes sociais e penetrou profundamente em um Estado que, simultaneamente, entrou em uma crise cuja manifestação mais óbvia foi a ativação da política popular, mas de nenhuma maneira a única (Ibidem, p. 113).

Nesse sentido, a etapa intermediária de expansão industrial<sup>21</sup> na América Latina, lideradas sobre a preponderância das empresas internacionais e também com uma base de apoio local, termina por condicionar uma etapa do desenvolvimento na região, desestabilizando ainda mais os indicadores econômicos. Por tais motivos, as saídas globais se encaminham para o processo do *aprofundamento* econômico. A senda de uma industrialização sequencial abriu o espaço para a *última fase da expansão do capitalismo dependente*:

Essa nova etapa apontava como objetivo central: conseguir que a produção de aqueles bens (insumos industriais, equipamento, tecnologia finalmente) que a demanda havia incrementado velozmente com a primeira entrada das transnacionais virasse local. ... Por outro lado, uma nova etapa de substituição de importações – após os anúncios prematuros de seu *esgotamento*- eliminaria os itens que representavam obrigações gravosas para a balança de pagamentos. E, por outro lado, ao se gerar uma indústria verticalmente mais integrada abrir-se-iam as portas para futuras exportações (O’DONNELL, 2013, p. 113).

<sup>20</sup> Ideia obtida a partir do livro da Teoria da Dependência. Nele, se ressalta que o novo modelo econômico latino-americano referente à industrialização da década de 30 produz importantes transformações na dependência estrutural de capitais externos. O ponto de inflexão emana que antigas formas de investimento de capitais internacionais estiveram ‘vinculadas ao setor de exportações, sendo substituído pela instalação de indústrias e serviços orientados a produzir e vender internamente’ (O’DONNELL, 2013, p. 110).

<sup>21</sup> Refere-se ao período intermediário entre o populismo e o Estado burocrático-autoritário.

Então, com estrito rigor, o processo de *aprofundamento*, segundo as reflexões teóricas versam, acima de tudo, em função de “intentar reconstruir, aperfeiçoar e estabilizar os mecanismos de acumulação de capital” (O’DONNELL, 2013, p. 115). Os pilares fundamentais se compõem na base de uma série de pilares necessários para a implementação: eliminação da ameaça política (populismo), social (mobilização), ideológica (despolitização e encapsulamento burocrático) e econômica (eliminar as incertezas econômicas – mecanismos de controles verticais).

A imposição e regulação por meios políticos da estrutura produtiva na América Latina procuraram instaurar uma ordem que garantisse a *previsibilidade* – regras do jogo econômico estáveis e permanentes- na perspectiva de mudar velhos padrões como, por exemplo, a inflexão da acumulação em investimento produtivo ademais de arreglos institucionais que permitissem dar a sequência necessária ao processo da integração vertical do setor industrial<sup>22</sup>.

O *passo final* do ciclo do capitalismo periférico, na argumentação dos setores mais dinâmicos da sociedade, garante a sobrevivência e a maturidade de um sistema previamente ameaçado. A estruturação sequencial na sua fase final, como consequência, foi desenhada com o alvo de instaurar uma verticalidade do sistema (mecanismos de regulação institucional, sistema financeiro, produção de bens duráveis). Porém, e apesar de serem instrumentais, por exemplo, na exportação de bens locais a modo de corrigir certas distorções prévias<sup>23</sup>, em palavras de Guillermo O’Donnell (2013), sua consolidação “não está aberta ao ingresso dos principais países capitalistas ao final desse caminho” (Ibidem, p. 114). Em vista das assimetrias do sistema econômico mundial e da posição subalterna dos países latino-

---

<sup>22</sup> O passo para a produção industrial básica que incrementará significativamente o grau de integração vertical é o que chamo por aprofundamento da industrialização (e em geral da estrutura produtiva) de países que já tinham uma industrialização extensa e complexa, ainda que estiver precariamente integrada. (O’DONNELL, 2013: p. 114). No pé dessa mesma página e em torno da mesma ideia continua afirmando ‘Como é natural, o processo de aprofundamento está estreitamente conectado com outro aspecto da política econômica, os que posso afirmar brevemente aqui. Primeiro, é a conexão com a oferta final, estava acompanhada de uma veloz expansão de bens de consumo (basicamente bens duráveis) mais variados e complexos dos que se produziam localmente nesse momento. A tendência de canalizar a aumentada capacidade produtiva para a oferta terminal desse tipo de bens não só contribuiu a segar a distribuição do ingresso, também forneceu-lhe mais peso ao papel do capital internacional, de maneira direta ao incrementar as possibilidades das multinacionais se especializar na produção desses bens, e indiferentemente ao aumentar a necessidade das firmas nacionais recorrerem à tecnologia, as marcas registradas e publicidade autorizada pelas multinacionais (se pretendiam competir com esse expansivo mercado de altos ingressos). Noutra esfera, tanto as necessidades financeiras do processo de aprofundamento como o incentivos dos novos padrões de consumo conduziram a importantes mutações no sistema financeiro, particularmente no desenvolvimento de instituições dirigidas ao financiamento da compra de bens duráveis. Coloca ver Maria C. Tavares, Da Substituição de capitalismo financeiro (O’DONNELL, 2013, p. 114).

<sup>23</sup> Finalmente, se um dos objetivos era pôr em marcha um fluxo de exportações industriais, era necessário garantir a estabilidade de alguns dos mecanismos institucionais –habitualmente, os sistemas de promoção e as taxas de câmbio- que haviam variado erráticamente no período anterior (O’DONNELL, 2013, p. 115-116).

americanos, ademais da polarização ideológica do contexto internacional, seu principal objetivo era o estabelecimento de um sistema de dominação que garantisse os interesses em disputa, certamente em favor de um tipo de capitalismo. O dependente, porém, sendo diferenciado dos outros países periféricos por causas da sua maior extensão industrial.

Diferentemente do econômico, a instauração da violência como método de garantia da ordem instaurada não se orientou por constituir estruturalidades políticas como, por exemplo, no *aprofundamento* da matriz produtiva e suas consequências derivadas. O EBA é, em grande medida, uma reação à estendida ativação política do setor popular (O'DONNELL, 2013, p. 115). Contudo, o papel referente aos detentores do monopólio da força, pensando no papel das FF. AA, guiou-se em eliminar o inimigo interno<sup>24</sup>. Desse ponto de vista, se preocupou em desarticular os vestígios da politização social originários do processo de expansão industrial, sendo assim, procurou evitar a continuidade das mobilizações sociais, agendas programáticas regressivas, etc.

A preocupação da ameaça se torna permanente, mas distinguindo diferenças entre a ameaça prévia e outra originária do processo de *aprofundamento* propriamente dito. A ameaça originária decorre e se argumenta como uma ameaça latente e sempre disposta a pautar demandas regressivas. Além disso, colocam em risco os pilares constitutivos da ordem planejada, um exemplo, “percebe-se essa ativação pelas outras classes como uma ameaça a seu entorno e filiações internacionais” (O'DONNELL, 2013, p. 106). Nesse sentido, de acordo com os postulados de Guillermo O'Donnell (2013), a configuração da ameaça na teoria do Estado burocrático-autoritário admite variações entre um e outro caso, variações também que repercutem nas características específicas do sistema resultante:

Por conseguinte, as variações na implementação e execução do itinerário do *aprofundamento* estariam determinadas pelo fator de ameaça prévio. A situação pode-se especificar de diversas maneiras. Primeiro, um nível de ameaça maior confere mais peso, dentro das FF.AA, às linhas ‘duras’. Segundo lugar, e estritamente ligado com isso, um alto nível de ameaça conduz em uma maior disposição a aplicar e respaldar uma repressão sistemática para conseguir a desativação política do setor popular e subordinação das organizações de classes. Em terceiro lugar, por razões relacionadas com a ortodoxia econômica, a ampla aliança não demora muito em se desintegrar (O'DONNELL, 2013, p. 108).

Antes de entrar na análise mais minuciosa das etapas, ou no processo de evolução *natural* de um Estado burocrático-autoritário, torna-se necessário identificar as variáveis que suscitam o conceito de ameaça prévia em relação à ameaça de origem de um Estado burocrático-autoritário. A questão teórica desenvolvida com maior atenção pela teoria

---

<sup>24</sup> Doutrina segurança nacional.

discorre sobre a correspondência estrutural entre um modelo econômico e um tipo de dominação política. O dito processo político emerge da correlação de força e, conseqüentemente, da imposição de um regime autoritário, e, no plano social, procedente da ativação do setor popular e dos efeitos reacionários a ela. Mas, como se manifestam as ameaças sociais no processo de *aprofundamento* em si? Ou seja, em termos teóricos, se trata de separar a ameaça prévia e o que se poderia catalogar como de ameaça constitutiva<sup>25</sup> de um Estado burocrático-autoritário.

A distinção entre os dois tipos de ameaças se configura na mesma distinção temporal adstrita na teoria. Nesse sentido, haveria um tipo de ameaça de direção –para o golpe do Estado- e outra de caráter constitutiva. A respeito do golpe de Estado –ameaça prévia-, esta seria explicada através da categorização em diferentes categorias e magnitudes: ameaça alta, intermediária, e baixa das quais sobressairiam as suas principais particularidades tanto na incidência como nos padrões pós-golpes. As referências em torno dos padrões posteriores ao golpe de Estado nascem das seguintes indicações: “no caso de um alto nível de ameaça prévio o Estado burocrático-autoritário deixa mais tempo disponível para a aparição de uma aliança que possa constituir um desafio susceptível de ser tomando em consideração” (O’DONNELL, 2013, p. 109-110). Concomitantemente, um Estado que se movimenta ao ritmo *zigzag* da sociedade civil não pode empreender o processo de *aprofundamento*, nem atrair o capital necessário que o faça possível (O’DONNELL, 2013, p. 116). Nesses cenários, a teoria alega a impossibilidade de realizar ou executar os preceitos básicos pelos quais foram invocados.

Em síntese, as bases inseridas na aparição de um EBA e sua relação com o setor social:

A exclusão é o requisito fundamental para garantir a ‘ordem social’ e a estabilidade econômica; ordem e estabilidade que constituem as condições necessárias para atrair investidores internos e capital internacional, portanto, oferecer continuidade para um novo impulso em prol do aprofundamento da estrutura produtiva (O’DONNELL, 2013, p. 118).

## 2.2 ETAPAS DE UM ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO

A *conditio sine qua non* de um Estado burocrático-autoritário é a eliminação da ameaça prévia para, desta forma, instaurar o marco institucional e instrumental ao périplo do

---

<sup>25</sup> Referente às políticas públicas que este executa em prol da ordem para a construção da ordem planejada.

*aprofundamento econômico*. De tal modo, a primeira tarefa é o *combate* com setores previamente ativados e contrários ao novo sistema político para, simultaneamente, garantir a transfusão de capitais internacionais para pôr em rumo os desafios econômicos ‘trancados’. Com respeito ao primeiro ponto, relacionado à extirpação do setor social, a teoria indica que o resultado incidirá na direção final do processo de consolidação. Em relação ao segundo tópico, o ingresso de capitais internacionais, tal necessidade fundamenta-se “na má reputação perante a comunidade de negócios internacional pela recente história de ameaça e processos governamentais e socioeconômicos erráticos, portanto, é essencial que se obtenham transfusões de capital” (O’DONNELL, 2013, p. 120).

Nas palavras de O’Donnell (2013), o tempo torna-se o elemento principal do êxito ou fracasso de um RBA, pois:

Para cortar a ativação política popular e a autonomia das organizações do setor popular; tempo para demonstrar sua capacidade de dissuadir ou demolir qualquer impugnação que possa aparecer, e tempo para demonstrar perante o capital internacional a seriedade de suas intenções em matérias socioeconômicas (Ibidem, p. 121).

Nesse sentido, e seguindo as linhas reflexivas da teoria, o objetivo dos Estados burocrático-autoritários passa pela superação desses dois primeiros desafios fundamentais, o que permite assim implementar as etapas subsequentes. Deste modo, a eliminação das fontes de risco arraigadas no setor popular e o estabelecimento de mecanismos institucionais no horizonte da ortodoxia econômica são a garantia para os capitais internacionais<sup>26</sup>.

A conjugação desses princípios iniciais, sobretudo o ligado à ortodoxia econômica, traz consigo, como efeito, o desmembramento da aliança golpista. A aplicação das receitas ortodoxas na consecução da atmosfera econômica necessária ao desafio do *aprofundamento* trouxe, entre outras implicâncias, a exclusão das bases burguesas nacionais na aliança de governo. Tal negação descansa na construção de mecanismos institucionais ‘racionalis’ em um itinerário político pauteado pela necessidade de erigir uma estrutura econômica – *ambiente econômico*- livre de *irracionalidades* políticas, que na linha de pensamento de O’Donnell, marca a evolução deste tipo de dominação, encaminhada para uma segunda etapa.

---

<sup>26</sup> Ortodoxia necessária para os investidores e “especialmente para os juizes que determinam o ‘razoável’ em matéria econômica, as organizações públicas do capitalismo mundial: Banco Mundial, e sobretudo o Fundo Monetário Internacional” (O’DONNELL, 2013, p. 123) *Se busca ser um Estado confiável para capital internacional*.

A segunda etapa consolida-se a partir da hegemonia de uma nova coalização liderada pelo que a teoria considera o duo dominante: Estado e capitais internacionais. Esta etapa confirmaria que o país conseguiu ser uma zona livre de *ameaças e irracionalidades*, por conseguinte, os avanços realizados constituem, à luz dos investidores internacionais e das instituições internacionais que promovem este tipo de ordem econômica, um ambiente político e econômico apto e confiável para o investimento. Porém, igual que as democracias políticas, os Estados burocrático-autoritários não estão isentos de conflitos e de mecanismos além da violência física para manter seu domínio. Em tal sentido, Guillermo O'Donnell (2013) explica:

A dominação do EBA carece tanto politicamente como ideologicamente de um componente crucial: o ingrediente nacional e privado com que só a burguesia nacional pode contribuir. [...] A prometida grandeza no caminho do aprofundamento agora se 'nacionaliza' mais plausivelmente beneficiando alguns setores da sociedade civil, os mais dominantes no âmbito interno (Ibidem, p. 129).

O retorno da burguesia nacional à *coalização inicial* demonstra que o périplo sequencial do aprofundamento político não esteve alheio aos dinamismos políticos. Embora sequencial na sua natureza, é atravessado por pautas que colocaram em tensão o seu processo constitutivo. O restabelecimento da *base originária* explica-se por dois motivos, fundamentalmente: a impossibilidade política de uma economia internacionalizada sem fronteiras é a rachadura que permite a incorporação da burguesia nacional dentro da coalização, isso converte o duo em um *ménage à trois* (O'DONNELL, 2013, p. 128-129). Por outro lado, o isolamento do Estado perante a sociedade em geral e a possibilidade das burguesias nacionais excluídas rememorarem as antigas alianças com os setores populares foram fatos de ameaça ao processo de *aprofundamento*<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Sobre este caso em específico, o autor baseia-se no EBA de Argentina de 1966, particularmente, sobre as implicações do *cordobazo* de 1969. Por meio dessa perspectiva tenta explicar o fracasso da não "legitimação" esta ordem política". "Aqui o duo teve uma curta vida, mas não se dirigiu para nenhum trio. Contrariamente, foi a sociedade civil que invadiu e demoliu um Estado onde, a ameaça, começou a desarticular suas características burocrática-autoritárias. Por outra parte, a oposição da burguesia nacional e muitos setores médios, que já haviam convergido com o setor popular, não puderam ser sistematicamente reprimidos. Ao contrário, tal convergência pareceu oferecer uma alternativa aceitável a mais de uns poucos oficiais militares e tecnocratas, dividendo profundamente desta maneira às capas institucionais do EBA. Cara a cara com o duo, os componentes da burguesia e dos setores opositores tenderam a reviver o mito central do populismo: a factibilidade de um desenvolvimento capitalista assumido por uma coalização inteiramente nacional. Portanto, o EBA começou-se transformar num híbrido de um Estado autoritário caracterizado por sua 'sensibilidade para os problemas sociais, e uma proclamada intenção de restringir um capital internacional que já se havia desinteressado de investir e que só estava preocupados por seus reféns, e um compromisso de sufocar qualquer atividade popular que não se adapta-se aos parâmetros 'ocidentais'. (Aqui não se enquadra ao aprofundamento) (O'DONNELL, 2013, p. 131-132).

A reinserção dos setores nacionais à aliança dominante obriga o Estado voltar a pautas econômicas menos ortodoxas com a finalidade de reafirmar suas necessidades nacionalistas. As ineficiências derivadas do processo protecionista não interferem nas necessidades de transfusões de capitais internacionais. O Estado, ao mesmo tempo, deve continuar lidando com as exigências provenientes do papel fundacional.

Sendo assim, os capitais internacionais ficam reféns do jogo político interno [...] existindo muitos reféns interessado na continuidade do modelo de dominação apesar de seus desacordos com os novos caprichos nacionalistas (O'DONNELL, 2013, p. 130). Simultaneamente, essas ineficácias são aceitas em um primeiro momento, pois com o decorrer do tempo “o Estado burocrático-autoritário não pode deixar de acatar as regras do jogo marcadas intrinsecamente pela dependência de capitais internacionais. Isto o força a deter as ‘irracionalidades’ antes que causem a perda de confiança e possíveis fugas de capitais” (O'DONNELL, 2013, p. 130). A nova constelação de poder derivada da inflexão da *nacionalização da imagem do Estado burocrático-autoritário*, concedendo-lhe a seguinte definição em relação aos seus atores principais:

Enquanto à burguesia nacional, sua posição está definida, por um lado, por sua importante contribuição política-ideológica à viabilidade do Estado burocrático-autoritário, e, por outro lado, por sua fragilidade econômica perante os outros membros do trio. Com respeito ao Estado, sua fragilidade se demonstra na necessidade de tutela ativa e permanente. Com respeito ao capital internacional, se deriva do fato de que esta burguesia é o setor do capitalismo nacional mais ligada ao capital internacional. Por conseguinte, ainda quando põe outro laço de dependência, também cria áreas de fricção nos pontos de determinação das modalidades específicas da sua relação assimétrica. Isto, simultaneamente, condiciona ao Estado a tutelar e respaldar à burguesia nacional na concreção de um papel, embora escassamente seja o da burguesia vitoriosa<sup>28</sup>, mas a leva bastante mais longe da nulidade ou marginalidade postulada pela versões simplistas do imperialismo e da teoria da dependência (O'DONNELL, 2013, p. 131).

### 2.3 ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO COMO UNIDADE DE ANÁLISE.

A teoria do Estado burocrático-autoritário elabora-se a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, cujo eixo nodal emerge da configuração dos padrões de mudança do capitalismo periférico referidos às economias mais desenvolvidas na América Latina. A partir de um enfoque analítico de teorias político-econômicas, o autor consegue abstrair as tendências econômicas que fundamentam as mudanças na região. As correspondências, nesta matéria, além da *afinidade eletiva* com um tipo de dominação específico – Estado

<sup>28</sup> Termo utilizado de Charles Morazé, *El apogeo de la burguesia*, Barcelona, Labor, 1965.

burocrático-autoritário-, simultaneamente, tais padrões, desde uma retórica acumulativa, assumem uma direção conectada ao *aprofundamento* da matriz socioeconômica.

As correspondências em tratamento procuram se imbricar com um tipo de estruturalidades políticas, a principal delas, o Estado burocrático-autoritário. Tal imbricação se concebe somente em termos gerais, seus alcances são limitados a consequências de ordenamento global, ainda assim, demarcados principalmente por tópicos economicistas. Por estruturalidades políticas, entende-se um marco de ruptura/restruturação relacionado ao fim de um ciclo no qual se esgrime um processo de continuidades e descontinuidades referente às relações de poder.

Sendo assim, a abstração de Estado burocrático-autoritário na sua segunda dimensão de mudança – como unidade de análise – constrói-se a partir dos padrões de dominação que caracterizam os países englobados em esta nova realidade autoritária. Ao mesmo tempo, constrói seus cimentos através de uma lógica comparada com outras experiências históricas. Para facilitar a compreensão, classificou-se sua denominação em três tipos de domínios (*mecanismos de distinção interna e externa*). Os mecanismos de distinção externa são divididos em dois âmbitos. Um dos âmbitos diz respeito às diferenças dos Estados burocrático-autoritários em relação às formas endógenas do autoritarismo latino-americano. O segundo, em relação às divergências com autoritarismos não contemporâneos da experiência histórica do Estado burocrático-autoritário, especificamente, com os fascismos. Sobre os mecanismos de distinção interna, sua incidência inicial é ponderada pelo pacto político desenhado pela aliança golpista, pelos seus fundamentos originários e pelas as distinções de classes entre as duas categorias temporais e as novas formas de dominação.

## 2.4 AUTORITARISMO LATINO-AMERICANO VERSUS ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO

Em relação ao autoritarismo, o *caudillismo* e o militarismo têm sido características dominantes da vida política da região da América Latina (CARDOSO, 1979: p. 41). Inclusive, antes da emergência dessa nova realidade, o militarismo já havia se consolidado como um fenômeno endógeno da história desse continente. O *novo* cenário ‘Estado burocrático-autoritário’ apresentou elementos assintomáticos às antigas formas de dominação castrista, sendo assim, a classificação conceitual do EBA delimita-se ao caracterizar e sistematizar, respectivamente, tanto a natureza política desses *novos padrões autoritários* como o processo histórico que configura sua presença.

Entre as características distintivas desse novo tipo de dominação autoritária, Fernando Henrique Cardoso, adverte que, além do adjetivo ‘autoritário’, as diferenças podem ser identificadas e observadas não somente em “um único coronel ou general é o que impõe uma ordem por decreto, em vez disso, é a instituição militar como tal que assume o poder a fim de reestruturar a sociedade e o Estado” (CARDOSO, 1979, p. 43). Nesse sentido, e além do papel em conjunto das Forças Armadas no golpe de Estado, segundo o politólogo argentino, as características que destacam como correspondências estruturais no processo de instauração desse novo tipo de dominação autoritária ressaltam também as seguintes propriedades: proximidade temporal das rupturas democráticas, a ameaça à continuidade das relações capitalistas, conseqüentemente, o desafio da desativação do setor popular – ambos os pontos são conseqüências do processo de industrialização tardia e dependente iniciado na década de 30. Decorrente deste último ponto, também, existe uma tendência gradual e penetrante na segregação do espaço social interferente na transformação das relações de poder com a aparição de novos atores políticos, colocando, como conseqüência, na cena política novos interesses em conflito.

O percurso histórico-estrutural do processo, banhado por uma perspectiva do *materialismo histórico*, fundamenta-se em uma retórica da continuidade de um tipo de capitalismo, o periférico. Ante tal cenário político, no que se refere à correspondência entre a estrutura econômica e a dimensão política, ou seja, no que concerne ao processo de *incidência e direção*, a natureza histórica do novo tipo de Estado se caracteriza por sua retórica messiânica<sup>29</sup>, fundacional<sup>30</sup> e modernizante. Entre as características aglomeradas no novo tipo de dominação autoritária, referentes à natureza classificatória, o Estado burocrático autoritário assume as seguintes propriedades:

- a) os cargos governamentais mais altos são ocupados habitualmente por pessoas com exitosas carreiras em organizações altamente burocratizadas e complexas como as Forças Armadas, a burocracia estatal e grandes companhias do setor privado; b) há exclusão política, isto significa fechar os canais de acesso político ao setor popular e seus aliados de maneira de desativá-los politicamente, não só por meio da repressão senão ademais da imposição por parte do Estado de controles verticais (corporativistas) sobre organizações como sindicatos. c) há exclusão econômica, enquanto se posterga indefinidamente a aspiração do setor popular para uma participação econômica; d) a despolitização, no sentido que se pretende reduzir os

<sup>29</sup> Referente ao papel das Forças Armadas, fundamentalmente, nos princípios que são regidos pela doutrina de Segurança Nacional como, por exemplo, nas bases de consolidar um tipo de dominação livre de divisionismos, e assim por diante.

<sup>30</sup> Em torno do conceito fundacional adere-se a tese acumulativa. Portanto, e em vista dos impedimentos da rearticulação dos mecanismos de acumulação de capital nos períodos antecedentes, é fundacional através do uso da força que se prioriza pelas mudanças necessárias para sua continuidade.

problemas sociais e políticos a assuntos “técnicos” que devem ser resolvidos mediante as altas esferas (O'DONNELL, 2013, p. 105-106).

Tanto o percurso histórico como as propriedades dessa ‘nova realidade autoritária’ proporcionaram uma das bases para a consecução de mecanismos de distinção externa no que concerne ao déficit de estruturalidades políticas. Quanto à denominação da categoria de mecanismos de distinção externa no seguinte objeto de pesquisa, se sustenta não em um sentido exógeno, mas como forma analítica de distinção histórica em oposição às antigas formas de dominação autoritárias e ao modo de oposição com a classificação de distinção interna. Esta última faz referência ao pacto de dominação autoritária derivado da coalizão golpista. Porém, no plano de distinção externa, também a distinção histórica do Estado burocrático-autoritário se manifesta através de uma classificatória relacionada à espécie de um tipo de dominação único, portanto, diferente de outros tipos de *modernização tardia*.

## 2.5 DIFERENÇAS COM OUTRAS ESPÉCIES DE AUTORITARISMO

Nos processos teóricos de distinção externa, O'Donnell (2013) afirma que o Estado burocrático-autoritário “é útil enquanto sugere certas características que definem um tipo de Estado com respeito a outros, também autoritários, que têm sido extensamente estudados – o autoritarismo tradicional, o populismo e o fascismo” (Ibidem, p. 103). Desse modo, a distinção externa se projeta como oposição às antigas formas de dominação autoritárias na região. Como decorrência das transformações suscitadas pela industrialização com a respectiva emergência das novas constelações de poder, o autor adere-se à tese de características que aludem a um tipo de trânsito específico, fornecendo, portanto, diferenças de caráter teórico e prático em comparação à evolução de outras espécies de capitalismo que desembocaram em autoritarismos.

Nesse sentido a última concepção esboçada, referida ao Estado burocrático-autoritário, é englobada a partir de padrões de dominação comuns para os países atravessados pelo conceito em que a direção difere, conforme o autor, de outras formas de dominação repressiva. Em torno dessas diferenças correspondentes ao nível classificatório, enquanto unidade de análise, a construção teórica demonstra divergências dos tipos de dominação fascistas. As experiências relacionadas ao fascismo devem ser associadas somente aos regimes políticos no período entre guerras: Alemanha, Itália e o Japão.

Em relação ao processo histórico dos fascismos, o percurso é argumentado da seguinte forma por Guillermo O'Donnell (2013):

É errôneo confundir o EBA com o fascismo, pelo menos se entendemos por essa etiqueta a qualquer fenômeno moderno e altamente repressivo de dominação autoritária. Se restringimos o conceito de fascismo à Itália, Alemanha, e finalmente a Japão. É claro que o fascismo correspondeu a uma situação de 'industrialização tardia' na nomenclatura de Gerschenkron, porém, não ao padrão sequencial dos EBA. No fascismo, o papel dinâmico que teve o duo muito diferente, Estado e Burguesia Nacional, e a expressão da classe trabalhadora teve lugar a através de canais bem diferentes de aqueles burocráticos autoritários. Também, o vínculo do fascismo com seu capitalismo não foi tanto através de um processo de aprofundamento em vista da integração de sua estrutura produtiva, senão eliminando áreas tradicionais que tinham ficado atrás por causa da velocidade dos esforços iniciais para impulsar as indústrias básicas e altamente concentradas (Ibidem, p. 141-142).

Quanto aos atributos dos Estados burocrático-autoritários como unidade análise, o grande diferencial classificatório esboçado aponta que os sistemas repressivos latino-americanos não fizeram esforços por contar com partidos únicos de massas. Segundo O'Donnell, o alvo proveio da desativação da sociedade em geral, especialmente do setor popular e, apesar de seus relatos sobre o "destino da nação", os Estados burocrático-autoritários não foram imperialistas.

O autor não entra em análises mais profundas a respeito do tópico comparativo, de modo a realizar uma descrição mínima necessária para estabelecer as causas opostas tanto no percurso de cada regime repressivo quanto nas características classificatórias<sup>31</sup>. Quanto ao decurso dos fascismos, ele observa a exclusão das áreas mais atrasadas da industrialização no horizonte de concorrer pela divisão do trabalho mundial. A industrialização na América Latina derivou do processo acumulativo de *aprofundamento* de um sistema capitalista periférico, que, certamente, instou por uma ideologia nacionalista. Tal lógica não se enquadrou num horizonte expansionista, senão na *estabilidade/normalização* das economias capitalistas periféricas previamente ameaçadas.

Por outro lado, a essência do Estado burocrático-autoritário, assim como de seus repertórios de 'legitimação', assumem mais um movimento pendular entre a repressão e despolitização do social, diante o pacto golpista e versus as pautas regressivas. Estas últimas estão relacionadas à reinserção da burguesia nacional à coalizão dominante. Com efeito, tal reencontro fornecia uma imagem nacionalista ao regime, que nas palavras de O'Donnell, sustentava uma base de legitimação, porém, colocava também zonas de fricção na base

---

<sup>31</sup> Num pé de página põe como referência o livro '*Le Interepetacione do Fascismo*', de Renzo de Felice como ponto de referência para uma análise comparada mais detalhada.

governante. Em síntese, uma aliança instrumental (reorganizando os elementos nacionalistas) para a consolidação de um sistema de dominação fundando na coação quanto às insuficiências e carências ligadas as próprias contradições e dilemas internos<sup>32</sup>.

Porém, e frente às críticas, especialmente relacionadas à contradição do retorno de uma burguesia nacional, Guillermo O'Donnell (1979) circunscreve que “o esforço para saturar os meios de comunicação de massa com símbolos da nação, portanto falha porque cai no abismo criado pela desnacionalização posterior da sociedade civil e a contradição da nação” (Ibidem, p. 279).

Apesar dos efeitos colaterais na ‘legitimação do regime’ e ante o processo de transnacionalização da estrutura produtiva nas economias mais desenvolvidas na América Latina, o autor insiste numa saída para o dilema da fricção - de *nacionalismo e internacionalização*:

Diante destes dilemas, uma fuga pode estar na possibilidade do Estado poder se converter, não só em seu discurso como na realidade das suas atividades, no centro institucional de um projeto de desenvolvimento nacional que pode ser invocado com representando o interesse geral predominante. Isto vale dizer, que as próprias instituições do Estado se tornariam o centro econômico e social de tal projeto, emergindo como líderes do ‘desenvolvimento’ e tomando o lugar da liderança burguesa ausente. Este enfoque levaria ao capitalismo de Estado (O'DONNELL, 1979, p. 279-280).

Tal saída não se encontra isenta de ambiguidades teóricas assim como de tensões no regime. No plano teórico, a ambiguidade surge da ortodoxia inicial que precisa o regime. Portanto, a transfusão de grandes somas de capitais choca com o projeto de um Estado atuante. Diante de tal dificuldade, O'Donnell (1979) coloca a condição que “uma ressurgência importante de crescimento econômico pode incluir uma expansão vigorosa no papel do Estado na produção econômica e uma volta à ajuda a certas frações da burguesia local, sem minar, contudo, a aliança original com a alta burguesia”<sup>33</sup> (Ibidem, p. 287).

No entanto, em relação às tensões no regime político, há um lado da coalização – a alta burguesia e os tecnocratas, que representam o projeto político transnacional “tanto em suas crenças como em seu comportamento econômico. Para eles, as fronteiras políticas da nação são basicamente uma restrição inútil ao movimento dos fatores de produção, à livre

---

<sup>32</sup> A sua dominação é particularmente severa, porque, pela natureza de seu fundamento, este Estado traz consigo uma rejeição antecipada da base para sua própria legitimação. O Estado burocrático-autoritário surge de uma derrota esmagadora do setor popular e seus aliados, que foi imposta ao custo extremadamente alto de tornar impossível ao EBA legitimar-se por si mesmo (O'DONNELL, 1979, p. 268).

<sup>33</sup> Essa condição foi submetida à empiria, especificamente, sobre o milagre econômico brasileiro. Neste ponto, o autor assinalou que quatro anos de ortodoxia econômica possibilitaram tal rumo, ou seja, o boom econômico fornece a participação de um Estado atuante.

circulação do capital e às considerações de eficiência” (O’DONNELL, 1979, p. 281). Por conseguinte, o projeto deles insere-se no horizonte de reintegrar estas economias ao mercado mundial em oposição ao projeto mais nacionalista persuadido pelas Forças Armadas, catalogado pelo autor como um projeto de *homogeneizar a totalidade da nação*.

As tensões manifestadas entre ambos os projetos evidencia caminhos de difícil encontro perante a ortodoxia dos tecnocratas e a alta burguesia. Nesse sentido, a teoria relega o papel dos militares a um segundo plano por causa das contradições internas dessas instituições<sup>34</sup>. Por tais motivos, o autor sugere o Estado burocrático-autoritário como uma forma subótima de domínio burguês, que só é possível em cenários de ameaça à ordem capitalista e aos preceitos constitutivos da dominação do Estado, entre elas, destaca-se uma série de fragilidades, e a modo de exemplo, ressalva-se como um critério pessoal a mais importante:

O caráter subótimo deste tipo de domínio político se manifesta nas fragilidades que decorrem do encolhimento do referente legitimador da nação, não supressão das mediações com a cidadania e do *lo popular*, na exclusão política e econômica do setor popular, e no medo das reações que podem estar crescendo por baixo de uma superfície silenciosa da sociedade, em consequência, dos pesados custos que decorrem da imposição da ordem e da normalização (O’DONNELL, 1979, p. 289).

## 2.6 O PACTO GOLPISTA

O trânsito sequencial para um Estado burocrático-autoritário, conforme O’Donnell condiciona a instauração de um tipo de Estado capitalista específico. Como tal, a trajetória das variáveis socioeconômicas, através do uso da força, termina por consagrar uma estrutura “de dominação de classe que por sua vez tem fundamento no funcionamento e reprodução de relações capitalistas de produção” (O’DONNELL, 1979, p. 269).

Porém, para entender esse tipo de dominação específico é necessário ressaltar as características que lhe concede esta teoria ao Estado como, por exemplo, o modo de garantir a dominação em um território delimitado por suas fronteiras. A chave teórica do Estado deve ser compreendida, segundo o autor, “da tensão entre a realidade fundamental do Estado como

---

<sup>34</sup> Essas contradições principalmente provem da promoção e atuação das FF.AA em um Estado capitalista e suas tentativa de homogeneização da sociedade. A expansão econômica na região, como vimos, condiciona a segregação social, portanto, sua antípoda se torna impossível. Por outro lado, a busca de fornecer conteúdos nacionalistas através do patrocínio do Estado, quem, em primeira instância, se rege pelos condicionamento do ‘clima econômico’ dos tecnocratas e da alta burguesia, em consequência, acima de tudo, este tipo de domínio político responde em primeiro lugar a tais interesses, por conseguinte, o papel das FF.AA fica relegando ‘num segundo plano’ e seu papel é o da repressão sistemática.

fiador e organizador da dominação por um lado, e como agente de um interesse geral, que, embora parcializado e limitado, não é fictício, por outro, e característico de qualquer Estado” (O’DONNELL, 1979, p. 272).

Nas reflexões seguintes sobre esse modo de análise, O’Donnell postula que o fundamento do Estado em América Latina foi friccionado pela construção de um interesse geral, esse ‘nós’ foi constituído através dos populismos<sup>35</sup>. No entanto, ‘esse “nós” definido como contrário a uma certa ordem social e, simultaneamente, catalogado de *antinacional*<sup>36</sup> é submetido pela imposição a um novo tipo de organização da dominação, acima de tudo, derivado da expansão do capital transnacionais nas economias da região. A transnacionalização da estrutura produtiva proporcionou, em primeiro lugar, a “*desnacionalização*” do domínio estatal, pois:

Muitos dos principais centros de tomada de decisão econômica da sociedade, a destinação final e os critérios para a distribuição do capital gerado no mercado local, e muitos aspectos das relações sociais (não só os econômicos) se estenderam além da capacidade do controle do Estado dentro do objetivo da sua autoridade territorial. [...] O Estado burocrático-autoritário é um tipo de Estado cujas principais características são: ele é, primeiro e antes de tudo, fiador e organizador da dominação exercida através da estrutura de classes subordinada às frações superiores de uma burguesia altamente oligopolizada e transnacionalizada. Em outras palavras, a base social principal do Estado é esta alta burguesia. (O’DONNELL, 1979, p. 273).

O projeto fundacional se plasma como a negação de um ‘nós’, por conseguinte, renúncia aos princípios fundamentais que sustentam a legitimidade da estrutura do Estado, assim a reação deste tipo de dominação difere ao dos fascismos. Segundo O’Donnell, o fim dos pilares que constituíam a estrutura da legitimidade do Estado se expressa de tal modo que “as redes abobadas de solidariedade da nação foram destruídas por uma multidão de conflitos. Antagonismos agudos aparecem na sociedade civil, envolvendo a emergência do ‘egoísmo setorial’ e do simbolismo ameaçador das identificações de classes” (O’DONNELL, 1979, p. 277).

Diante da arquitetura fundacional do regime, fundado na violência, o Estado busca no emprego sistemático de seus aparatos coactivos a redefinição dos objetivos nacionais perante um diagnóstico de sociedades doentes, que, nas leituras dos agentes com poder, a recuperação precisava da extirpação do social para, então, ‘*recuperar a condição de*

---

<sup>35</sup> A ativação política dos setores populares previamente marginais ocorreu através de relações políticas nas quais eles foram tratados muito mais como um *pueblo*, como um portador de exigências de justiça do que como cidadãos (O’DONNELL, 1979: p. 272).

<sup>36</sup> Doutrina de Segurança Nacional.

*saudável*'. Sendo assim, as duas *racionalidades* operantes nesse sistema autoritário provêm da normalização da economia –*sobrevivência dos parâmetros capitalistas básicos de uma sociedade*- e da ordem, ambos pilares constitutivos são provenientes das ameaças suscitadas no período prévio.

Como consequência, o pacto golpista entre as FF.AA, tecnocratas e uma alta burguesia<sup>37</sup> origina-se da impossibilidade de sobrevivência do sistema capitalista no estágio que antecedeu à instauração do mesmo. Desse modo, e mediante a violência do Estado, se consegue manter uma estrutura de classes, e, devido ao *aprofundamento* da estrutura socioeconômica, além do mais, com a consequente transnacionalização da estrutura produtiva. As relações de classes assumem critérios diferentes do período inicial da industrialização, em que os efeitos imediatos alteram, criam e condicionam novas formas hierárquicas/dominação.

A modo de considerações finais, pode-se observar que existe uma certa preocupação de Guillermo O'Donnell para além da estruturação econômica, algo que se refere-se à construção de algumas tendências estruturais no ordenamento político. Tais tendências se projetam desde uma lógica de continuidades/descontinuidades conforme as alterações que emanam da estrutura socioeconômica. No entanto, são levantadas de um modo genérico e esboçadas como antípoda às outras formas de autoritarismos, tanto históricas como contemporâneas.

Uma das continuidades mais visíveis manifesta-se do confronto de classes e a extrapolação desse domínio mediante a sistematização da violência. Processo que se instaura por meio de uma nova composição hierárquica decorrida, por exemplo, dos novos agentes na cena política – empresas transnacionais –, além de rupturas provenientes do fim das mediações entre o Estado e a sociedade em geral. A utilização dos mecanismos coativos do Estado no horizonte de consolidar uma sociedade altamente desigual e repressiva, de fato, descreve fenômenos políticos globais indistintamente das trajetórias políticas pretéritas de cada sistema político. As diferenças na instauração dessa outra lógica de dominação provem da *capacidade* de extirpar a ameaça social e suas possíveis reinvenções, assim como a competência de demonstrar perante os capitalistas dos países hegemônicos a existência de uma zona livre de *irracionalidades*.

---

<sup>37</sup> Com respeito ao conceito de alta burguesia o autor extrapola-se ao contexto de alta modernidade, por conseguinte, refere-se às frações superiores da burguesia local e do capitalismo transnacional.



### 3 CARACTERIZAÇÃO DAS RUPTURAS DEMOCRÁTICAS DO CHILE E DO BRASIL

#### 3.1 SISTEMA POLÍTICO CHILENO

De acordo com Valenzuela e Constable (2013), “o Chile, desde 1830 até 1973, esteve sob o domínio militar tão só por 13 meses, numa ocasião logo da guerra civil de 1891, e duas vezes entre os anos 1924 e 1932” (CONSTABLE; VALENZUELA, 2013, p. 20). A história política chilena, alheia à tradição golpista da região, mas não isenta de golpes de Estados e tentativas, consolida a institucionalidade democrática do país com uma tradição política particular na América Latina<sup>38</sup>.

A longa tradição democrática e o respeito à constituição no Chile chamam a atenção da academia do primeiro mundo “inclusive antes do golpe de Estado; Russell H. Fitzgibbon explica a exceção chilena – na sua solidez democrática –, por outro lado, Maurice Zeitlin fala de Chile como um caso fora do comum no continente” (JOIGNANT; NAVIA, 2013, p. 15). Como consequência, para ser possível entender a ruptura democrática chilena, é necessário ir além dos conflitos de um governo em particular, pois “o golpe de Estado não só tinha abatido o breve experimento socialista de Salvador Allende, ao mesmo tempo, o mito de que os 150 anos de governo constitucional eram indestrutível”. (CONSTABLE; VALENZUELA, 2013, p. 20).

O sistema político iniciado no Chile em 1932, logo após sete anos de instabilidade política causada pela inauguração da Constituição de 1925, coloca em vigor a carta magna assim como os princípios básicos, mas fundamentais, para o normal desenvolvimento de um processo democrático, tais como: a sucessão, o direito de ser eleito, as eleições periódicas, entre outras. Uma vez conseguido os requerimentos essenciais para o normal funcionamento do regime de transição à democracia, no governo de Arturo Alessandri Palma (1932-1938)<sup>39</sup>, o sistema de partidos se caracterizou por sua dinâmica “pluralista, altamente polarizada”<sup>40</sup>, ademais de sua qualidade extremadamente competitiva. O pluralismo político no sistema

---

<sup>38</sup> Excepcionalidade que compartilha com Uruguai e Costa Rica na região.

<sup>39</sup> Período durante o qual se estabiliza a democracia representativa no Chile superando o período de ilegalidade-ilegitimidade aberto pelo golpe militar de 1924 (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 18).

<sup>40</sup> O cientista político italiano Giovanni Sartori estabelece o sistema de partidos chileno até 1973 como um dos casos característicos da categoria analítica de ‘pluralismo polarizado’. Diferentes autores discutem sobre a polarização política do Chile para explicar as fissuras que condicionariam a ruptura democrática, assim como os pressupostos teóricos utilizados por Sartori. Veja-se: Gazmuri, Jaime: ‘El Sistema de Partidos en Chile en la Década de Sesenta’, Valenzuela, Arturo: ‘El Quiebre de la Democracia en Chile’, Torres, Isabel- Moulian, Tomás: ‘Sistema de Partidos en la Década del Sesenta: Antecedentes Históricos’, entre outros textos.

político chileno fundou-se com base à tríade “esquerda-centro-direita”, mais conhecido pela literatura política do país como o sistema dos *três-terços*, no qual cada uma das partes (os ‘partidos’) tinha opções reais e concretas de chegar a posições de poder, inclusive partidos políticos com tendências revolucionárias. É a partir dessa conformação que se “constituem pólos: forças políticas que têm entre si relações de oposição e inclusive, em alguns níveis, de antagonismo” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 15).

Autores como Arturo Valenzuela e Tomas Moulian posicionam a polarização chilena numa primeira etapa controlada, circunscrita especialmente na composição partidária do espectro ideológico do sistema político. Moulian, em conjunto com Isabel Torres, argumenta que no período prévio à polarização total do país vivenciou-se um processo de “*polarização neutralizada*”, e não uma polarização centrífuga. Em conformidade com essas formulações, é preciso questionar-se como uma aliança de centro-esquerda como a Frente Popular (1938-1952), representados pelo Partido Radical, Partido Comunista e o Partido Socialista, não desencadearam um processo de polarização extrema.

Para estes autores, o centro político se transformou no eixo nodal da estabilidade política do país. Assim, de fato, o centro político tornou-se o elemento decisivo para a manutenção do regime democrático – no agente moderador - “dado que os extremos não podem estabelecer alianças programáticas, os partidos intermediários, na medida que são poderosos eleitoralmente, se convertem em forças decisivas do sistema de alianças” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 25). Em linhas gerais, o conceito de polarização neutralizada baseia-se na perspectiva de que a ala esquerdista da Frente Popular assume posições subalternas na aliança de centro-esquerda em prol de garantir uma alternativa de *democracia popular*<sup>41</sup>, promovendo, principalmente, políticas de democratização social.

Em relação à configuração do centro político no período 1932-1973 e sua importância na estabilidade do regime, a tese fundamental da obra de Arturo Valenzuela, no que se relaciona à ruptura da longa experiência democrática chilena, é explicada da seguinte forma pelo autor:

---

<sup>41</sup> Entre as características que assume o conceito utilizado por Moulian e Torres é que para o caso chileno os partidos de esquerda não tinham o caráter de forças antissistema, pois, desde 1933, estão integradas ao jogo político e à luta por oportunidade no poder, ainda que pese a questão que são organizações revolucionárias que argumentam o socialismo como a ordem almejada e futuro possível (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 19). O governo da centro-esquerda “tratou-se de um programa que combinou a modernização capitalista com a democratização social” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 25). Entre as políticas públicas aprovadas pela coalização, “os governos que se sucederam entre 1938 e 1946 tiveram um ativo papel no desenvolvimento da legislação social, por exemplo, na criação da aposentadoria, sistema de saúde pública, assim como em uma maior democratização da educação pública” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 27-28).

A ruptura da democracia chilena confirma o juízo de Juan Linz de que a sobrevivência de um regime democrático exige a efetiva participação no poder de um centro pragmático, e políticas de *acomodo*<sup>42</sup>, em conjunto com o respeito maioritário pelas regras do jogo democrático, impedindo assim, que uma aguda polarização leve à imposição de uma correlação de força, com o triunfo violento de um dos extremos e a instauração de regime autoritário repressivo (VALENZUELA, 1989, p. 27).

A partir dessa lógica, Arturo Valenzuela, aborda a assunção de Eduardo Frei à presidência da República em 1964, através da *Democracia Cristiana*, como a etapa de transformação às regras do jogo democrático. Efetivamente, dita alteração é considerada como a clivagem de um centro político pragmático para um centro político de corte ideológico ou, conforme Moulian e Torres, uma etapa de rearticulação na qual se “produzem importantes mudanças dentro da continuidade estrutural as quais representaram o preâmbulo da crise estatal de 1973” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 6).

Essas mudanças se tornam essenciais para entender o golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas. A partir dessa senda, a perspectiva política é chave para elucidar o processo de ruptura democrática na qual desembocou uma concatenação de crises, entre elas, a econômica e a hipermobilização. Os elementos estruturais no sistema de partidos versam sobre os valores democráticos, tais como: a sucessão política, as eleições periódicas, a polarização política. Entretanto, em relação às modificações emergem basicamente duas: em primeiro lugar, a mudança do centro pragmático por um centro ideológico; em segundo lugar, extrapolação da polarização dos quadros dirigentes para a sociedade civil em geral.

Mas existem divergências em torno da tese central de Valenzuela, sendo uma delas a postura de Jaime Gazmuri. Este autor alude, que ademais do processo de substituição de um centro pragmático por um centro ideológico, “também se altera a política de esquerda dos anos quarenta orientada às coalizões com o centro, por outra, que os *-recusa por princípio -*, [...] devido a que tanto a esquerda como o centro respondem à demanda de renovação política e mudança social do período tratado” (GAZMURI, 1988, p. 15). Porém, Arturo Valenzuela, baseando-se no arcabouço teórico de Juan Linz, afirma que “as ações dos grupos de extremos da direita e da esquerda não são as que provocam a fratura dos regimes democráticos” (VALENZUELA, 1989, p. 28). Entretanto, a polarização dos extremos no sistema político

---

<sup>42</sup> *Políticas de acomodo ou acomoditicia*: entende-se como o resultado de um impasse político e da necessidade de distribuir os limitados recursos, de uma sociedade relativamente pobre, às diversas forças sociais. A esse respeito, a consequente precariedade do processo político quando este inseriu-se em uma sociedade onde as demandas dos grupos sociais excedem as capacidades econômicas do sistema produzindo altos níveis de inflação. Não obstante, o Chile sobreviveu por década com esse sistema. E, por último, terminou convertendo a política acomoditicia em uma arte (VALENZUELA, 1989, p. 82).

chileno é consequência da perda do consenso e do diálogo que oferecia um centro político pragmático.

Como consequência, a mutação de um centro político pragmático trouxe implicações para a permanência e estabilidade do sistema democrático: em primeiro lugar, os extremos do espectro partidário assumem valores desleais<sup>43</sup> para a constituição e as regras do jogo democrático. Em segundo lugar, os poderes “neutrais” gradualmente passaram agir como um ator a mais na cena política. No plano político, a modificação de um centro pragmático para um centro ideológico é catalogada pelo historiador chileno Mario Góngora como a sucessão de três “planificações globais e totais”(HOLT, 2004) A etapa reformista de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) *Revolução em Liberdade*, Salvador Allende (1970-1973) com a *Via chilena ao Socialismo* ou *Revolución de la Empanada y el Vino Tinto* e, por último, o desenlace autoritário (1973-1989), projeto *messiânico* de caráter fundacional Estado/Sociedade.

Nesse viés, a partir da alteração do centro pragmático-ideológico, pode-se elucidar várias conjecturas. A principal delas concerne em interpretar a emergência da *Democracia Cristiana* como uma rearticulação às regras do jogo democráticas precedentes, concomitantemente, como um processo irreversível e, fundamentalmente, político. Por tais motivos, torna-se necessário se inserir no projeto de *Revolución y Libertad* tanto nos eixos programáticos do novo partido do centro do espectro partidário, assim como também na conjuntura política de Chile daquele momento. Dessa forma, e em relação às interpretações desenvolvidas, torna-se possível analisar as mudanças políticas e as implicações para o fatal desenlace da vida democrática no Chile.

Um candidato presidencial como Salvador Allende auto-proclamado marxista, com sérias possibilidades de chegar à máxima magistratura democrática do país com vista à eleição presidencial de 1964, cujo capital político expressava-se na recente votação presidencial<sup>44</sup>, somado aos efeitos da Revolução Cubana de 1959, provocaria uma dinâmica de temores no cenário político chileno que vieram a se manifestar com o *naranjazo*<sup>45</sup>. A

---

<sup>43</sup> Premissa de Juan Linz, quem “considera como desleais aqueles que estão dispostos a descartar a política competitiva entre os partidos e as liberdades civis que se requerem para manter a competência” (VALENZUELA, 1989, p. 132).

<sup>44</sup> Eleição que Allende perdeu por um pouco menos de 30.000 votos.

<sup>45</sup> Vitória do Partido Socialista em uma eleição complementar causada pela morte do deputado que ocupava esse escano parlamentar. Naquela ocasião, o filho do deputado morto, Oscar Naranjo Arias, inesperadamente ganha por uma ampla maioria do concorrente de direita assim como no representante do PDC. Daí que tal fato seja reconhecido como o ‘naranjazo’, em vista do cenário político no qual se enquadrava. Em primeiro lugar, a eleição complementar aconteceu em uma zona fortemente influenciada pela direita latifundiária. Contextualizando o evento em um cenário das relações de poder, estas se expressam em relação à

natureza política da tríade em disputa, sendo um de seus fatores a alta competitividade, impossibilitou vitórias presidenciais superiores a 50% dos votos. A eleição presidencial, de 1964, rompe com essa lógica com a *Democracia Cristiana*, obtendo mais do 55% do eleitorado. Uma direita timorata das forças marxistas tomarem unilateralmente o poder do Estado por primeira vez os estimularia a forjar uma aliança conjuntural com o candidato do centro político, especificamente, com a *Democracia Cristiana*.

À luz do impressionante resultado do partido liderado por Eduardo Frei, poder-se-ia pensar que a vontade política de virar o partido hegemônico foi devido à ampla base de apoio conseguida somente em sete anos de existência do partido. De algum modo, essa afirmação pode ser correta, contudo, a ideologização do programa de governo se desenvolve antes da vitória, inclusive nos discursos da campanha presidencial. Uma das frases que resumem o contexto da época é a celebre afirmação do candidato progressista, Eduardo Frei Montalva: “*não troco nenhuma virgula do meu programa nem por um milhão de votos*”. No que se refere aos eixos programáticos, a “*Democracia Cristiana se apresenta como uma alternativa entre o capitalismo liberal e o socialismo marxista, propondo pôr fim à polarização da política chilena mediante a conquista do centro e assim se transformar na nova força majoritária*” (VALENZUELA, 1989, p. 107).

A *terceira via*, terminologia utilizada por Arturo Valenzuela para dimensionar a era do PDC, termina socavando a qualidade histórica do centro político chileno e, efetivamente, desestabilizando a cultura política do sistema de partidos e, portanto, o comportamento dos mesmos. Principalmente, porque termina-se consolidando, conforme Mario Góngora, em projetos totais e globais. Contudo, o comportamento político do PDC, entre 1964-1970, desde um ponto de vista da construção do programa de governo, que oscilou entre o capitalismo e o marxismo, teve por iniciativa se converter no partido hegemônico, e não em um centro moderador e acomodatório. Desse modo, sua lógica excludente se extrapola permeando o sistema político em geral.

Entre as ações desenvolvidas pelo PDC para enfraquecer a base de apoio dos extremos políticos e assim se consolidar como um partido hegemônico, destaca-se:

---

modernização capitalista iniciada na década de 30 através do ISI, sendo assim, “o espaço rural ficou excluído da dinâmica modernizadora, o qual teve uma grande importância para a correlação de forças. O campo foi neutralizado para não ter mudanças, essa foi a condição política para fazer realizável as transformações urbanas e da estrutura produtiva” (TORRES; MOULIAN, 1989, p. 26). Porém, a realidade política em 1963 era diametralmente oposta, entretanto, forças de esquerda começaram ganhar espaços fora de seu *habitat natural*. A poucos meses das eleições presidenciais, a direita prefere apoiar um candidato que não seja de suas bases aliadas, mas assim conter o avanço de Allende.

Frei apoiou o ativismo do proletariado, abriu as portas da educação dos pobres e lançou ambiciosos programas sociais, ao tempo que promovia maior eficiência industrial, mas sua política mais ousada, foi a expropriação de extensões de terras agrícolas para formar cooperativas do campesinato, provocando assim, um ressentimento visceral da classe alta que nunca atenuou (CONSTABLE; VALENZUELA, 2013, p. 23).

Numa sociedade política altamente politizada com um centro político cooptado por uma lógica ideológica de caráter excludente, as forças centrífugas rapidamente começam a conquistar terreno na arena política. Em 1965, nasce um ator político que terá uma importante participação nos últimos anos da democracia chilena e nos primeiros anos do autoritarismo. O MIR, *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, “composto por um grupo de jovens, principalmente estudantes de medicina de Concepción, os que argumentaram a necessidade de um assalto armado ao Estado mediante guerrilhas, aparecendo publicamente em 1967” (SILVA, 2013, p. 24). Parte do projeto de esquerda – *democrático-popular*, iniciado na década de 30 – também se vê alterado pelas dinâmicas centrífugas que caracterizam a época contextualizada. Nesse sentido, o cenário político começa a debilitar as bases tradicionais da democracia chilena com a irrupção de forças políticas que continuam na sua conduta política a via insurrecional para conquistar o poder político.

No plano sistêmico, uma das transformações mais importante é o caso emblemático do Congresso do Partido Socialista, realizado na cidade de Chillán em 1967, reunião na qual se aprovaram importantes medidas que mudariam a dinâmica política desse partido. Entre as medidas, destacam-se: “a violência revolucionária é inevitável e legítima [...] Constitui a única via que conduz ao controle do poder[...] As formas pacíficas ou legais o PS as considera como instrumentos de ação limitados, *num processo político que nos leva à luta armada*” (SILVA, 2013, p. 24). Do outro lado do espectro partidário, uma furiosa direita, reunificada no Partido Nacional em 1965, se declara contra o apoio de uma candidatura do PDC novamente, apresentando assim o seu próprio candidato, o ex-presidente Jorge Alessandri. Este teve 34,9% das preferências nesta eleição, enquanto o abandeirado presidencial do PDC Radomiro Tomic obteve um magro terceiro lugar, com 27% dos votos.

O eixo de ideologização do centro condiciona a sociedade política a identificar-se/dividir-se entre duas posições polares: Alessandri representando o Partido Nacional e Allende representando a *Unidad Popular*. Isto permitiu a Allende, “senador socialista, alcançar somente 36,6% dos votos, numa renhida carreira a três bandos, e assim converte-se no primeiro mandatário marxista livremente eleito, comprometido com uma plataforma de mudanças revolucionárias” (SILVA, 2013, p. 23). A intransigência pragmática do PDC na

sua tentativa de se consolidar como o partido hegemônico do amplo espectro ideológico, impossibilita reeditar a aliança do 64, o que implicou em se submeter aos riscos da campanha presidencial de 58'. Nesse sentido, o nível de ideologização e intransigência política, inclusive com a ameaça comunista, fez correr por carris opostos à *Democracia Cristiana* e ao Partido Nacional.

Dessa forma, as eleições presidenciais de 1970 ganharam notável importância, pois, uma vez validada pelo Congresso, a vitória da Unidade Popular abriria caminho para um segundo governo de planificação total e global. É nesse marco histórico que acontece o assassinato do general Schneider, cujo escopo orientou-se em aglomerar as tendências golpistas numa eventual tentativa de golpe ou, com efeito, um sinal para as forças políticas impedirem um acordo que levasse às forças de esquerda obter o controle do governo.

### 3.2 SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

As seguintes linhas têm por objetivo fazer uma apresentação da cultura política dominante, anterior à ruptura democrática no Brasil. De igual forma que no caso chileno, explicar os traços fundamentais da competência política. A cultura política brasileira, assim como o resto da região da América Latina, caracterizou-se por sua dinâmica de instabilidade política, sendo o caudilhismo regional sua expressão mais sobressalente. Porém, a Revolução de 1930 e a construção do Estado Novo em 1937 transformam a dinâmica de poder, ainda submersos em uma lógica autoritária de poder, estes quinze anos se convertem em importantes mudanças. Entre elas, destaca-se a construção do Estado-nação por meio da modernização estatal, liderada por Getúlio Vargas.

No Brasil, é só partir de 1945 que se consolida o sistema democrático mais robusto de sua história até antes do golpe de Estado de 1964. A onda de quedas totalitárias na Europa afetou a base política do governo autoritário de Vargas obrigando-lhe abrir o espectro político para uma etapa de democratização no país. Na incipiente conformação do processo democrático, surgem transformações importantes, entre elas, os primeiros partidos políticos com capacidade de império<sup>46</sup>. Diante da conjuntura política da época, e em vista da manutenção das transformações realizadas durante o *Estado Novo*, Getúlio Vargas, por meio do aparelho estatal 'desde o alto' cimenta a construção de dois partidos políticos sob o

---

<sup>46</sup> Neste ponto, faz-se referência à capacidade dos partidos políticos de ter uma cobertura nacional.

horizonte político, primeiramente, para sua vigência na nova etapa brasileira e, ao mesmo tempo, como plataforma política do cenário em gestação.

Os partidos políticos nascentes no seio do Estado brasileiro foram o Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto a base de apoio do PSD descansava nas elites oligarcas e enquanto a base de apoio do PTB emergia do domínio no mundo sindical, “dizia-se, emblematicamente, que o PSD, conservador fora criado pela mão direita de Vargas e o PTB, relativamente progressista, por sua mão esquerda” (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 43).

“O período de 1945 a 1964 é caracterizado por muitos autores como a “República Populista” (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 53). Numa das passagens do livro *O Populismo na Política Brasileira*, Francisco Weffort (1980) engloba o processo em questão com uma frase de Antônio Carlos “façamos a revolução antes que o povo a faça” (Ibidem, p. 15). Em tal sentido, o populismo se erige como forma de governo em que a essência relacional, de acordo com o autor, se exerce sobre um duplo paradoxo: “grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e massas que servem de suporte para um regime no qual são dominados.” (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 53). Se evidenciam importantes diferenças na construção e competição pelo poder político de cada país. Nesse sentido, e seguindo o constructo teórico de Guillermo O’Donnell sobre as formas de dominação na América Latina, é possível ver que a longa tradição democrática no Chile se distancia da versão populista da região latino-americana, assim como da experiência política brasileira. As diferenças expõem variados modos de dominação, conseqüentemente, os graus de mediação entre o Estado e Sociedade.

No Brasil, nos 19 anos de construção democrática (1945-1964) e, contrariamente ao caso chileno, 1932-1973, as Forças Armadas não se consolidaram como forças neutras e alheias do debate político. A União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição da coligação PSD-PTB, desde à direita do espectro político, se converteria no ator com capacidade de contenção das reformas populistas cuja interferência, em última instância, amparava-se nos nexos com instituições castrenses. O intervencionismo militar foi alimentado pelas ações das correntes contrárias; primeiramente, ao legado de Vargas; posteriormente, ao populismo como forma de governo. Nesse sentido, as ações oposicionistas “tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e resultados eleitorais” (DREIFUSS; SOARES, 1983, p. 90).

A decorrência da crescente urbanização, promovida pelo modelo econômico assumido na década de 30, denominado de Industrialização de Substituição de Importações,

gradualmente, estendeu a base eleitoral dos partidos com conexão no mundo sindical. O que aumentou assim a ameaça e, portanto, o intervencionismo da UDN em todas as eleições do período democrático. Em termos gerais, a contenção se baseou sobre dois pilares fundamentais: a inclusão e mobilização, respectivamente, dos setores populares na arena política, assim como o manejo político-monetário de todos os governos de corte populista.

Para a campanha presidencial de 1950, Getúlio Vargas, sob a ótica de promover o nacional desenvolvimentismo além de ampliar os mecanismos de proteção social - o *Pai do Pobres* - volta à máxima magistratura do poder, porém, pela via das eleições democráticas. O retorno do líder populista à presidência adveio de um cenário envolto de polêmicas, pois os 48,7% dos votos conseguidos não superaram a maioria absoluta. Diante de tal quadro político, alçaram-se as vozes que proliferam a ilegitimidade da vitória a partir desse ponto.

A tentativa foi malograda, pois não havia tal exigência na Constituição Nacional. A UDN, iniciava aí uma tradição de contestação sistêmica da ordem constitucional, propugnando, sempre que se achavam ameaçados os interesses da elite brasileira, a derrubada de governos e, de forma frequente, pela intervenção das Forças Armadas (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 55).

A partir da campanha desviante à carta magna e às regras do jogo democrático por parte da UDN, o sistema político brasileiro se polariza rapidamente em dois tipos de projetos de país. De um lado, nas coalizações que defendiam projetos políticos com eixos programáticos de caráter populista. Por outro lado, em uma direita liberal no âmbito econômico, portanto, contrária aos pressupostos sociais e ao intervencionismo do Estado. Segundo o cientista político, René Armand Dreifuss, as ofertas programáticas que distanciavam ideologicamente o sistema político brasileiro estiveram atravessadas pelo *estatismo nacional-reformista versus as propostas político-econômicas condescendentes com o capital oligopolista multinacional-associado*, com hegemonia do bloco nacional-reformista nos governos de Gaspar Dutra (1946-1950), Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubistchek (1955-1960).

Maria Helena Alves, por meio de uma perspectiva analítica histórica-estrutural, situa a economia brasileira a partir de uma “crescente penetração do capital internacional, após meados da década de 50, configurada por uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado- dependente e o capital do Estado” (ALVES, 2005, p. 19). O que caracteriza assim o final da década por uma situação de dependência baseada no ‘tripé econômico’. A formação de elites tecnocráticas contrárias ao itinerário econômico pautado pela coalização populista originou-se da coincidência de interesses econômicos das forças

expansivas do capital internacional em concomitância a interesses econômicos locais. No plano brasileiro, as forças econômicas nacionais se submeteram aos interesses do grande capital, porém, em decorrência dos mesmos interesses, foram denominadas de classes clientelísticas:

Cujos interesses associam-se, por meio da propriedade conjunta e mecanismos formais de cooperação, ao capital estrangeiro, e que portanto apoiam ativamente a penetração internacional da economia nacional. A essência do capitalismo dependente só pode ser compreendida, assim, no contexto das relações de dominação que caracterizam o sistema internacional (ALVES, 2005, p. 21).

Os defensores do tipo de modernização-conservadora, ou seja, do capital estrangeiro e das forças clientelistas nacionais, consideram que os avanços das políticas populistas ameaçaram a *industrialização capitalista*, assim como a *previsibilidade dos ganhos futuros*. Isso principalmente após as consequências econômicas do governo de Juscelino Kubistchek, portanto, planejam-se, coordenam-se e agem organicamente no processo político tendo como alvo defender os seus interesses. Em um cenário denominado como o *fim da etapa fácil* de industrialização “diretrizes políticas distributivas foram rotuladas de ‘românticas’, enquanto que a nacionalização, as medidas estatizantes e a produção socialmente orientada foram taxadas de ineficientes” (DREIFUSS, 1981, p. 134). É nesse momento histórico que se exigiu a estabilização da economia e, ao mesmo tempo, o *esvaziamento de produtos marginais*, sendo traduzido a partir de uma linguagem tecnocrática como o recorte de programas sociais, entre outras pautas promovidas por essa forma de governo.

### 3.3 AS CORRESPONDÊNCIA ESTRUTURAS DOS GOVERNOS DE SALVADOR ALLENDE E JOÃO GOULART

Tendo em consideração que ambos os governos são parte do processo político denominado de *pretorianismo de massas*, pelo politólogo argentino, este último ponto estabelece relação com os estudos desenvolvidos pelo cientista político norte-americano, Samuel Huntington, sendo necessário indagar tanto nas correspondências de tais governos assim como suas divergências. Os respectivos declínios das administrações de Salvador Allende e de João Goulart, condicionam as regras do jogo democrático como forma de satisfazer certos grupos sociais, principalmente, uma elite transnacionalizada no horizonte do *aprofundamento* do sistema produtivo

O fracasso do momento populista, classificado como a forma tardia do início da industrialização latino-americana, obriga os tomadores de decisões familiarizados com essa forma de governança, em um contexto de ‘zona problema’, procurar saídas políticas para a continuação de projetos econômicos nacionais-estatistas. Se possível pensar em uma reinterpretação dos postulados de Guillermo O’Donnell, os pressupostos indicam que em uma etapa histórica denominada pela dependência estrutural, os líderes políticos englobados no conceito de populistas preocuparam-se em redefinir, aos olhos deles, tais distorções. Sobre essa presunção, o que estava em disputa era o tipo de estrutura socioeconômica dominante.

Por um lado, se encontravam os que advogavam pela construção de mecanismos que garantissem a previsibilidade dos investimentos, fundamentalmente, dos setores mais dinâmicos. Do outro lado da vereda, atores políticos que tentavam promover pautas políticas regressivas, principalmente, intercedendo pela reconstrução de alianças populistas. Sobre este ponto em particular, antes dos golpes de Estado no Chile e no Brasil, Allende e Goulart tentam romper com o percurso de um certo tipo de capitalismo, o associado.

O último mandato presidencial no Chile antes do golpe de Estado é caracterizado pelo cientista social Manuel Antonio Garretón como um projeto político de “democratização não capitalista”<sup>47</sup> (GARRETON, 1983, p. 44). Sobre tal dimensão analítica, o sociólogo chileno insere um terreno de ruptura com respeito ao modelo econômico, de igual forma, o governo de Goulart procura uma ruptura econômica em relação aos últimos anos de política, principalmente, contra os promotores de um capitalismo associado e dependente. A radicalização do nacional-estatismo emerge do contexto político em que assume posse à presidência João Goulart. Diante de tal quadro político, suas principais propostas de governo com respeito ao tipo de estrutura econômicas promovidos em seu mandato entre 1961-1964, foram: “restrições aos investimentos multinacionais, severo controle de remessas de lucros, pagamento de *royalties* e de transferências de tecnologias, nacionalização de grandes empresas estrangeiras, assim como subsídios ao capital privado nacional” (ALVES, 2005, p. 21).

---

<sup>47</sup> Inclusive antes de ser eleito Salvador Allende como presidente, o Estado exercia um papel mais importante na economia nacional do que em qualquer outro país da América Latina, com exceção de Cuba. Ao final dos anos 60’, o investimento público direto superava os 50% do total do investimento bruto, e o Estado Controlava mais de 50% do crédito total. Porém, a participação relativa do Estado sobre o PGB era de 14% e empregava 13% da população economicamente ativa. (VALENZUELA, 1989, p. 58). Outros dados evidenciam que “nos inícios de 1973 a área social consistia em aproximadamente 250 firmas que controlavam 80% da produção industrial e 50% do PIB. Em meados de 1973, se havia incorporado outras 250 empresas. Algumas tinham sido vendidas por seus donos (várias através de uma maior ou menor coerção *de facto*, financeiras ou de outro tipo); outras foram ‘tomadas’ como consequência de disputas sindicais e dificuldades financeiras ou de produção” (LANSBERGER; McDANIEL, 2013, p. 218).

Do lado chileno, a conceitualização utilizada por Garreton discorre a partir de elementos de continuidade e outros de ruptura. A democratização transforma-se no elemento de continuidade como modo de incluir os setores marginalizados do processo político, ou seja, os setores populares. Portanto, configura-se uma ampliação da democratização orientada historicamente pelos setores mesocráticos. O processo de distância ideológica deve-se fundamentalmente ao elemento de ruptura, como concebe Garreton, em termos programáticos: no horizonte político de aniquilar as bases da sociedade capitalista [...] terminar assim com o domínio dos imperialistas, dos monopólios e da oligarquia latifundiária (GARRETON, 1983, p. 44).

De acordo com as teorias que se adscvem neste trabalho, observa-se a imbricação de duas crises. Primeiramente, uma que versa sobre a polarização do sistema econômico vigente e outra de caráter político. No caso brasileiro, ambas se arrastam até o fim do processo político democrático, seguido de um período no qual as tendências antagônicas se radicalizam. Essa radicalização em grande medida se dá pelo plano de governo apresentado pelo sucessor de Jânio Quadros, impedindo-se assim que as instâncias institucionais resolvessem o conflito em disputa. No caso chileno, em um cenário de profunda polarização, a *Democracia Cristiana*, por meio da criação do Estatuto de Garantias Constitucionais, solicita e obriga a *Unidad Popular* respeitar a longa tradição democrática assim como a constituição, transformando-se em um requisito e condicionante para votar a favor da vitória de Allende como Presidente da República.

Para Arturo Valenzuela (1989), “o chamado Estatuto de Garantias Constitucionais constitui um exemplo claro da grave polarização política chilena e da severa erosão das tradicionais regras do jogo democrático” (Ibidem, p. 140). A assinatura do Estatuto de Garantias Constitucionais dá origem ao primeiro mandatário marxista no mundo eleito através de eleições livres e competitivas, num clima político de crescente radicalização e ideologização política. Uma distância ideológica ainda maior por ser um governo com elementos fortemente revolucionários e sem nenhuma aliança pragmática. O principal pólo antissistema do espectro ideológico, a direita política, que, negou desde o primeiro momento a vitória de Salvador Allende, foi uma força política importante na aprovação “*La Ley de Defensa a la Democrática*”<sup>48</sup>. De igual modo que em 1948, a direita política mostraria seus

---

<sup>48</sup> Decreto assinado em 1948, num contexto de Guerra Fria, em que se proclama a inconstitucionalidade do Partido Comunista. A também chamada ‘ley maldita’ deixou ao Partido Comunista durante quase uma década fora da competência política.

pergaminhos antidemocráticos e, a partir do primeiro momento do triunfo de Allende, se caracterizaria por sua essência golpista<sup>49</sup>.

A polarização política, no que concerne à disputa sobre os eixos econômicos transbordou a institucionalidade vigente no Brasil, pois os questionamentos às instituições democráticas, logo após a inesperada renúncia de Quadros, pôs em discussão a posse do nove presidente. “Setores militares e a direita se colocaram contrários à posse do vice-presidente, porque viam em Jango o perigo da radicalização política e a ameaça da emergência do comunismo” (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 65). Porém, a rápida organização da base política do outrora Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, além da aceitação de algumas regras que diminuam seu poder, terminou travando as tentativas golpistas.

Embora os canais democráticos seguissem seu curso, o acordo assinado amputa as regras do jogo precedentes “fixando-se a presidência um programa de inspiração pessedista e impondo-se um regime parlamentar que, efetivamente, limitou o poder de João Goulart” (DREIFUSS, 1981, p. 130). Dessa forma, as forças opositoras encurralaram no Congresso as reformas de base propostas pelo novo governo. Os eixos programáticos pronunciados pelo líder da UP, a assim como no Brasil, instauram um clima reacionário, porém a longa tradição democrática em forma conjunta à doutrina constitucionalista - ou Schneider - permitiu dar início ao governo de Salvador Allende (1970-1973), quem, por meio da coalização da *Unidade Popular*, chega ao *Palácio de la Moneda* com um ambicioso plano de transformações políticas.

A longa competição sobre o modelo político dominante no Brasil e a nova conjuntura política, referente às travas impostas à posse de João Goulart como mecanismos de controle das classes associadas e dependentes, longe de controlar o conflito, especificamente, sobre a contenção de pautas políticas regressivas, inauguram um período com um clima político de posições polares cada vez mais definidas. De fato, a rearticulação da cena política patrocinou a emergência de um novo tipo de populismo nacional-reformista, inclusive mais propositivo que seus antigos formatos, manifestados em concomitância com uma classe política opositora cada vez mais timorata.

No entanto, no Chile, os trabalhos do cientista político Arturo Valenzuela, amparados nos estudos das dinâmicas políticas fornecidas por Giovanni Sartori e Juan Linz, esgrime que a

---

<sup>49</sup> Durante os três anos de mandato de Salvador Allende a direita política jogou um papel de *oposição por princípios* os quais podem ser expressos a partir do resultado da eleição. O máximo representante da direita tradicional, “Jorge Alessandri, nunca foi visitar Allende nem reconheceu seu triunfo publicamente, além disso, o nove de setembro declarava em caso de ser eleito pelo Congresso Pleno, renunciaria ao cargo, o que daria lugar a uma nova eleição” (SILVA, 2013, p. 34).

crise de 73' explica-se, inicialmente, por fatores políticos. Esse construto teórico fundamentado pela erosão do centro pragmático e a consequente clivagem de forças centrípetas versus forças centrífugas converte-se na abordagem teórica dominante na academia chilena para explicar o fim da etapa democrática. Nesse cenário, e apesar das discrepâncias analíticas, vários autores se alistam nessa linha de pensamento para conceber o golpe de Estado. Dito desta forma, isso não implica a vigência de fatores histórico-estruturais de caráter socioeconômicos como método de explicação, mas, ainda assim, as dinâmicas políticas são essenciais na configuração e extrapolação das outras crises. A crise política na qual assume o governo de Salvador Allende termina imbricando-se a uma crise econômica, social e, finalmente, de hegemonia.

A reestruturação do nacional-estatismo em vista das suas necessidades de base, e em prol da manutenção de seus propósitos, implicou a contenção da fuga massiva de capitais estrangeiros. “As limitações das remessas de royalties forçaram as companhias multinacionais a fazer o que haviam evitado durante o período de JK e Jânio Quadros. Ou seja, investir capital no Brasil pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros” (DREIFUSS, 1981, p. 132). A nova iniciativa impedia “a remessa anual de lucros exceder o 10% dos investimentos líquidos registrados” (Ibidem, p. 131), mas o novo itinerário populista, além de ter uma marcada ênfase de proteção sobre a indústria nacional, em políticas públicas - em matéria popular - também foram norteados por propostas consideradas radicais para a época. Em torno do eixo popular, o autor destaca os seguintes lineamentos:

João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxação da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo bem com uma reforma educacional estendendo seus benefícios às classes populares (DREIFUSS, 1981, p. 132).

Nos dois primeiros anos do mandato de Jango, a estratégia política do governo se estruturou em dois flancos. No plano institucional, juntar os esforços em vista de restaurar o sistema presidencialista. No plano social, ao mesmo tempo de mobilizar uma base de apoio popular<sup>50</sup>, em função de pressionar o regresso do antigo regime, procurou-se também

---

<sup>50</sup> Essa base de apoio sustenta-se na mobilização popular que vinha acontecendo desde a década de 50. Seguindo a Maria Helena Alves, “aumentaria significativamente a mobilização de setores anteriormente marginalizados da população brasileira. Sindicatos rurais e ligas camponesas formaram-se em regiões agrícolas. Trabalhadores urbanos organizaram-se no interior da estrutura sindical oficial ou em movimentos paralelos que estenderam sua coordenação por diferentes categorias. O período de Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora; um governo que buscava o apoio dos trabalhadores criava um clima político que permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas (ALVES, 2005, p. 21-22).

canalizar a sustentação de uma nova aliança popular para a consecução das reformas de bases idealizadas pela nova administração.

A reestruturação das forças políticas em função da nova conjuntura evidenciou o quebre de estabilidade política, sendo o gérmen mais imediato da ruptura democrática. A *recusa por princípios* da UDN, IPES/IBAD, FF.AA e o lado mais conservador de seus antigos aliados, o PSD, obrigou Goulart a buscar apoio em setores marginalizados no antigo *exercício da fase clássica do regime populista*.

O caminho político que cimentou Salvador Allende para construção de um itinerário gradual ao socialismo, em que o escopo inicial orientou-se em função de concretar o apoio dos movimentos populares. Transformações políticas que tiveram como alvo no futuro imediato um realinhamento do mapa eleitoral em benefício de possibilitar os seguintes passos programáticos, “a construção do socialismo através da criação de uma Área de Propriedade Social, Estado Popular e uma Nova Cultura” (GARRETON, 1983, p. 45). Tais propostas se embarcam no itinerário da ruptura econômica, em termos políticos, o qual teve estrita relação com o modelo de desenvolvimento econômico do governo anterior. Isso porque, para o oficialismo, o programa de *Revolución em Libertad* foi considerado reformista por não conseguir satisfazer a democratização do social, sem garantir uma *democracia popular* plena. Como consequência, o modelo econômico para a *Unidad Popular* requeria, na visão de Allende e seus aliados, de elementos revolucionários para cumprir com tais tarefas.

A passagem ao socialismo foi construída no programa de governo através de quatro pilares fundamentais, estes foram: “redistribuição do ingresso, ampliação dos programas e serviços governamentais, o controle do Estado sobre indústria considerado chave e a expansão da reforma agrária” (VALENZUELA, 1989, p. 144). O rápido avanço da estatização da banca, estatização de empresas privadas<sup>51</sup> e da reforma agrária<sup>52</sup>, eixos centrais no ideário político da *Unidad Popular*, radicalizaram o discurso político para a dinâmica econômica. Segundo Manuel Antonio Garreton, diante de tal cenário, primou “a estratégia de neutralização sobre a estratégia de derrocada na oposição através do uso progressivo de todas

---

<sup>51</sup> De acordo com a informação existente, em 1973, as empresas relacionadas com a CORFO ascendiam num total de 571, sejam subsidiárias, tomadas, ou bancos. Até setembro de 1973, se estatizam 170 empresas, foram tomadas outras 155, além disso, se comprou uma porcentagem importante de ações em 90 empresas, o que dá um total de 415 empresas (VALDIVIA, 2001, p. 22).

<sup>52</sup> À luz da Aliança pelo Progresso no governo de Jorge Alessandri (1958-1964), iniciam-se as primeiras tentativas de reforma agrária, porém, a denominada ‘*lei del macetero*’ (lei do vaso) foi mínima e insuficiente para estabilizar as vozes que proclamavam a reforma. O governo de Frei Montalva realizou importantes políticas públicas nesta matéria. Uma delas foi a legalização dos sindicatos campesinos, em 1967, ‘mas o governo de Allende expropriou mais de 1300 propriedades no primeiro ano; essa cifra supera em 300 o número de expropriações realizadas durante os seis anos do governo anterior (VALENZUELA, 1989, p. 151-152).

as instituições não controladas pela *Unidad Popular* com o propósito de impedir seu programa de governo” (GARRETON, 1983, p. 55).

Diante desse cenário, o apoio tácito ao governo por parte da *Democracia Cristiana* rapidamente se esfuma, dando passo assim a uma oposição intensa em vista de conter e desgastar o processo da via chilena ao socialismo. Primeiramente, para evitar as transformações profundas devido, em parte, à não construção de uma maioria relativa do oficialismo para aprovar as medidas necessárias de seu programa. Em segundo lugar, se viabilizar como a carta principal para a eleição presidencial de 1976, entretanto, o Partido Nacional admite abertamente uma postura golpista a partir do início da década de 70.

A alta competitividade do sistema de partido impediu as forças políticas de Allende obter uma maioria relativa no Congresso<sup>53</sup>. Por outro lado, as forças de neutralização não conseguiram obter a maioria absoluta. A falta de legitimidade num clima de radicalização política consumou um jogo político de soma zero, pois nenhum dos três terços conseguia levar adiante um rumo político mediante às regras do jogo que havia consolidado a longa tradição democrática. Nesse contexto político, o governo, na sua tentativa institucionalista de levar a cabo seu plano programático, termina ressuscitando resquícios legais, herdados da República Socialista de 1931. Entre as figuras legais mais controversas, figuraram os *enroques* ministeriais<sup>54</sup> e os decretos de insistências<sup>55</sup>.

O fracasso da estabilidade da democracia chilena e a conseqüente ruptura democrática, na perspectiva de Arturo Valenzuela, responde à mudança de um centro pragmático na década de 40, como foi a Frente Popular com a participação do Partido Radical nesse papel ao invés de um centro político ideológico como foi a *Democracia Cristiana*. Inclusive, os autores que refutam a teoria de Arturo Valenzuela, ainda que parcialmente, compartilham de tal formulação, principalmente nos seguintes aspectos:

---

<sup>53</sup> Quando Regis Debray lhe perguntou o que faria se o Congresso bloqueasse alguns de seus projetos, Allende não vacilou em responder que convocaria um plebiscito para lidar com a oposição parlamentária (VALENZUELA, 1989, p. 144).

<sup>54</sup> Inicialmente, o Partido Nacional tentou desestabilizar o governo de Allende, entre as estratégias mais utilizadas, têm um papel principal as acusações constitucionais aos ministros de governo. As acusações versaram sobre temáticas transversais, porém, as matérias de desordem, violência e violação à constituição transformaram-se nos eixos com maior notoriedade pública. Frente à minoria do PN e abstenção do PDC, a atividade parlamentária voltava à normalidade, não obstante, logo após a crise econômica e o assassinato do ex-Ministro do Interior ‘Edmundo Pérez Zujovic’ do governo de Frei, a oposição consegue destituir constitucionalmente alguns ministros de Estado. O caso mais ‘ruidoso’ foi quando invalidaram a continuidade do Ministro do Interior de Allende, José Tohá. Nessa ocasião, o *enroque* ministerial permitiu colocá-lo na liderança do Ministério de Defesa.

<sup>55</sup> Tanto os bancos como as empresas que foram estatizadas mediante a compra de suas ações ou utilizando a legislação vigente, que facultava às autoridades intervir em uma empresa legitimamente sempre e quando por alguma razão em que a empresa não estava funcionando bem, argumentava-se que não estava entregando os serviços essenciais (VALENZUELA, 1989, p. 149-150).

“precisava-se de um PDC que assumisse a atitude de uma oposição moderada e distinta à da direita com disposição de negociação com a *Unidade Popular*, tanto para negociar determinados programas de governo ou bem controlar os ritmos de sua aplicação” (GAZMURI, 1988, p. 60).

A estratégia da derrocada rapidamente acabaria superando a estratégia da neutralização, manifestando-se à luz de dois marcos militares. Em primeiro lugar, a acusação do uso excessivo dos resquícios legais, causando um profundo debate público em torno da legalidade *versus* a legitimidade - discussão que incorreu em uma leitura política da *Democracia Cristiana* como a violação do Estatuto de Garantias Constitucionais. E, em segundo lugar, como consequência da primeira variável, a substituição de um ator moderado na presidência do PDC, René Fuentealba, por um presidente da ala mais de direita do mesmo partido, como Patricio Aylwin.

No entanto, no Brasil, a frágil e incipiente tradição democrática (1945-1964), com instituições políticas que não contaram com os mecanismos necessários para canalizar, demandar e resolver os conflitos para manter a vigência institucional. As tensões irreconciliáveis, produto da modernização *ou alta modernização*, levaram o Brasil à ruptura de sua institucionalidade. A estabilidade promovida por uma forma de governo pluralista, mas moderada em seu acionar político, perde seu equilíbrio ao não superar os elementos contraditórios em seu interior virando num binômio irreconciliável. Na mesma senda, a *ativação do setor popular*, em última instância, terminaria provocando a *crise de hegemonia estatal*, “que ocorria à medida que o populismo perdia uma parte substancial de seu caráter manipulador e os políticos tradicionais perdiam o controle dos sentimentos populares.” (DREIFUSS, 1981, p. 141).

Já para Maria Helena Alves (2005) a origem da crise está relacionada a não conciliação de interesses irreconciliáveis entre a aspiração popular e os resultados esperados. É nesse momento que o papel da tecnocracia no golpe de Estado ampara-se na “ideologia de segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (Ibidem, p. 23).

Num contexto de polarização extrema, a inclusão, organização e mobilização de movimentos nacionais populares foi vista como um atentado às necessidades políticas e econômicas do país e um retorno à agenda sistêmica da questão populista. Perante tal quadro político, e em função da formação de um populismo de corte radical, a necessidade do *aprofundamento do modelo econômico* “foi em reação a este tipo de crise onde as classes

clientelísticas brasileiras vieram a desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado” (ALVES, 2005, p. 23).

Entre os integrantes civis que fizeram parte dos grupos de *fachada conspiratória* contra o governo de Goulart e contra a democracia brasileira: “Octávio Gouvea de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Neto. Todos eles ocupariam cargos de Ministro de Estado” (ALVES, 2005, p. 25). Tais tecnocratas aqui são entendidos sob a acepção de O’Donnell: no sentido de *normalizar e recuperar a agenda econômica*, contrariamente ao caso chileno, se articularam num corpo orgânico em conjunto a outros membros das classes clientelísticas, ao mesmo tempo, com implícitas vinculações às Forças Armadas Brasileiras.

Em dissonância com o conceito de pretorianismo de massa, pelo menos no caso particular do Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos afirma que a crise que se vivencia entre 1961 e 1964 corresponde ao que denomina de paralisia decisória. A recusa não guarda relação com a formação da coalização golpista, senão na perspectiva recíproca que concede às categorias de institucionalização e mobilização política.

A crise que se manifesta antes do golpe de Estado é uma crise de paralisia decisória “ou seja, um colapso do sistema político, resultante de sua incapacidade de funcionar (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes) e não a consequência de algum programa governamental específico, consistentemente implementado” (SANTOS, 1986, p. 10). Portanto, isso não implica em uma superação da mobilização política perante o desempenho institucional.

A incapacidade do sistema político em resolver conflitos origina-se assim das mudanças que acontecem na competição institucional. Nesse sentido, “uma ruptura no sistema partidário é o melhor indicador de uma crise política generalizada” (SANTOS, 1986, p. 26). Nessa perspectiva analítica, o problema central ao que se refere Wanderley Guilherme dos Santos – paralisia decisória – remonta à incapacidade do sistema político brasileiro de resolver mediante canais institucionais o conflito operante na sociedade brasileira. Desse modo, o período contextualizado por ele, no que se relaciona ao *imobilismo político*, surge uma vez assumida a chegada de Goulart à presidência até o 31 de março de 1964, período em que “nenhuma decisão importante foi tomada em resposta ao Executivo e em que o Congresso permaneceu igualmente inativo” (SANTOS, 1986, p. 40).

Desprende-se do imobilismo político, conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1986), dois efeitos simultâneos ao problema originário: a polarização e a consequente

radicalização das forças políticas, assim como a fragmentação das mesmas. Em torno da clivagem forças centrípetas – forças centrífugas:

Entre o fim da década de 50 e o ano de 1964, o sistema político brasileiro experimentou a transformação de um pluralismo moderado ou segmentado em um pluralismo extremadamente polarizado, não importando quão limitada tenha sido sua dimensão pluralista, independentemente dos processos econômicos e sociais e seculares que caracterizam a moderna História do Brasil, o impasse político da década de 60, corretamente identificado pela análise clássica da política brasileira, resultou da estrutura de conflito político existente naquela época (Ibidem, p. 35).

### 3.4 FORÇAS ARMADAS E SUA INTROMISSÃO NO PROCESSO POLÍTICO CHILENO

As Forças Armadas chilenas, desde o período de 1932 até 1964, tiveram um papel subalterno para o mandato político constitucionalmente constituído. Dentro do marco temporal da radicalização das elites partidárias, efetuada a partir da desestabilização nos mecanismos de disputa política, se manifestam dois blocos em confronto dentro da oficialidade: as forças constitucionalistas e as golpistas, porém, a linha constitucionalista sempre conseguiu se sobrepor às facções golpistas. A polarização na cena política teve por consequência a maior ingerência das Forças Armadas no processo político. No período de 1964 a 1973, a tensão entre ambas tendências – constitucionalistas versus golpistas – foi permanente e gradualmente mais intensa com o passar dos anos e da radicalização no sistema político.

No mandato presidencial da PDC, período que, segundo a literatura politológica, se estabelece como o fim dos grandes acordos da cultura política democrática chilena, durante o qual houve dois grandes momentos de tensão entre o mundo militar e o mundo civil. O primeiro origina-se por causa da diminuição do orçamento público destinado às Forças Armadas, redução do gasto público com o propósito de satisfazer o programa de governo, principalmente, o gasto social. A consequência da redução do PIB para a área militar<sup>56</sup> desembocou num quartelaço “El Tacnazo”, movimento militar originário em 1969 e liderado pelo general Viaux. O eixo nodal do movimento procurou demonstrar a insatisfação do mundo militar com as políticas públicas orçamentais elaboradas pelo poder político.

No entanto, o fato político de maior impacto, dada sua magnitude e conjuntura do país, foi “quando o general pró-americano, René Scheiner, comandante chefe do Exército, se

---

<sup>56</sup> Se durante o governo de Alessandri, o gasto militar sobre o produto nacional descendeu de um 15% ao 9,8%, na administração de Frei a queda girou em torno de uma média de um 5,3% (CAÑAS, 1997, p. 45).

recusou considerar o golpe de Estado, conspiradores nacionais e internacionais intentaram sequestrá-lo” (VALENZUELA, 1989, p. 139). Ao opor resistência, Schneider resultaria morto. Em honra à postura constitucionalista do general assassinado, os membros fiéis à obediência constitucional e civil foram chamados através do rótulo da doutrina Schneider. Somente em seis anos, o clima de tensão dentro das Forças Armadas começou a convulsionar perante o clima de crescente radicalização política. Primeiramente por causa da redução de verbas destinadas à instituição castrense e, em seguida, como contenção dos resultados políticos do dia 4 de setembro de 1970, as eleições que deram por vencedor a Salvador Allende Gossens.

Em vista da polarização e radicalização dos projetos políticos na expressão de *globais*, tanto os oficialistas como os da oposição terminaram por degradar as alianças pragmáticas – na sua lógica excludente e de cosmovisões irreconciliáveis do mundo. Em síntese, politizaram as instituições *neutrais* da política nacional.

O fracasso das negociações, o conseqüente deterioramento do papel das instituições e procedimento mediadores tradicionais, a política de mobilização social e o deterioramento da autoridade das lideranças políticas sobre seus militantes levaram à incorporação do que Juan Linz denomina de poderes “neutrais” no jogo político, na expectativa que eles possam resolver os problemas estruturais. A *Contraloría General de la República*, os Tribunais, o Tribunal Constitucional, e finalmente, as Forças Armadas viram-se involucrados pouco a pouco em agudas controvérsias, que claramente pertenciam à arena política e legislativa, e que requeriam de negociações e acordos para chegar numa solução (VALENZUELA, 1989, p. 218-219).

Mesmo com a entrada na cena política de poderes *neutrais* como a *Contraloría General de la República* e Tribunais de Justiça, não se consegue controlar o conflito político. As instituições mobilizadas terminam politizadas e sendo acusadas de cúmplices de um ou outro projeto político. “Nem com a incorporação de um setor das Forças Armadas ao gabinete socialista de Seguridade Nacional logrou-se constituir fórmulas de arbitragem eficaz para regular o conflito imperante” (CAÑAS, 1997, p. 50). A transformação política na competência partidária englobaria uma crise muito mais profunda em que as conseqüências, em última instância, acabariam também redefinindo a postura das Forças Armadas. Em torno da crise política generalizada, os sintomas surgidos lograram a perda de autoridade do governo sobre a sociedade no plano global.

O conjunto das crises expostas incidem na perda da autoridade sobre os poderes neutrais, principalmente após a tentativa de golpe de Estado “Tanquetazo”<sup>57</sup>, no dia 29 de junho do 1973. A permeação e extrapolação ideológica para a sociedade civil desde as elites ao resto das sociedades, assim como aos chamados poderes neutrais desembocam numa crise de polarização total. A perda da autoridade sobre o conjunto da sociedade originou uma crise política extremamente profunda. Como consequência, a crise que tem a sua origem de decorrências estritamente políticas, iniciada no contexto das eleições presidenciais de 1964, finaliza com outro fator político: “quando no dia 22 de agosto de 1973, uma maioria da Câmara de Deputados declarou que o governo estava envolvido num comportamento inconstitucional e chamou os militares (para pôr fim imediato) ao estado das coisas” (CONSTABLE; VALENZUELA, 2013, p. 29).

Desde o dia 22 de Agosto até o dia 11 de setembro de 1973, configuram-se os detalhes da aliança golpista dentro da instituição castrense. Em termos políticos-institucionais, o governo não tinha saída alguma, portanto, esse últimos dias foram essenciais para entender a formação da aliança golpista.

Os últimos dias antes do golpe de Estado, logo após o chamado de intervenção às Forças Armadas, influencia o equilíbrio de poder entre as duas tendências no interior de tal instituição. As transformações foram atravessadas por várias circunstâncias, primeiramente, identificando a coexistência de duas grandes tendências no interior do mundo militar, a renúncia do sucessor de Schneider, Carlos Prats, ao Ministério do Interior e, posteriormente, à Chefia do Exército, significando a perda de poder do setor constitucionalista e, paralelamente, uma vitória incremental dos setores golpistas.

As FF.AA, conforme menciona Arturo Valenzuela, foram chamadas para resolver problemas políticos como, por exemplo, com a conformação de dois gabinetes com elementos militares, entre as várias mudanças ministeriais, como medidas paliativas em torno da estabilidade política as que se orientaram, em primeiro lugar, para conter os efeitos da paralização geral do dia 4 de outubro de 1972. Entretanto, o segundo Ministério de Segurança Nacional constrói-se em vistas de garantir as eleições ao parlamento em março de 1973. Nesse sentido, tais fatores convidaram as Forças Armadas imbricarem-se entre o mundo

---

<sup>57</sup> Um pequeno regimento de tanques avançou para o palácio presidencial acarretando uma tentativa concreta. O Tanquetazo não foi parte de um plano mais amplo para tomar o poder, só foi levado a cabo por um general descontente, a ponto de ser destituído de seu cargo. Acreditou-se erroneamente que o descontentamento das Forças Armadas provocaria uma rápida escalada militar para a tomada do governo. O general Prats rapidamente soube do acontecido ato, com poucas perdas em vida, demonstrando que o setor constitucionalista dos militares, especialmente no Exército, ainda era o setor dominante. (VALENZUELA, 1989, p. 260-261).

político e o mundo militar, perdendo, desse modo, o relato de décadas sobre a obediência civil. De fato, é o mesmo general Carlos Prats em suas memórias quem reclama que as instituições armadas foram empurradas para o conflito político (PRATS: 1985).

É, nesse contexto, que as posturas da Doutrina de Segurança Nacional começaram a conquistar poder na arena política. A luta contra o *inimigo interno* se torna visível por amplos setores militares, especialmente, na Marinha. Após a tentativa de golpe, do dia 29 de junho de 1973, e baseados na suposta conspiração do PLAN Z (plano da esquerda marxista, que tinha por alvo matar todos os altos escalões da FF. AA para levar a cabo o programa de governo) os oficiais da Marinha expulsam os elementos *governistas* da instituição, ao mesmo tempo, iniciam-se os preparativos contra o exército paralelo.

No dia 7 de agosto, “a Marinha denuncia e acusa o governo - aludindo que estava coordenado com o MIR e facções do Partido Socialista – de planejar atacar vários barcos. A instituição argumentou que a esquerda estava estimulando deliberadamente a insurreição de seus oficiais” (VALENZUELA, 1989, p. 271). Por tais motivos, se estabelece um itinerário para investigar as armas que detinham as facções subversivas de esquerda, sem a autorização do governo, em diversas cidades do país afim de conter os elementos insurrecionais aliados do governo.

É a mesma Marinha também que confabula o papel golpista em relação à situação econômica do país.

Ao final do segundo ano de mandato da Unidade Popular- através do ex-oficial da marinha, Roberto Kelly- se solicitou a um grupo a elaboração de um plano econômico para ser aplicado posteriormente e que tivesse medidas de emergência de curto, médio e longo prazo. As pessoas que participaram do projeto, que mais tarde se conheceria como ‘El Ladrillo’ (O Tixolo), provinham quase totalmente da escola de economia da Universidade de Chicago, de tendência neoliberal. Nesse documento se fez o diagnóstico da economia dessa conjuntura caracterizando-a como excessivamente regulada, fechada, inflacionária e com uma balança de pagamentos desequilibrada e paralisada para o desenvolvimento. Daí se sugeriria liberar preços, diminuir o aparato estatal, fixar um tipo de mudança realista, financiar a área fiscal e, sob seu mando, entre outras planificações (VALDIVIA, 2001, p. 11).

A perda de hegemonia do governo para o mundo militar inicia-se com as ações da Marinha, porém, os efeitos do levantamento militar – Tanquetazo - não foram alheios ao resto das instituições castristas. A redefinição do mundo militar após a frustrada tentativa das sub oficialidades do Exército deu início à ‘Turma dos 15’, reuniões denominadas dessa forma por convergirem cinco oficialidades de cada instituição das Forças Armadas, orientadas para refletir e diagnosticar, em forma conjunta, o contexto político que vivenciava o país.

Entre as conclusões e o diagnóstico político da reunião, destacam-se os seguintes conteúdos:

O ‘Memorando’ emanado da primeira reunião deste comitê fez uma avaliação geral do país e deu conta da percepção militar a respeito da contingência. Seguindo alguns lineamentos da Doutrina de Segurança Nacional, os oficiais analisaram o momento a partir da perspectiva das frentes externas e internas. No juízo deles, a situação internacional do país era problemática, dada as atitudes agressivas que observavam-se nos países limítrofes – todos com regimes militares - especialmente porque, de acordo com seu diagnóstico, as Forças Armadas do Chile não estavam em condições de enfrentar uma eventual agressão. No âmbito econômico, os oficiais destacaram a queda da produção terminou ocasionando o desabastecimento, a queda de exportações com consequentes contrações de divisas e um espiral inflacionário qualificado como ‘catastrófico’. No plano político, o acento tinha ênfase no desequilíbrio dos distintos poderes do Estado, a intransigência partidária que só desunia os chilenos, a politização laboral, que gerou indisciplina e crise de produção e de autoridade, clima de ódio e violência destilada pelos meios de comunicação e a gravidade dos grupos paramilitares. Por último, no social a preocupação central de resolver problemas urgentes relacionados com vivenda, saúde, educação e salários, sendo a origem do estado de agitação, ‘que debilitava perigosamente a coesão interna do país’ (VALDIVIA, 2001, p. 4-5).

Após a renúncia forçada de Montero do comando da chefia da Força Aérea, devido às pressões internas da instituição, Gustavo Leight consolida-se como a nova liderança que, nesse momento, inclina-se a favor dos postulados de José Toribio Merino, Comandante-Chefe da Marinha, que, portanto, se insere no plano golpista. O Exército, contrariamente às outras duas instituições armadas, não se enquadra inicialmente nessa aliança. De fato, as evidências demonstram que logo após a renúncia de Carlos Prats do comando-chefe, no dia 22 de agosto, delegar-se-ia a Pinochet a sucessão da linha constitucionalista. No entanto, não é até o último momento que a instituição se une com seus pares para a invasão do palácio de governo e da democracia chilena.

A incidência do mundo militar à vida política emerge das falências do marco institucional para alcançar acordos e resolver os conflitos da vida política. Em vista da radicalização do sistema de partidos, as Forças Armadas terminaram por involucrar - se no processo político. Em primeira instância, não correspondendo à ruptura do marco democrático nem dos valores construídos por décadas nas suas filas, senão, em função dos requerimentos solicitados pela classe política.

Paralelamente, em nenhum momento é possível observar um consenso absoluto nem homogêneo nas filas das forças castrenses. Logo após, a tentativa de golpe de 1969, torna-se pública a divisão em pelos menos duas tendências preponderantes: “um setor abertamente anticomunista para quem a tese do inimigo interno da DSN tinha um forte peso e o fim do governo marxista era o fundamental, por outro lado, se enfatizava a necessidade de reformas

de caráter estrutural para neutralizar o marxismo” (VALDIVIA, 2001, p. 2). Desse modo, existiu um consenso circunstancial sobre a situação global do país por parte da classe política e das FF.AA em pôr fim a um governo determinado, mais nada.

### 3.5 FORÇAS ARMADAS E SUA INTROMISSÃO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO

No período democrático brasileiro, diferentemente do caso chileno, as Forças Armadas tiveram um papel ativo no sistema político brasileiro. A ingerência no processo de competência política, é resumida em duas grandes etapas pela academia do país: em primeiro lugar, “questionando a ‘legalidade’ dos governos constituídos, o que efetivamente aconteceu. “O intervencionismo militar, em princípio fora de questão, seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a juízo da instituição militar, os limites da legalidade” (DREIFUSS; SOARES, 1983, p. 90-91). O segundo elemento existe em decorrência do primeiro, particularmente, da visão globalizante do mundo militar no que diz respeito ao conflito político, Doutrina de Segurança Nacional. A leitura política institucional sobre o processo *da indisciplina laboral, greves, etc.* adquire:

Um tom fortemente antipolítico, antagônico de fato ao que caracteriza a política: existência de interesses particulares em conflitos a serem conciliados no âmbito do Estado. Nesse particular, a perspectiva que prevalecia no meio militar era organicista, o que se pretendia era dar uma unidade orgânica ao sistema, superando os antagonismos tidos como fatores de divisão e, em última análise, de desagregação. A existência de partidos, por exemplo, era encarada com reservas, pelo seu caráter de ‘partes’ em oposição mútua perturbando a unidade social. Além disso, a percepção da ineficácia e da inadequação do sistema partidário, bem como as pessoas que atuavam, levava a questionar sua validade em face dos objetivos nacionais (DREIFUSS; SOARES, 1983, p. 91).

A dinâmica de poder organizadas desde o seio das FF.AA “representaram um fator de poder de tipo bonapartista, legitimado constitucionalmente” (DREIFUSS; SOARES, 1983, p. 92). Pelo menos no Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional, e as características que assumem as FF.AA no processo político democrático, fica a dúvida se é que o seu papel é uma extensão ou um ponto de inflexão com respeito ao origem do papel bonapartista que assumem em democracia? De acordo com Maria Helena Alves, o corpo orgânico brasileiro buscou legitimar a dominação autoritária por meio da Doutrina de Segurança Nacional, sob três racionalidades diferentes, mas encaminhadas na mesma senda. As racionalidades na cena política são de contra-insurgência, contra “inimigo interno”, geopolítica (especificamente no que tange ao posicionamento como potência mundial) e desenvolvimentismo econômico.

No entanto, na teoria do Estado burocrático-autoritário, predominara duas racionalidades operantes para a “resolução” dos conflitos em sociedades permeadas por tensões de alta modernidade: *restauração da dominação celular* voltada para a *crise de hegemonia coercitiva estatal*. No plano econômico, orienta-se a *normalização da economia*. A particularidade geopolítica do Brasil responde a uma abstração teórica fora do alcance da teoria em menção, sobre este eixo temático, responde à peculiaridade do Brasil no cenário mundial além da vontade e organização das Forças Armadas brasileiras.

No processo político contextualizado, os tecnocratas assumiram posições subalternas no desenho e, aparentemente, na implementação de todas as áreas de vital importância para o modelo fundacional, pelo menos do ponto de vista estratégico e de planejamento. Tal posição subalterna deve ser dividida em duas perspectivas: em primeira instância, como classes clientelísticas e associadas aos interesses das empresas multinacionais, e, em segundo lugar, a implementação de um modelo econômico capaz de satisfazer as demandas industriais-militares, de modo “que o modelo econômico reforçasse o potencial produtivo do país para aumentar seu poder de barganha na arena geopolítica global” (ALVES, 2005, p. 50).

A racionalidade das Forças Armadas, no período prévio à ruptura democrática, procurava *legitimar* o golpe de Estado através da Doutrina de Segurança Nacional, de modo a ser um ator permanente do processo político brasileiro. O demiurgo da Doutrina de Segurança Nacional, o General Golbery de Couto, cimenta o plano teórico nas bases institucionais das Forças Armadas. Os pilares fundamentais responderam aos seguintes fatores:

A contra-ofensiva precisava dispensar as estratégias militares clássicas para concentrar-se em novas técnicas de contra-informação e contrapropaganda desenvolvendo estratégias semelhantes à ação ofensiva. O desenvolvimento de uma nova estratégia em face da “guerra fria permanente” levaria ao que Golbery já então denominava ‘Grande Estratégia’ (ALVES, 2005, p. 41).

O papel político dos militares na arena política tem sido uma preocupação importante para os estudos sobre as rupturas democráticas na América Latina, de igual modo a Maria Helena Alves, os intérpretes brasileiros recorrem à Doutrina de Segurança Nacional para compreender a sua racionalidade operante. A Guerra Fria e suas consequências mundiais são essenciais para entender os pilares através dos quais se constrói um Estado de Segurança Nacional, “um Estado nascido, como o de Hobbes, das fontes profundas do medo” (ARRIAGADA, 1984, p. 164).

Os elementos analisados no plano militar expressam, nas palavras de Genaro Arriagada, uma diferença substancial entre a atuação do caso militar brasileiro em relação aos casos de Chile e Argentina. Segundo o autor chileno, no Brasil “existiu um pensamento institucional sobre a geopolítica [...] fazendo de seu pensamento um todo orgânico e característico.” (ARRIAGADA, 1984, p. 157). A característica peculiar no conjunto de assuntos que englobou a geopolítica brasileira, elaborados desde a ESG, “abrange diferentes tipos de guerra; guerra total, guerra limitada e localizada, guerra subversiva ou revolucionária, guerra indireta ou psicológica” (ALVES, 2005, p. 36). Nesse sentido, a dimensão estratégica outorgou uma plataforma distinta para perceber a posição do Brasil no palco mundial, do mesmo modo, os problemas geopolíticos e de estratégia interna.

Sobre os tópicos de *estratégia de ação indireta*<sup>58</sup> adscritos na Grande Estratégia, relacionados às ameaças para a segurança interna, de acordo com René Armand Dreifuss e Otávio Soares Dulci, o que acontece é que tais propostas estruturam o caminho do intervencionismo militar na fase democrática. Desse modo, há o acionar dos militares, especificamente, no planejamento da Doutrina de Segurança Nacional. Este contexto poderia ser considerado como uma extensão dos temores iniciais na instauração da democracia. Em tal sentido, a experiência política de Getúlio Vargas, tanto na sua versão autoritária como na democrática, de alguma ou outra forma, termina por envolver as Forças Armadas no jogo político, condicionadas, ao mesmo tempo, pelas constantes pressões de setores político, em particular, da UDN. Desse modo, a ruptura pela qual se advoga dentro da oficialidade, através dos postulados da DSN, emerge da visão contestatória ao *varguismo*, suas heranças e repercussões no sistema político brasileiro, configurados a partir de projetos políticos paralelos e em oposição.

Nesse cenário, as intervenções militares – “falidas em 1955 e 1961, e exitosas em 1945 e 1954 – se traduzem- como nunca em 1964, quando os militares haviam exercido de modo direto o poder, Antes de 1964, a intervenção das Forças Armadas era produzida para logo restituir o governo aos civis” (ARRIAGADA, 1984, p. 169-170). Nesse sentido, em estrito rigor, os militares incorporavam e assumiam características intervencionistas e

---

<sup>58</sup> Logo após o fim da II Guerra Mundial, o itinerário do conflito transforma-se, seguindo a Maria Helena Alves, na guerra não-declarada ou neo-clássica. Por outro lado, é uma guerra de ação indireta: pode incluir o conflito armado no interior de um país, entre as partes de sua população. O manual da ESG define-a como guerra de ‘subversão interna’. O conceito empregado abrange a guerra insurrecional e a guerra revolucionária. Guerra insurrecional: Conflito interno em que partes da população armada busca a deposição de um governo. Guerra Revolucionária: Conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado desde o exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. (ALVES, 2005, p. 37).

fiscalizadoras do processo político brasileiro. Assim cabe questionar o processo de redefinição das FF.AA. Esse processo de redefinição implica uma transformação do papel intervencionista e fiscalizador ‘papel bonapartista’, por outro bem distinto, o de encaminhar o rumo do processo de modernização brasileira, ou seja, a aplicação da Grande Estratégia. No périplo de fiscalizador a planejador, por parte da FF.AA, consideram-se as seguintes interrogantes, todas elas plasmadas no processo de redefinição dos detentores do monopólio das armas. Por que o ponto de inflexão não ocorre em 1961, e, sim, em 1964? A que causas respondem? E como se manifesta?

Tais dúvidas levantam-se a partir do papel cada vez mais visível da DSN na visão orgânica das FF.AA. Perante a mobilização dos objetivos nacionais promovidos pela doutrina além do contexto fortemente influenciando pela revolução cubana estipula-se que a assunção de João Goulart *fomentava* a segregação da sociedade através da organização de movimentos nacionais populares, o confronto entre os capitalistas nacionais *versus* as classes clientelísticas, entre outros tipos de conflitos que emergem contra os valores promovidas pelo corpo militar, então, por quê estes fatos não terminam por articular a vigência da Grande Estratégia no que parecia ser o *momentum* histórico?

Nas reflexões de Maria Helena Alves, assim como nas de Guillermo O’Donnell, o ponto de inflexão das FF.AA surge em relação ao predomínio de diversas tendências estruturais, entre elas, aquelas estabelecidas pela Grande Estratégia. Sobre tais pontos, a autora salienta que:

A penetração imperialista é resultado da ação de forças sociais externas (empresas multinacionais, tecnologias estrangeiras, sistema financeiros internacionais, embaixadas, Estados e exércitos estrangeiros, etc). O que sustentamos é que o sistema de dominação ressurgue como uma força ‘interna’, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses estrangeiros, não especificamente porque sejam estrangeiros, porque podem ir ao encontro de valores e interesses que julgam tais grupos ser os seus próprios. Dessa maneira, a dependência implica o desenvolvimento de ‘classes clientelísticas’ cujos interesses associam-se, por meio da propriedade conjunta e de mecanismos formais de cooperação, ao capital estrangeiro, e que, portanto, apoiam ativamente a penetração internacional da economia nacional. A essência do capitalismo dependente só pode ser compreendida, assim, no contexto das relações de dominação que caracterizam o sistema internacional (ALVES, 2005, p. 21).

A paralisia decisória da maquinaria política do Estado, acima de tudo, se transforma no ponto de mutação no papel da FF.AA na política brasileira. Em primeiro plano, altera os riscos delineados pelo mundo militar, pois a radicalização da forma de poder populista colocou em tensão os pilares capitalistas estruturais da época através dos programas de base incitados por João Goulart. Por outro lado, e em vista da paralise institucional, a estratégia

governamental de extrapolar o conflito para a sociedade civil, especificamente, os movimentos sociais favoráveis ao governo, em detrimento dos interesses militares, superou os limites permitidos delimitados em seus postulados, causando assim um ponto de inflexão na atuação dos militares brasileiros.

Sendo assim, a estratégia de Goulart de retomar o poder pleno em um contexto político de paralise institucional termina por imbricar uma série de crises. Em primeiro lugar, uma crise ideológica de longa data. Entre as medidas de contenção para as políticas populistas, Jango “foi abatido duas vezes por pronunciamentos militares. Em fevereiro de 1954 um manifesto de coronéis tirara-o do Ministério do Trabalho. Em 1961, quando Jânio Quadros Renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares. Só assumirá porque aceitou, “depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, uma formula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder” (GASPARI, 2014, p. 48).

É possível observar assim que as manobras políticas de Goulart para recuperar os plenos poderes do presidencialismo, ou seja, a procura do poder real impedidos pelos militares em 1961, em um contexto de paralisia decisória, implicou o risco da não contenção das forças populistas. “Pela constituição de 1946, a escolha do presidente e seu vice não estavam vinculadas. Assim, elegeram-se ao mesmo tempo Jânio, com sua vassoura e Jango que, a juízo dos seguidores do novo presidente, encarava o lixo a ser varrido” (GASPARI, 2014, p. 49).

### 3.6 ANÁLISE COMPARADO DAS QUEDAS DEMOCRÁTICAS

As conclusões preliminares, em vista da categoria temporal e conceitual com a qual se reflexionou no presente capítulo indicam desde vários ângulos as falências teóricas e práticas dos postulados do cientista político argentino. Por isso, as seguintes conjecturas tentarão abrir um novo caminho para a interpretação das quedas democráticas na região da América Latina, especificamente, nos países mais modernizados do Cone Sul.

A priori, a reinterpretação dos padrões de direção como pilares arquitetônicos da teoria do Estado autoritário-burocrático são resinificados por meio de quatro hipóteses derivadas da caracterização realizada através de fontes de estabilidade secundárias, as político-institucionais. No plano teórico, as referências aludidas à *estruturação econômica* não são os únicos mecanismos que estabelecem estabilidade dos sistemas políticos

comparados, nem mesmo a única alternativa de sobrevivência do sistema capitalista. Em segundo lugar, e resultado da primeira presunção, existem outros mecanismos que proporcionam estabilidade aos sistemas políticos. Por outro lado, há a tese de que a emergência dos autoritarismos versa mais do que o encontro de um lugar comum de desenvolvimento – *aprofundamento* – senão, de uma contestação de um tipo de ordenamento político, econômico e social. Finalmente, a ideia de que as interpretações economicistas negam as particularidades políticas do processo.

A respeito da primeira hipótese, em relação aos casos do Brasil e Chile, não se evidencia que as mobilizações sociais tenham ‘saturado’ a institucionalidade vigente e que a única forma de conseguir a modernização econômica seja através do aprofundamento da matriz econômica. A polarização política nos dois países, em distintos graus, extrapola as demais instituições e sociedade em geral. No caso brasileiro, tal contexto gera um processo de *paralisia decisória* e, no caso chileno, um excesso de institucionalização política, derivada da politização de todas as *instituições neutrais*, provocando um conflito irremediável entre legalidade versus legitimidade.

Em relação à tese do aprofundamento da estrutura socioeconômica está se sustenta, pelo menos nos casos estudado, de forma parcial. No Chile, por exemplo, por parte da direita política não visualiza nenhum projeto que procure impulsar a estrutura industrial do país, enquanto os militares, sua função em geral, esteve ligada à tentativa de resolver os conflitos imperantes na cena política. No caso brasileiro, pode-se sustentar, parcialmente, a tese aderida na teoria do Estado burocrático-autoritário, entretanto, grande parte da polarização política se baseou na definição do modelo econômico. Por outro lado, houve uma clara intenção de industrializar certas áreas da defesa militar, além da extrapolação de elementos tecnocráticos na extrapolação de uma categoria temporal e a outra, IPES/IBAD. Porém, a emergência do autoritarismo não pode ser analisada exclusivamente de particularidades econômicas enquanto ambos os países manifestaram tendências de caráter político nas rupturas democráticas.

No caso chileno, por exemplo, a perda da estabilidade do sistema político, em primeiro lugar, é condicionada pela mutação do centro político pragmático por ser de tipo de centro ideológico, desencadeando uma concatenação de conflitos por causa da crescente polarização do espectro político. No caso brasileiro, independentemente da trajetória mais frágil do regime democrático, a polarização da competência política rapidamente foi mudando em alternativas cada vez mais extremas. Como decorrência, as forças centrífugas, a fragmentação das ofertas programáticas, assim como as rupturas de algumas alianças

partidárias iniciam um processo chamado de imobilismo político. Em última instância, o que se estabelece é o fim de um ciclo político.

A conjuntura tratada acredita na tese de um tipo de imbricação de preceitos econômicos e de regularidade de caráter político-institucional. Sendo difícil categorizá-los em uma dimensão analítica, pois, de grosso modo, os *traumas* respondem à competição política de cada país previamente ao desenlace autoritário. Em termos gerais, a superação da competição política precedente e seus conflitos derivados sustentam a tese de que parte da arquitetura que os autoritarismos edificam sua legitimidade nasce deste fenômeno. *Os riscos pretéritos*, categoria que inclui as particularidades culturais de cada sistema político, transformam-se assim na antinomia do ordenamento de poder nos governos autoritários em relação ao seu *pretérito imperfeito*.

Nesse sentido, como caracterizar o rumo para uma forma de governo autoritária e sua concomitância temporal? Ou, em outras palavras, quais seriam as correspondências estruturais entre os casos? A resignificação dos postulados analisados concebem a tese de um tipo de recusa generalizada às alternativas do nacional-estatismo como o projeto político viável na região. A oposição aos projetos nacionais-populares, e contrariamente às presunções de Guillermo O'Donnell, não guiaram o caminho desses países num processo de aprofundamento da estrutura socioeconômica, portanto, seus críticos projetam-se em erradicar da paisagem política partidária tais tipos de projetos, seus líderes, programas de governos e suas bases sociais. Esse fundamento sustentaria em parte a tese da internacionalização dos mercados internos, mas existiram conexões entre a burguesia *clientelística* com ETs, atores que em forma conjunta procuraram impedir a senda dos dois países, Brasil e Chile, em guiar a sua agenda política própria e soberana. Assim sendo, os pilares políticos de isolar os países das futuras crises – Cepal – seriam substituídos por um tipo de dependência cada vez mais estrutural.

No plano prático, os governos de Salvador Allende e João Goulart são as últimas tentativas em romper contra um processo irreversível do capitalismo associado e dependente. Suas medidas políticas, Revolução ao Socialismo e o Programa de Base, inauguram a divisão definitiva de tais países em dois projetos-país em concomitância aos estágios econômicos prévios ao autoritarismo, porém, contrários à sequência do aprofundamento. De acordo com as ideias de O'Donnell, efetivamente, as mudanças na estrutura socioeconômica desencadearam efeitos de caráter político. Entre tais fatos, poderia se denominar as Garantias Constitucionais de Proteção à Democracia no caso chileno e a imposição do poder presidencial limitado no caso de Brasil, ao mesmo tempo, o aumento reacionário das classes

hostis desses projetos. Mas, tais acontecimentos não são as únicas formas de estabilidade perante a qual tais sociedades se conformaram e estabilizaram uma certa ordem.

As teorias estruturalistas, em essência, impedem identificar as particularidades políticas que definem os rumos das sociedades. Nesse sentido, na comparação realizada entre os dois países, se destacam algumas dessas peculiaridades e suas incidências nos respectivos golpes de Estado. Pensando em um sentido global e cronológico, a longa tradição democrática no Chile forneceu os pilares de uma trajetória de respeito à Constituição e às regras do jogo imperantes. Na vereda contrária, no caso brasileiro, o cenário de dominação populista além de procurar o equilíbrio no seio de uma aliança com interesses contraditórios, tencionou de modo permanente a estabilidade, ademais disso, lidou com forças políticas que azotaram constantemente a consolidação da institucionalidade democrática.

Entre as consequências associadas à tradição democrática chilena favorece as diferenças em relação a experiência brasileira. Inicialmente, o golpe de Estado no Chile não reagiu como “efeito dominó” à revolução cubana de 1959. Ao mesmo tempo, essa mesma cultura democrática, logo depois da mesma revolução cubana, tolerou projetos de viés ideológicos e alternativos à reprodução das relações capitalistas *puras*, *Revolución em Libertad*, ademais da *Via Chilena ao Socialismo*. Dessa ótica, pode-se considerar o projeto autoritário brasileiro bem mais reacionário que a experiência chilena, em parte, pela visão e permanente interação dos militares no processo político.

Manifestamente em todas estas experiências autoritárias, existem efeitos reacionários em torno da ativação do social. Em conformidade com as reflexões de Kaufman, é possível considerar que a articulação dos movimentos nacionais-populares assumem um papel mais destabilizador em cenários políticos com forte tradição democrática. Tal perspectiva, seguindo os postulados da teoria do Estado burocrático-autoritário, efetivamente tornaria o combate contra o *inimigo interno* desde uma lógica mais brutal e repressiva. Como menciona O'Donnell, “a ameaça que buscou se frear no Brasil, comparativamente, ocupava em relação aos outros países, pouco espaço na sociedade e algo mais no aparato estatal. [...] quando começou a pressionar o sistema era apenas incipiente comparado com o Chile, não de Allende senão de Frei, entretanto, no Brasil já começava o golpe” (O'DONNELL, 1984, p. 32).

Em estrito rigor, os processos de mobilização, no Chile, e suas implicâncias no golpe de Estado são decorrência da perda do consenso político. Em conformidade com Manuel Antonio Garretón, é possível dizer que os sintomas de hostilidade nos grupos mobilizados, e nos processos de contra-mobilização no período de Allende, são o resultado da extrapolação

da polarização partidária ao sistema político em geral. Fundamentalmente, “todos esses fatores explicam a diferença da esquerda brasileira, em 1964, da esquerda chilena que caiu, mas sem deixar de lutar até o fim” (HOBSBAWN, 2013, p. 351).

Em relação às Forças Armadas e sua participação no advento autoritário emergem outras particularidades não visualizadas na teoria do Estado burocrático-autoritário. Por exemplo, no caso chileno, além do brutal ataque ao símbolo político e democrático mais importante do país –*Palácio de la Moneda*– as instituições militares procuram sua legitimidade de ação num princípio democrático, porque, da perspectiva deles, há uma explicação e uma fundamentação por meio da emenda do dia 22 de agosto de 1973, emitida pela Câmara de Deputados, o que permite considerar assim a ruptura democrática por parte deles como um pronunciamento militar, e não um golpe de Estado propriamente dito.

No entanto, no caso brasileiro, o papel *bonapartista* explica a constante instabilidade durante o regime democrático, evidenciando também, a existência de projetos globais por parte dos militares, o que é diferente da experiência chilena. As ações dos militares brasileiros se transformam na barreira de contenção às políticas populistas. Por outro lado, esses controles se extrapolam entre uma categoria temporal e outra na divisão do poder no seio daquela instituição durante o regime autoritário. A alternativa autoritária é enxergada como um aprendizado das lembranças do passado – ou pesadelos para eles –, contudo, aprendem que não só é possível expandir o modelo econômico como também não repetir os erros pretéritos.

#### **4 SOBRE O AUTORITARISMO LATINO-AMERICANO: DA REPRESSÃO À PROCURA POR MECANISMOS DE LEGITIMIDADE**

No presente trabalho, as análises apresentadas têm girado fundamentalmente em torno da tentativa de explicar o surgimento do autoritarismo-burocrático. Por isso, na presente seção, a prioridade configura-se a partir das falências teóricas e práticas destes regimes como unidade de análise, ademais das possíveis saídas teóricas para sua caracterização.

Para tanto, o presente capítulo será dividido em duas seções. Em uma primeira etapa, o objetivo principal será analisar as rupturas e continuidades inseridas na teoria do Estado burocrático-autoritário assim como os padrões pós-golpes. Desse modo, será possível entender a composição do poder, a dinâmica política e as estruturas que condicionam as etapas e diferenças entre os casos. Por outro lado, a segunda parte do seguinte capítulo emerge das insuficiências dos pressupostos teóricos esboçados pelo cientista político argentino Guillermo O'Donnell. Portanto, o propósito é compor alguns pontos de crítica e discussão sobre os desígnios em questão, ademais da investigação de *novas* formas de compreensão do autoritarismo latino-americano contemporâneo.

A utilização de conceitos e variáveis que condicionam a emergência de uma espécie de autoritarismo – Estado burocrático-autoritário - versa também sobre uma série de regularidades empíricas, padrões que consignam tanto a assunção quanto o comportamento deste tipo de dominação. Todos os países englobados na teoria são azotados por um tipo de *ameaça* que contornam as diferenças de origem e de consolidação de tal realidade. Nesse contexto, o primeiro capítulo propõe-se descrever os conteúdos que, por meio da comparação das experiências históricas afetadas pelo fenômeno do Estado burocrático-autoritário, caracterizam as correspondências e divergências associadas.

As consequências derivadas da comparação teórica na sua versão original deixam entrever a composição de dois tipos de fenômenos num só. Um tipo de Estado burocrático-autoritário que se consolida e outros que não conseguem *evolucionar*, elucidação vertida das tendências de mudança explicitadas nas diferentes fases do arcabouço teórico. Perante tal cenário, a segunda parte do capítulo responde à discussão de vários tópicos. Em termos gerais, do vazio teórico para os casos que não se *consolidam*. Por isso, irá se estabelecer a comparação do caso chileno com o único país que no suposto do Estado burocrático-autoritário satisfaz o itinerário total da teoria, o Brasil.

A comparação entre tais experiências autoritárias – Chile / Brasil – não se baseará exclusivamente em saber por que somente o autoritarismo brasileiro consegue, de acordo aos

critérios esquematizados por O'Donnell, ser o único exemplo que logra aprofundar sua estrutura socioeconômica. Nesse sentido, além de comparar as trajetórias de ambos os países o alvo aqui apresentando também aponta para a crítica do caráter quase exclusivamente economicista da teoria e suas respectivas falências derivadas. Assim, adere-se, ao contrário de O'Donnell, à tese que impossibilita caracterizar tais regimes à luz de critérios puramente econômicos. O caráter fundacional destes regimes procura estratégias de legitimação mistas: *históricas, institucionais e socioeconômicas*.

#### 4.1 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA DOMINAÇÃO DO ESTADO BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO

A explicação deste tipo de domínio político vai além das variáveis de classe e de mudanças na estrutura produtiva. Fenômenos explicativos da assunção autoritária, segundo Remmer e Mekrx, a teoria autoritária de Guillermo O'Donnell adquire caráter “descritiva aplicada a um estado de coisas tipificado e definido por uma conjunção de ao menos oito fatores, resumidos, num tipo ideal no sentido weberiano” (REMMER; MERKX, 2013, p. 150). Tipificação que para Guillermo O'Donnell: “são resultado de uma criação analítica, um ‘tipo construído’ que não pretende descrever inteiramente ou exatamente nenhum dos casos que se lhe atribuem, embora se aproximam o suficiente para ser incluídos em uma categoria de certos padrões comuns” (REMMER; MERKX, 2013, p. 150-151).

Nesse sentido, a teoria se destaca pela imbricação de duas operacionalizações metodológicas. A primeira delas está relacionada a um modo de materialismo histórico em que as condições econômicas incidem no rumo/direção de um modelo autoritário específico, o que imbrica, em um segundo momento, a um regime autoritário que se transforma em uma *necessidade histórica* para os atores mais dinâmicos das sociedades. Conforme o caráter acumulativo do percurso econômico de América Latina, a nova forma relacional de poder se põe à disposição de apagar os *vícios do pretérito imperfeito*, através das *soluções* concebidas por um modelo político fundacional de características messiânicas, isto é, em virtude da reconstrução dos mecanismos de previsibilidade e dominação capitalista.

A última asseveração conduz ao eixo nodal da teoria de Guillermo O'Donnell, porém, a coerência da estruturação econômica não levou todos os países mobilizados à *sequência lógica* do aprofundamento da matriz econômica. Mas, sim, a um Estado de dominação de classes, e que, apesar das diferenças no périplo econômico de cada país, a extrapolação desse domínio foi condicionada por mecanismos de forma genérica entre os

países afetados, não importando os graus/formas de consolidação do regime conforme as etapas sugeridas que contornam sua evolução.

Seguindo as interpretações de Alejandro Diaz, o caráter global das funções referentes à dominação política destes autoritarismos emerge da perda dos recursos de poder, coerção física<sup>59</sup>: controle ideológico, econômico, entre outros. Sendo assim, a emergência de um Estado de classes deriva de sua eventual perda de tais meios, portanto, “o controle de qualquer destes recursos permite o exercício da coerção, consistente em submeter dominados a severas sanções. Significando a instalação de um sistema no que o dominado assume como justo e natural a relação assimétrica, se submetendo” (DIAZ, 2001, p. 5). Consequentemente, a impugnação dessa dominação “se manifesta com a coação<sup>60</sup> porque os outros elementos de poder se tornaram insuficientes” (DIAZ, 2001, p. 5). As condições assimétricas dos vetores do poder nas sociedades capitalistas se baseiam nas situações relacionais que são definidos por Guillermo O’Donnell da seguinte maneira:

Esse grande diferenciador é a classe social, mais precisamente, a articulação desigual (e contraditória) da sociedade em classes sociais. Por classe social, o autor entende, como uma primeira aproximação, posições na estrutura social determinados por comuns modalidades do exercício do trabalho e de criação e apropriação de seu valor. Veremos que sua apropriação não é só econômica senão que, também constituindo-as intrinsecamente, há outras dimensões, entre elas as definidas como a estatal ou político no sentido próprio (O’DONNELL, 1984, p. 4).

O cientista político argentino argumenta, desse modo, que o coração da relação que existe em uma sociedade capitalista se determina entre o capitalista e o assalariado sendo o *grande princípio de contradição e ordenamento*. No entanto, não significa que seja a forma relacional exclusiva em tais sociedades. “A separação do capitalista do controle direto desses médios (coactivos) entranharia a emergência de um terceiro sujeito social, cuja especificidade

---

<sup>59</sup> Tem que distinguir entre a gênese e as condições de vigência das relações capitalistas de produção. Em ambas pode se encontrar a especificidade da sociedade capitalista, mas de maneiras diferentes. Enquanto à gênese, o vendedor da força de trabalho é livre, não só no sentido de estar despossuído de meios de produção, senão também de que não é traído em dita relação mediante a coação, o qual é muito diferente da situação de escravo e servo. O que significa que é uma relação de coerção econômica resultante de que, carente de meios de produção, sua única maneira de contar com meios de subsistência é se convertendo é um trabalhador assalariado. Esta coerção econômica é, ademais, difusa: nem as instituições estatais obrigam a vender a força de trabalho nem os capitalistas podem, por se mesmo, acudir a essas instituições, para impor a obrigação de nenhum sujeito social concreto. A necessidade de fazê-lo, portanto, não aparece imposta por ninguém, simplesmente, a sociedade está articulada de forma tal que o trabalhador carente de meios de produção não poderia subsistir se não o fizer. A falta de coação para vender a força de trabalho é condição necessária para aparência (formal) de igualdade entre as partes. Ademais, junto com a difusa coerção econômica, é uma das principais raízes de controle ideológico derivado da opacidade da dominação da sociedade capitalista, novamente em contraste com outras experiências históricas, nas que a coerção econômica e física é transparente entre si mesma e no sujeito social que as aplica (O’DONNELL, 1984, p. 6).

<sup>60</sup> A coação é o recurso mais custoso porque desnuda explicitamente a dominação”. (O’DONNELL, 1984).

é o exercício da supremacia da coação. Esse terceiro sujeito são as *instituições públicas*” (O’DONNELL, 1984, p. 6). As Instituições públicas põem desse modo a garantia nas relações de dominação, inclusive as econômicas, procurando a efetivação das relações primárias de uma sociedade, relações de produção e coerção econômica, porém, “isto implica que o Estado não respalda diretamente ao capitalista (nem como sujeito concreto nem como classe social) senão como a relação social como tal” (O’DONNELL, 1984, p. 7).

Em tal sentido, as condições objetivas do Estado em relação às garantias coativas outorgadas sobre as relações primárias de uma sociedade o transformam em um Estado capitalista. Esse Estado garante as relações da sociedade, e, como terceiro sujeito, convertem o político num aspecto *co-constitutivo* das relações sociais em que “o estatal ou propriamente político, é, simultaneamente, a garantia das relações capitalistas de produção, da articulação de classe de dita sociedade, da diferenciação sistemática do acesso aos recursos de poder (o sistema de dominação) e da geração e reprodução de capital” (O’DONNELL, 1984, p. 8).

Isto alude uma dupla lógica de funcionamento dos Estados capitalista. Em outras palavras, tal aceitação coincide com o tipo de construção conceitual que O’Donnell lhe concede ao tipo de dominação política, consenso-dissenso. Isto explica o seu caráter contraditório, porque, ao mesmo tempo que o Estado capitalista atua como o terceiro sujeito em certas relações sociais, por exemplo, as econômicas – as quais *per se* ressaltam por sua dinâmica conflitiva. Por outro lado, “todo Estado pressupõe de uma comunidade política, no sentido que é a condição necessária para uma dominação consensualmente aceita e que sua contínua reconstituição é uma das metas pelas quais intercedem as instituições públicas” (O’DONNELL, 1984, p. 20). Assim sendo, suas funções intermediárias para a construção de uma certa ordem econômica e social não prescindem, necessariamente, da instauração de *solidariedades coletivas*, isto é, do objetivo de coincidir na crença de certos valores e interesses comuns pelas quais se constroem os Estados-nacionais.

Desse modo, a exterioridade das ações do Estado fundadas no direito é denominada pelo autor como mediações em prol de articular o consenso das sociedades. “Na medida que é assim, o Estado capitalista é um crucial fator de coesão da sociedade global. Sua condição de garante e organização da sociedade capitalista se redondeia com o consenso da sociedade e seu correlato de legitimação, no fetiche às instituições” (O’DONNELL, 1984, p. 22). Apesar das contradições entre um interesse coletivo versus a coação, segundo Guillermo O’Donnell, as relações sociais se remontam sobre um Estado capitalista, enquanto “são o resultado de um amplo controle ideológico, ou hegemônico, exercício pleno, mas encoberto da dominação na sociedade, respaldado por um Estado que aparece como custodio de um

partilhado sentido comum de vida, assumido como natural e eticamente justo” (O’DONNELL, 1984, p. 22).

Tendo presente a operacionalização conceitual do termo dominação nos escritos de Guillermo O’Donnell (1984), capacidade atual e potencial de impor regularmente a vontade sobre outros, inclusive, contra sua resistência, as mediações políticas do Estado em nação, povo e cidadania são um processo de *marcha e contramarcha* os que, em última instância, desnudam o caráter do Estado capitalista. Uma vez quando este prescindir de suas necessidades de legitimação. Por conseguinte, a regulação do conflito em *situações contraditórias* se esgrime a partir da *cúspide política*, pois seus princípios e o eventual ordenamento desse tipo de domínio se estabelecem através de uma constante *despolitização da política*. Entretanto, e em virtude do princípio coactivo do Estado, os sujeitos sociais são arrincados a relações de caráter privado, o cotidiano. A organização e mobilização política como, por exemplo, os – movimentos nacionais populares – *per se* põem em risco o ordenamento político construído por causa de suas demandas pela igualdade, que terminam por desvestir os pilares de disciplinamentos econômicos, condicionando na *normalidade/ caráter normativo* das relações capitalistas.

Estas análises, em primeiro lugar, representam uma série de reflexões que incorrem em um processo de ruptura e de continuidade entre uma categoria temporal e a outra. Por outro lado, encontram-se também algumas falências de caráter operacional que deixam confusões de caráter teórica entre o conjunto de casos abordados. Sobre esse último ponto, um de tais tópicos, déficits teóricos, ressalta da importância de distinguir as características definitórias entre Estado e regime político. Em particular, Fernando Henrique Cardoso alega sobre a carência da teoria do Estado autoritário-burocrático “uma forma idêntica de Estado – capitalista e dependente, na América Latina – pode coexistir com uma variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (CARDOSO, 1979, p. 47). Por tais motivos, o sociólogo brasileiro considera “muito útil, usar a expressão autoritário-burocrático para se referir, não à forma de Estado como tal, mas ao tipo de regime político. A relação entre os dois tipos está longe de ser clara, já que é um assunto complexo e bastante controverso” (CARDOSO, 1979, p. 48).

## 4.2 ETAPAS E CARACTERIZAÇÃO COMPARATIVA DO AUTORITARISMO-BUROCRÁTICO

Os trabalhos de Guillermo O'Donnell, referentes à evolução ou *fracasso* do autoritarismo-burocrático, são consequências do nível de ameaça percebido. Portanto, a ameaça se transforma em um dos elementos condicionantes que estruturam em sua totalidade ao Estado burocrático-autoritário. Nesse sentido, “o nível de ameaça não só representa uma diferença nas circunstâncias causais, na visão de O'Donnell dá forma em traços subsequentes e explica sua consolidação” (REMMER; MERKX, 2013, p. 152). Sobre tal dimensão, Guillermo O'Donnell menciona que ditas diferenças discorrem sobre o itinerário político do autoritarismo – características descritivas – “[...] *as crise econômicas e políticas que precedem ao EBA admitem variações de um caso a outro, repercussões que repercutem nas características específicas do sistema resultante*” (O'DONNELL, 2013, p. 106-107).

O autoritarismo latino-americano, em contraste das suas funções mediadoras e suas preocupações com a legitimidade do regime, orienta-se em primeiro lugar em restabelecer os mecanismos de controle econômico. Contudo, para tais efeitos, torna-se necessário extirpar todos os elementos considerados nocivos para a execução da ordem fundacional. O autor, Guillermo O'Donnell sugere assim que a ameaça se vê influenciada por três fatores, “o nível de ativação popular, o índice de incremento deste e a ideologia dos grupos associados (ideologias não marxistas como o peronismo supõem menor percepção de ameaça que as ideologias socialistas e marxistas)” (REMMER; MERKX, 2013, p. 155).

A sistematização do uso da força através dos aparatos coercitivos por parte do Estado adverte para a reconfiguração das relações sociais. São, portanto, uma *ferramenta* que pretende excluir/desativar os setores sociais previamente politizados, pois a essência destas se ancoram na *negação/despolitização* da política, ou seja, na restauração dos mecanismos de dominação capitalista sem importar custos sociais nem culturais. Na teoria do Estado burocrático-autoritário, a ameaça se transforma no indicador chave dos diferentes périplos que podem se submergir tais regimes, contudo, apresentam sérios problemas de operacionalização.

Igual que na transição dos regimes inclusivos para o Estado burocrático-autoritário, a análise e dinâmica de mudança se estabelecem em função de padrões, mas estes se utilizam através de um caráter descritivo-explicativo. Nesse aspecto, quais são as diferenças derivadas de processos com maior ameaça? A resposta geral do O'Donnell, é que a maior ameaça existe em uma polarização política mais profunda. Portanto, os conteúdos classistas

evidenciam uma maior visibilidade, conseqüentemente, os cenários iniciais do Estado burocrático-autoritário: *conferem mais peso, dentro das FF.AA aos setores mais 'duros' das oficialidades*. O quadro geral consiga que: “um alto nível de ameaça conduz numa maior disposição de aplicar e respaldar uma repressão mais sistemática para conseguir a desativação do setor popular e a subordinação das organizações de classe, especialmente os sindicatos” (O’DONNELL, 2013, p. 108), finalmente, o autor afirma que “um alto nível de ameaça induz tanto ao recurso inicial da repressão como o desejo de persistir nela” (O’DONNELL, 2013, p. 109).

Mas, o Estado burocrático-autoritário não se baseia somente na imposição de uma certa ordem através do recurso da violência, pois, ao mesmo tempo, sua tarefa indispensável além da exclusão é ser o promotor de uma nova ordem socioeconômica, o aprofundamento. Entre os problemas inaugurais, deve ser capaz de demonstrar extirpar a ameaça previamente ativada e favorecer o ingresso de capital estrangeiro. Ou seja, o itinerário político demonstra uma tensão permanente entre a repressão e o crescimento econômico. Nesse estágio inaugural, “a repressão desempenha um papel importante na sua análise da dinâmica política enquanto teoricamente afeta o nível de ativação política e a probabilidade de uma forte oposição durante a fase inicial do regime” (REMMER; MERKX, 2013, p. 156).

O motor ideológico dos Estados burocrático-autoritário se erigem sobre a base do crescimento e grandeza da economia nacional, mas, tomando por fundamentos os postulados de Guillermo O’Donnell, a legitimidade da nova dominação não se torna possível inicialmente por causa dos altos custos sociais que suscitam as transformações econômicas. Nesses cenários, é provável que inclusive em circunstâncias de um baixo nível de ameaça, como na Argentina de 1966 e de uma moderada ameaça no Brasil, como o autor circunscreve, exista a possibilidade “de uma aliança que possa constituir um desafio susceptível de ser tomado em consideração” (O’DONNELL, 2013, p. 109-110). Neste ponto em particular, o autor faz referência à possibilidade dos grupos golpistas desencantados ou afastados das posições de poder na nova constelação de dominação, que articuladas na concepção global da teoria, implicariam na rearticulação da aliança entre os industriais nacionais e o setor popular. Em tal sentido, isso explica a necessidade vital de em uma outra etapa incorporar os elementos da burguesia nacional ao governo, porque mobilizam o caráter ideológico que não se concebe na aliança entre o Estado e o capital internacional.

Isolando a variável de ameaça, especificamente para os casos de menor ameaça, ou seja, Argentina 1966 e Brasil 1964, se sugere a conjectura que nestes casos se favoreceu a uma rápida aliança entre o capital internacional e o Estado burocrático-autoritário. Portanto, a

possibilidade da sistematização da violência, para tais casos, nasce em virtude do surgimento de um tipo oposição durante sua fase inicial. Mas, as análises de Remmer e Merckx demonstram as inconsistências sobre esse padrão:

Durante a fase inicial do Estado burocrático-autoritário, o nível de repressão não foi notoriamente mais alto no Brasil em comparação com Argentina. A permanência do sistema eleitoral no Brasil, por exemplo, deixou aberta a possibilidade de que o setor popular exercesse alguma influência, o que não ocorreu no governo de Onganía na Argentina. As diferenças no nível de repressão só se evidenciaram depois de 1968, quando por primeira vez apareceram no Brasil os arrestos massivos e uma institucionalização da tortura. Mas, segundo as análises de O'Donnell, Brasil em 1968 se achava na transição à segunda fase do Estado burocrático-autoritário, enquanto o regime na Argentina estava se derrubando (REMMER; MERKX, 2013, p. 157).

De tal citação se conclui que a repressão inicial não permite explicar os rumos que seguem tal autoritarismo<sup>61</sup>. Por outro lado, em relação aos mais recentes regimes desta natureza, os da década de setenta, Chile 1973, Uruguai 1973 e Argentina 1976, catalogados como os casos com maior nível de ameaça. Conforme as análises de Remmer e Merckx, os autores sustentam de modo parcial a hipótese de O'Donnell em comparação autoritarismos de década de 60, especificamente, se referindo ao uso de maneira mais sistemática da violência.

O caso chileno é catalogado como caso de ameaça mais considerável neste tópico, embora não detalhe sobre tal exemplificação, seus postulados ilustram principalmente em virtude do controle político prévio ao golpe de Estado por parte de uma coalização que promoveu políticas econômicas de corte marxista. Além disso, a categorização do país com a mais alta ameaça expressou-se pelas taxas de sindicalização<sup>62</sup>, ademais dos seus fortes vínculos com o governo da *Unidade Popular*. As cifras de assassinatos de Estado e presos políticos nos primeiros anos foi extremamente violenta. Contudo, como apontam os autores do Estado burocrático-autoritário Revistado, “as taxas de arrestos e execuções

---

<sup>61</sup> Outras reflexões que realizam tais autores em torno desta ideia: “Os resultados divergentes do esforço na Argentina e no Brasil podem ter levado a Guillermo O'Donnell a exagerar as diferenças de ativação na ativação do setor popular nos dois casos. Em 1971, por exemplo, escreveu: ‘quando as implicações socioeconômicas dos sistemas burocrático-autoritários ficaram em evidencia fomentaram ‘explosões sociais’ nas áreas mais modernas da Argentina, enquanto no Brasil não *incitaram nenhuma oposição significativa*’. [...] Apesar de seus giros teóricos, o trabalho mais recente atribui a importância ao *cordobazo* na Argentina em 1969, e omite, comentar a oposição que surgiu no Brasil depois de 1967. Mas, objetivamente, a oposição no Brasil sim constitui um desafio importante, particularmente a vista das atividades da guerrilha urbana. O desenvolvimento de uma oposição forte ao regime burocrático-autoritário tomou aproximadamente a mesma quantidade de tempo em ambos os países, o que contradiz a tese de O'Donnell de que os altos níveis de ameaça se tardarão mais” (REMMER; MERKX, 2013, p. 161-162).

<sup>62</sup> Análise do texto ‘Autoritarismo Burocrático Revistado’, fonte: Karen, L. Remmer, ‘Political demobilization in Chile, 1973-1978’, *comparative politics* 12 (abril de 1980), p. 277-282.

diminui em forma considerável após alguns anos”<sup>63</sup> (REMMER; MERKX, 2013, p. 157).

Sobre a segunda experiência de Argentina, e em relação às reflexões dos mesmos autores:

Antes de 1976, a proporção da força de trabalho sindicalizada era menos que no Chile antes do golpe, a taxa de greve tinha aumentado<sup>64</sup> mas o nível de ativação do setor popular não tinha mudado significativamente, e, embora havia aparecido uma guerrilha poderosa, nem o governo prévio nem a liderança do setor popular eram marxistas. O golpe, em si, ao contrário que no Chile, não causou muita violência. Contudo, a repressão, que havia começado antes da posse de poder pelos militares, se intensificou nos meses seguintes. [...] Três anos logo de golpe os organismos de direitos humanos cifraram a quantidade de desaparecidos em cinco a quinze mil pessoa<sup>65</sup>. Segundo outras estimações, de trinta mil a cem mil pessoas foram encerradas, sequestrados ou assassinados<sup>66</sup> (REMMER; MERKX, 2013, p. 157-158).

Em relação ao caso uruguaio:

Antes do golpe, a proporção de força sindicalizada era parecida com a Argentina<sup>67</sup>, a taxa de greves havia aumentado significativamente, a guerrilha dos Tupamaros havia alcançado respeitáveis proporções, e a liderança do movimento sindical era marxista. Mas, não havia uma grande ameaça de que os grupos que buscavam romper com a ordem capitalista fossem obter o poder por causa dos pobres resultados da Frente Ampla nas eleições de 1971. Em 1973, também, quando o processo incremental da toma de poder culminou com um autogolpe –uma clara mudança de regime- o Exército já havia erradicado o desafio de que supunham os Tupamaros. E assim, a proporção de presos políticos per capita excedeu aos outros casos de alta ameaça. Anistia Internacional calculou para 1976 que haviam seis mil presos político, isto é, um cada quinhentos habitantes. Em 1979 o governo seguia retendo a um de cada mil habitantes em qualidade de presos políticos, quantidade que não toma em conta os cerca de quinhentos mil uruguaios que foram ao exílio nem aqueles que, em 1978 e 1979, foram detidos e interrogados por breves períodos e sem ser formalizados<sup>68</sup>[...] (REMMER; MERKX, 2013, p. 158-159).

A evidencia dos dados de repressão e violência no caso uruguaio “sustentam que, e a pesar de que o nível de ameaça era menor do que Chile, a repressão foi muito mais dura no Uruguai entre 1973 e 1980<sup>69</sup>. No Chile, houve muito mais mortos, em 1979, a quantidade de mortos e desaparecidos devido à tortura no Uruguai era menor de 200” (REMMER; MERKX, 2013, p. 159). Em termos gerais, se confirma a maior repressão destes

<sup>63</sup> Para maiores informações consulte-se o Informe Rettig (Comissão Nacional da Verdade y Reconciliação). Neste informe, realizado no primeiro ano do retorno à democracia, se especificam as violações aos direitos humanos cometidos durante o autoritarismo chileno.

<sup>64</sup> OIT, Year Book of Labour Static, Ginebra, OIT, 1972, 592p.

<sup>65</sup> Time of Americas, 29 de Agosto de 1979, 9, junio de 1979, 13.

<sup>66</sup> Time of Americas, 30 janeiro de 1980.

<sup>67</sup> Karen, L. Remmer, ‘Political desmobilization in Chile, 1973-1978’, 278.

<sup>68</sup> In “Amnesty Internacional, Political Imprisonment in Uruguay, Londres, Amnesty Internacional Publications, 1979, 4-5.

<sup>69</sup> Sobre tal sentença, tais autores se baseiam na seguinte fonte: “Em 1978, por exemplo, A Washington Office, OnLatin American descreveu a Uruguai com o ‘pior violador’ dos direitos humanos do hemisfério. ‘Uruguai> Five Years into the Military Dictatorship abd Getting Worse’, Washington, D.C, 1978, mimeo.

autoritarismos com respeito aos da década precedente, porém, como é possível observar nas citações, as diferenças referentes aos graus de ameaça e classificação desta categoria -alta-ameaça- não se manifestaram de acordo os indicadores postulados.

A repressão inicial chilena confirma parcialmente o juízo de Guillermo O'Donnell. No entanto, os índices de violência diminuem drasticamente e só em determinadas conjunturas aumentou. Por outro lado, “não se esclarece como pode se classificar o caso Argentina de 1976 e o uruguaio em termos da ameaça, porque O'Donnell não faz nenhuma relação da guerrilha como formação de ativação política popular que contribui à percepção de ameaça” (REMMER; MERKX, 2013, p. 159). Em referência novamente à repressão, “os padrões de mudança pós-golpes também diferem na quantidade de tempo que o governo mantém controles alarmantemente repressivos” (REMMER; MERKX, 2013, p. 159-160). Essa última afirmação responde ao incremento da violência dos regimes de Uruguai e Argentina.

Os problemas de operacionalização em torno da categoria de ameaça/repressão evidenciam o problema dos padrões que motivam a travessia descritiva-explicativa deste modelo teórico, pois, em termos gerais, os casos se adaptam parcialmente à realidade empírica. Perante a deficiência da abstração, se manifesta também a necessidade de reconsiderar algumas hipóteses dentro dos parâmetros gerais da teoria. Contudo, estas serão desenvolvidas em conjunto com as falências inseridas na categoria de desativação.

#### 4.3 DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA

As consequências lógicas da ameaça indicam a sistematização dos aparatos coactivos do Estado, promovidos no uso da força por meio da sistematização da violência e repressão, se fundando na ideologia da Segurança Nacional, cujo alvo remite-se à exclusão política. A exclusão política, como tal, expressa-se como uma *negação da política*, ou seja, na perda de direitos, liberdades institucionalizadas em mecanismos como o Estado de Sítio, tortura, detidos desaparecidos, os assassinatos de Estado, Serviços de Inteligência. Tudo em prol de uma nova organização relacional entre Estado, economia e Sociedade.

Porém, ao mesmo tempo, uma consequência lógica da ameaça é a desativação da sociedade, igualmente fundada no medo, suas características de forma implícita orientam-se no esforço de despolitizar a política. Ou seja, sintomaticamente versam sobre a eliminação das antigas mediações entre Estado e Sociedade. Nesse sentido, a fundamentação da teoria do Estado burocrático-autoritário engloba-se em recuperar os mecanismos de dominação

capitalista, o que, em termos gerais, implica, incide e *convida* a sociedade ao caminho da cotidianidade. De acordo com os postulados de Guillermo O'Donnell, os maiores graus de ameaça influem em cenário de maior desativação por causa da repressão inicial. O que possibilita também a passagem para uma nova etapa do EBA. Não obstante, segundo Remmer e Merx, a desativação explica parcialmente esta transição. Entre os elementos que dificultam sua abstração:

Avaliar o impacto da ameaça na conseqüente desativação política de grupos do setor popular apresenta dificuldades, devido à natureza clandestina da maior parte das organizações e atividades políticas num Estado burocrático-autoritário. Ademais, O'Donnell, não prove uma guia clara para selecionar indicadores de desativação. Define ativação política como a capacidade de transformar preferências políticas em demandas políticas<sup>70</sup>. Também indica que que 1) a característica distintiva dos esforços excludentes que implica a desativação política é a eliminação do cenário eleitoral, não a eliminação de greves e manifestações, 2) que a retenção do cenário eleitoral, inclusive se rodeia de restrições aos partidos que representam ao setor popular, prove um canal importante para a influência do setor popular<sup>71</sup>. Por conseguinte, se pode afirmar que, de modo oposto à tese de O'Donnell, a *menor* desativação política ocorreu no caso de um nível intermediário de ameaça. Os militares brasileiros não eliminaram o cenário eleitoral. Até antes do anúncio da lei institucional número dois em 1965, inclusive velhos partidos políticos seguiam tendo presença e participação. Por outro lado, a comparação que faz O'Donnell dos casos de Brasil e Argentina nos anos sessenta sugere que a retenção da capacidade de mobilizar demandas através de greves e outras formas de protesta social por parte da classe trabalhadora organizada é o indicador chave do êxito da desativação<sup>72</sup> (REMMER; MERKX, 2013, p. 160-161).

A concepção de despolitização explicitada na teoria do Estado burocrático-autoritário considera, desse modo, que a desativação deve ser realizada no nível institucional. Entretanto, os canais institucionais permitiriam transformar demandas sociais em políticas públicas, mantendo-se assim algum grau de mediação entre o Estado e sociedade. Com efeito, as iminentes possibilidades de expressão social, por exemplo, os protestos, seriam contidos pelos mecanismos repressivos do Estado. Ainda assim, tais postulados resultam parciais, enquanto a repressão inaugural não se correlaciona em concomitância com a desativação popular. Dita conjectura se desprende da inversão analítica dos autores do texto *autoritarismo revistado*, ou seja, que em situações de menor ameaça, menos despolitização – mais capacidade do setor popular expressar suas preferências/desencanto com certas políticas no espaço público. Nesse ponto em particular, deve se manifestar a diferença entre *o cordobazo* e primeiros protestos brasileiros, pois, como no Brasil, estes não representaram

<sup>70</sup> O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*, serie Politics of Modernization 9, Berkeley, Institute of International Studies, University California, p. 29.

<sup>71</sup> *Íd.*, 54n.

<sup>72</sup> O'Donnell, 'Reflexiones sobre las tendencias de cambio en el Estado burocrático-autoritario'. Documento CEDES/G.E. CLACSO, Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 108.

uma mudança de rumo como no caso Argentino da década de 60. O que possibilitou assim a transição para uma nova fase de consolidação do *aprofundamento*, porém, a contradição analítica encontra-se inserida num dos textos do mesmo cientista político argentino, em que o título *Y a mi que me Importa*, no qual seu foco central demonstra as diferenças nas consciências coletivas entre os argentinos e os brasileiros.

Os autoritarismos da década de 70, de acordo com a hipótese de O'Donnell, por causa da alta ameaça que implicaram às relações de dominação capitalista a repressão seria sua característica fundamental. A forte repressão incidiria em menores graus de politização. Ou seja, protestos, manifestações ou impugnações à ordem instaurada. Não obstante, são medidas insuficientes para a abordagem teórica. Por exemplo, no caso argentino, “apesar da forte repressão inicial os militares argentinos enfrentaram grandes problemas de dominar as protestas laborais entre 1976 e 1980 [...] Na província de Buenos Aires somente, mais de 1300 conflitos laborais reportaram-se entre setembro e outubro de 1978” (REMMER; MERKX, 2013, p. 162).

As análises destes autores dispõem somente em uma correspondência entre negação da política e sua conseqüente despolitização para os casos de Chile e Uruguai. Até um certo ponto, no entanto, as forte mobilizações políticas de 1983 no Chile evidenciaram uma perda na capacidade da dominação autoritária do regime de Pinochet. Em linhas gerais, a evidência histórica demonstra que não existe nenhum laço entre repressão e despolitização. Em síntese, a dinâmica política de tais autoritarismos se correlaciona com padrões globais estabelecidos pela teoria do Estado burocrático-autoritário.

#### 4.4 FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DOS AUTORITARISMOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O CASO CHILENO E BRASILEIRO

Em palavras de Carlos Huneeus, “torna-se conveniente não só analisar os fatores econômicos que condicionam as relações de poder, senão também, o modelo político que coexiste com aquele e, em particular, o problema da institucionalização do regime<sup>73</sup>” (HUNEEUS, 1981, p. 104). A partir dessa elucidação se condiciona e termina negando ao autoritarismo-burocrático de fatores alheios aos econômicos, ao mesmo tempo, definindo e

---

<sup>73</sup> Carlos Huneeus: por instituições entendemos normas, mecanismos e estruturas destinadas a regular o conflito, os procedimentos usados para reduzir ou ampliar as capacidades inclusivas ou excludentes do Estado e, no fundamental, resolver oportuna e adequadamente o problema da sucessão, ou seja, a continuidade da dominação autoritária pelas mesmas elites, e, eventualmente, pelos mesmos indivíduos, e com mesmo objetivos e prioridades, políticas e econômicas (HUNEEUS, 1981, p. 104).

estruturando o conflito político em uma perspectiva dicotômica<sup>74</sup>. Diante de tal falência, Huneeus agrega que: “não só o problema da desnacionalização pode provocar tensões e conflitos entre os grupos e a elite civil e os militares, senão outros mais, tais como o problema da repressão, política exterior, a questão do estabelecimento de mecanismos de cooptação e participação e outros” (HUNEEUS, 1981, p. 105).

De acordo com as críticas anteriores, torna-se insustentável caracterizar as zonas de conflitos dos autoritarismos estudados através de um tipo de conflito *dicotômico*, nacionalização-desnacionalização. Nesse sentido, o cientista político chileno, Carlos Huneeus, adverte que:

Quando se adota uma visão funcionalista e consensual do autoritarismo corre-se o perigo de que os problemas enfrentados sejam interpretados como indicadores de *crises*, cujo desenlace deviera ser o equilíbrio ou bem sua queda ou seu reequilíbrio<sup>75</sup>. Quando a crise se prolonga e parece que o regime não colapsa, se fala de que esta situação corresponde à de ‘administração de uma crise’<sup>76</sup>. Esta proposta demonstra sua inutilidade para a análise de mudança de regime, pois se existe uma longa crise, simplesmente quer dizer que o regime tem logrado se equilibrar (HUNEEUS, 1986, p. 111).

Entre os argumentos esboçados, observa-se a lógica de super-dimensionar o papel outorgado à oposição. Diante de tal dilema, Huneeus considera que a melhor forma de entender a dinâmica política que enfrentam os autoritarismos versa sobre variados métodos de regulação do conflito. Negando, assim, o caráter unidimensional nos tipos de conflitos que podem enfrentar os autoritarismos. Isso quer dizer que o regime não pode se consolidar só para dentro, coalizção golpista. Por outro lado, é necessário também se *legitimar para fora*, tais argumentos se inserem que nenhum regime político é indiferente à opinião das maiorias. As falências nos padrões de mudança do modelo teórico Estado burocrático-autoritário promovem novas formas para a análise do autoritarismo, entretanto, os lapsos de

---

<sup>74</sup> A análise de O’Donnell tende a conceber as tensões e mudanças no regime autoritário porque procura distinguir o conflito na coalizção governante entre a alta burguesia e as FF.AA. Neste confronto, a grande burguesia é vista e dotada de uma alta coesão e como um mero agente do capital estrangeiro. Os militares, por sua parte, são vistos, por O’Donnell, de tal forma que dispõem de interesses latentes de tipo nacionalista, mas predominam temporalmente interesses manifestos de condescendência com a alta burguesia. O’Donnell dá a entender que este tipo de conflito de interesses é explosivo e inevitável pela contradição insolúvel entre as políticas de desnacionalização, o que impulsiona a alta burguesia e o papel profissional, portanto, nacional, das FF.AA. Estas devem garantir a segurança interna e externa. Sendo afetada pela influência dominante do capital internacional, particularmente quando toma o controle de setores estratégico da economia. A análise de O’Donnell parece apoiar a tese que, neste conflito, o desenlace necessário é que os militares tomam o poder a fim de restituir a primazia dos interesses nacionais<sup>74</sup> (HUNEEUS, 1981: p. 105).

<sup>75</sup> Juan J. LINZ. *Crises, Breakdown and Reequilibration*, op. cit.

<sup>76</sup> Para uma análise da crise nos sistemas político, veja-se Gabriel A. Almond, Scott C. Flanagan e Robert J. Munt (comps). *Crisis Choice and Change: Historic Studies of Political Development*, Little Brown and Company, Boston, 1973. Garreton: *O Processo Político Chileno*, op. cit, cap IX, qualifica à política chilena desde 1981 como –para um regime de administração da crise.

internacionalização e repressão tornam-se inconsistentes. Para tais efeitos, Carlos Huneeus menciona que nos regimes autoritários entrelaçam as seguintes formas de legitimidade:

A legitimidade do sistema político pode ter três fontes: *histórica* ou *tradicional*, quando a ordem política se apoia no desenvolvimento histórico do país, próximo ou distante, *legal* ou *constitucional*, quando se apoia em um ordenamento jurídico que o próprio regime põe em vigor um procedimento formalmente determinado; e em terceiro lugar, a legitimidade pode ser para adiante, de rendimento, mediante políticas que pretendem satisfazer as necessidades mais urgentes da cidadania, especial e socioeconômica<sup>77</sup> (HUNEEUS, 1986, p. 118).

Portanto, Carlos Huneeus, sustenta que os regimes autoritários procuram cimentar uma senda de legitimação mista. Com efeito, a execução de políticas sobre tais eixos temáticos, em termos globais, ajuda à consolidação dos novos regimes. As formas de legitimação devem ser compreendidas em um contexto autoritário. Como consequência, esses propósitos não satisfazem os mesmos requisitos que em um regime democrático. No entanto, de acordo a particularidades de tais mecanismos de legitimação podem servir como pilares/dispositivos para diversos objetivos no périplo da consolidação.

#### 4.5 ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO HISTÓRICA

Conforme foi argumentado no capítulo anterior, manifesta-se a necessidade de analisar as consequências políticas que explicam a assunção dos golpes de Estados. Ao contrário dos pressupostos de O'Donnell, através desta categoria comparativa, pode ser mais factível pesquisar e diagnosticar os rumos dos novos autoritarismos tanto na sua faceta política como econômica. Tais motivos explicam a recorrência de metas e não prazos, incidindo também assim na extensão temporal da experiência no Brasil (1964-1985) e Chile (1973-1990).

Nas omissões da teoria, principalmente sobre a ameaça que representaram as manifestações sociais no Brasil em 1967, posiciona-se exclusivamente o caso brasileiro como um tipo ideal de Estado burocrático-autoritário, ou seja, o único caso de consolidação do aprofundamento da matriz socioeconômica. Nos outros casos, os fracassos direcionaram-se em dois tipos de vertentes, na Argentina de 1966 por causa da incapacidade de enfrentar as impugnações à aliança entre o Estado e o capital internacional, no entanto, para os casos de alta ameaça, a interpretação mais importante deriva da desconfiança dos agentes do capital

---

<sup>77</sup> O conceito de legitimação para *atrás* para *adiante* tem sido inspirado em Giuseppe Di Palma: "Founding Coalitions in Southern Europe, Legitimacy and Hegemony, Government and Oppositions, 15/1980, p. 162-189.

internacional na recomposição das relações capitalistas. Primeiramente, na criação de um ambiente apto e confiável para o investimento, previsibilidade e acumulação de capital – rotinização institucional. Por outro lado, na reinstalação dos mecanismos de dominação coercitiva, principalmente os econômicos.

Este tipo de raciocínio induziria presumir que nos casos de alta ameaça estruturam sua dominação exclusivamente na sistematização da violência, relativizando as tendências políticas nas que se fundam e legitimam sua emergência enquanto “a *legitimidade para atrás* pode server na *legitimidade para diante*” (HUNNEEUS, 1986, p. 124) igualmente, nas transformações em matéria econômica. Desse modo, surge a interrogante de como caracterizar os regimes autoritário de Chile e do Brasil, pensando que este último caso, Brasil, consegue satisfazer seus desafios econômicos e, teoricamente, se legitimar.

A hipótese que se promove versa que apesar das diferenças estes regimes políticos podem ser denominados como fundacionais. No entanto, o novo modelo político-econômico e social, e suas consequências constroem-se a partir de uma arquitetura em formato de antonímia em relação ao próprio passado. No plano político, através desta concepção, pode-se explicar, por exemplo, a concentração do poder político na figura de Augusto Pinochet no caso chileno, entretanto, no caso brasileiro, a sucessão de Presidentes no regime militar (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo). Quanto à matriz econômica, surge a interrogante de como caracterizar as diferenças entre um modelo fundacional que, sim, consegue o seu aprofundamento, com as respectivas mudanças explícitas na teoria em questão, em oposição aos casos que sustentariam a emergência na violência, especificamente, no exemplo chileno.

Com respeito ao processo político, a antinomia expressa-se de maneira diferentes, ou seja, corresponde-se à ruptura desse passado tormentoso o qual deve ser desmantelado. No caso chileno, por exemplo, a longa experiência democrática em consonância com o pluralismo altamente politizado – como afirma Valenzuela – se extrapolaria em conformidade com a personificação do poder político em mãos do comandante em chefe do Exército, Augusto Pinochet. O cientista político chileno, Arturo Valenzuela, sustenta a tese de um caminho transversalmente ‘revolucionário’, de acordo com uma visão fundacional do período precedente. Os riscos se manifestaram em uma concatenação de fatos, hiper-mobilização, altos índices de sindicalização, polarização da sociedade, confiscação de empresas através da utilização de resquícios legais, entre outras. Todos esses elementos englobados, em última instância, colocaram em risco uma forma de dominação política igual que o modelo capitalista vigente.

Sendo assim, e tendo em vista dos elementos ponderados, “o propósito foi reconstruir as bases relacionais entre economia, sociedade e Estado, em que a finalidade foi criar uma ordem socioeconômica suficientemente sólida capaz de resistir as alternâncias de governo e regimes” (HUNEEUS, 1986, p. 125). As mudanças no sistema de previdência social, educação, saúde, entre outras, orientam o alvo principal da nova ordem construída, ou seja, em vista de que as antigas formas de organização e institucionalização terminaram por politizar a sociedades além dos *limites permitidos*. Perante o quadro originário da crise, a imposição do Estado Subsidiário, instaurado na constituição de 1980<sup>78</sup>, foi desenhado e pensando para eliminar todas as áreas consideradas promotoras da politização. Por conseguinte, a delegação de funções estatais do setor privado descansa nesta dupla forma de legitimação, *para atrás e para adiante*.

No caso brasileiro, as FF.AA conseguiram sua intervenção no horizonte de ser as *corretoras do processo político* em vista da endógena instabilidade política, sustentadas em todas as tentativas de golpes de Estado durante a fase democrática 1945-1964, em decorrência, principalmente, dos programas de governo das lideranças populistas. Nesse sentido, existe uma imbricação, em termos políticos, de duas crises, por um lado, de correção às *imperfeições* ao método competitivo, simultaneamente, a implementação de sucessivas eleições presidenciais dentro do regime autoritário brasileiro, em parte como resposta à instabilidade, mas também como mecanismos de contenção à possibilidade da ascensão ao poder de figuras políticas como Getúlio Vargas e sucessores.

O estabelecimento de eleições periódicas nas diversas esferas de poder, apesar das respectivas restrições e modificações, conforme as necessidades ou certas conjunturas adversas ao regime em comparação à situação chilena, vislumbrava-se dos maiores graus de ameaça. Esta última apreendida pelas características do sistema político chileno, as taxas de sindicalização, entre outras. Porém, principalmente da possibilidade de que as ofertas programáticas de esquerda alterassem as relações de poder existentes, as que quase ascendem ao poder em 1958, mas só conseguindo chegar ao poder em 1970. “No Brasil, a ameaça origina-se de acordo com Guillermo O’Donnell: das ações de personagens como Brizzola e Goullart, que estavam dispostos a mobilizar recursos do Estado para radicalizar o setor popular” (O’DONNELL, 2013, p. 107). No Chile, entretanto, emerge da polarização total do

---

<sup>78</sup> Em termos gerais, o Estado Subsidiário tem por fundamento relegar todos os aspectos econômicos das sociedades aos privados e suas funções vem-se reduzidas somente quando os privados estimam não conveniente investir em uma determinada área, portanto, suas funções se relegam ao de fiscalizador de tais aspectos econômicos e ao mesmo tempo fornecer serviços essenciais em espaços não atendidos pelos privados, por exemplo, saúde e educação.

sistema competitivo, sendo assim a falta de consenso exprime-se no conjunto da sociedade, configurando um cenário de contra mobilização fora de alcance para a hegemonia política.

Tais reflexões demonstram que o périplo de transformações não pode ser determinado pela construção de uma variável uni-causal, neste caso, as econômicas. Ao mesmo tempo existem variáveis de caráter político que incidem na ruptura do regime precedente e que à luz das características próprias de cada sistema examinado se reproduzem em oposição ao passado *imperfeito* ou pretendem ser construídas a partir de sua oposição. Tais circunstâncias poderiam explicar os diferentes rumos entre ambos os casos, podendo-se interpretar que os menores graus de despolitização no caso brasileiro, de acordo com a radicalização da mobilização das lideranças populistas, Brizzola e Goullart, sustentariam diferenças importantes tanto na negação da política como na despolitização nos périplos autoritários destes países. Certamente os dois países procuram legitimar sua assunção e transformações como antípoda dos nefastos resultados econômicos da época precedente, a distinção do caso chileno, configura-se da *ameaça* que pudesse proporcionar um tipo de Estado empresário em concomitância com um sistema político competitivo e altamente polarizado. Em síntese, tais motivos explicariam a desestatização da economia, conforme as formulações de Fernando Henrique Cardoso.

#### 4.6 LEGITIMAÇÃO LEGAL

A institucionalização dos regimes autoritários é um tema extremadamente complexo de ser abordado em virtude das visões com as que a academia tem proposto dimensionar sua compreensão. Além disso, pela mínima margem de possibilidades que se apresentam em situações autoritárias, em termos globais, as perspectivas economicistas relegam tais análises a um segundo plano. Isso explica a baixa atenção outorgada por Guillermo O'Donnell sobre tais tópicos. Mas, em conformidade com o cientista político chileno, Carlos Huneeus, crítico dessa linha de pensamento: “se se admite que a premissa de que estes regimes autoritários buscam se consolidar para redefinir as relações entre Estado e sociedade, é necessário, portanto, indagar quais são essas múltiplas estruturas, mecanismos e processos que o permitem ou o explicam” (HUNEEUS, 1986, p. 106).

Nesse sentido, uma das possibilidades de entender a dinâmica política nos regimes autoritários é o estudo das eleições não competitivas que, entre as funções, possibilita dimensionar as relações entre o governo e a oposição, mas, ao mesmo tempo, permite esclarecer diversos tipos de desafios conflituosos com os quais devem lidar estes tipos de

regimes. Sendo assim, se exploraram as funções/estratégias que cumprem essas eleições no périplo fundacional. Antes de começar analisar as diferenças entre as funções e as experiências autoritárias de Chile e do Brasil é necessário distinguir os tipos de eleições no autoritarismo:

As eleições não competitivas são aquelas nas quais não existe nenhuma das condições encontradas nas eleições competitivas: não há opções de candidatos, o eleitor carece de liberdade, e estas eleições não têm conseqüências no governo, porque está apoiada no monopólio do partido único. As eleições semi-competitivas são aquelas nas quais existe uma competência limitada entre candidatos (se tolera uma semi-oposição ou uma oposição legal), o votante pode escolher entre eles, embora o monopólio dos meios de comunicação de massas por parte do governo, mas, se podem eleger representantes em assembleias ou no parlamento, embora sem conseguir mudar a composição do governo. (HUNEEUS, 1986, p. 108-109).

Porém, quando, como e porque utilizar o método de eleições em circunstâncias autoritárias? Neste caso em particular, as semi-competitivas, segundo o cientista político chileno, podem ser instrumentais de acordo com a experiência que demonstram “os Estados africanos os que evidenciaram que as eleições eram eficazes mecanismos para criar e ampliar a legitimidade do regime e serviam para mobilizar à população” (HUNEEUS, 1986, p. 108). Principalmente, quando tais regimes não conseguem satisfazer as necessidades econômicas de sua base de apoio, este mecanismo se transforma em uma garantia para manter tais aliados. Com efeito, “se recorre nestes mecanismos quando o governo não tem êxito econômicos [...] Estas eleições podem ser utilizadas para reconstituir ou consolidar a coalização governante, neutralizando à semioposição e obrigando-a a se aderir incondicionalmente ao regime” (HUNEEUS, 1986, p. 108).

Essas são algumas das funções que podem satisfazer as eleições em regimes autoritários, apesar de não existir uma teoria geral das eleições não competitivas nem semi-competitivas que demonstrem as *estratégias, funções e implicações*. Estas aconteceram nos regimes autoritários em questão, evidenciando assim a negação à tese de que o único vínculo entre a aliança golpista e o resto da sociedade se fez por temáticas econômicas. Por exemplo, em países com uma longa tradição democrática, “a convocatória pode ser apresentada como retomar algo próprio da tradição política do país, uma vez que a fase teve que ceder ante a necessidade de fundamentar o regime sobre elementos positivos e não a mera crítica à democracia” (HUNEEUS, 1986, p. 109).

Tendo presente que as eleições representam um leque amplo de possibilidades, e em vista de algumas considerações apresentadas, os mecanismos institucionais do caso brasileiro responderam em função da estratégia de se projetar como a antinomia do processo

demagógico, enquanto as eleições pontais no caso chileno evidenciam uma recusa mais importante ao processo democrático devido ao esporádico destas, mas não por isso, deixou-se de utilizá-las. Em concomitância, outro dos tópicos que pressupõe uma área de legitimação de um regime autoritário refere-se à condução de um líder em vista da insuficiência de legitimidade que *per se* geram as instituições militares. Essa zona de conflito deriva-se da linha vertical de mando assim como das disputas entre os chamados a ser as lideranças do processo autoritário, sendo assim, o politólogo chileno argumenta que:

Uma direção colegiada expressada em uma junta de governo pode ser ineficaz para resolver problemas econômicos e sociais que afetam ao país. Daí que os regimes autoritários mostrem uma tendência de mudança de uma dominação colegiada expressada em uma Junta de Governo composta por comandantes em Chefe das FF.AA para uma chefia de Estado unipessoal e altamente pessoalizada (HUNEEUS, 1986, p. 130).

A institucionalização dos dois casos sustenta a tese de Huneeus, não obstante, com graus de institucionalidade distintos expressados de acordo com as prioridades políticas em relação à leitura de ameaça de cada caso. Do lado brasileiro, a breve estadia da Junta Militar sustenta as afirmações precedentes, mas entre os seus objetivos: “*prometia-se restaurar a legalidade e reforçar as instituições democráticas ameaçadas*”. Diante de tal delimitação institucional, rapidamente se abre a vaga para o Presidente da República no Ato Institucional Nº1:

O Ato continha uma primeira tentativa de institucionalizar o mecanismo de transferência do Poder Executivo. O primeiro Colégio Eleitoral encarregado de escolher indiretamente o Presidente do Brasil era composto por 326 deputados e 62 senadores de um Congresso cuidadosamente depurado. O General Humberto de Alencar Castelo Branco recebeu um total de 361 votos e foi empossado como presidente no dia 15 de abril de 1964, substituindo a Junta Militar que governara na condição de Alto Comando Revolucionário durante o primeiro mês do Estado de Segurança Nacional” (ALVES, 2005, p. 55).

Vê-se, assim, que as eleições não competitivas podem servir como instrumentos para legitimar politicamente ao chefe de Estado, ao contrário, o caso chileno, este não apresentou eleições periódicas nesta matéria. Apesar disso, o General Pinochet, entre outras formas, também procurou se legitimar mediante este tipo de eleições. A primeira das eleições no caso chileno teve relação com o plebiscito de 1978 contra uma resolução da ONU, cuja gênese se remonta às críticas do regime por causa do atuar deste em matéria de direitos humanos. Contudo, a manifesta personalização do plebiscito configurou a rápida recusa do Comandante em Chefe da Força Aérea, Gustavo Leigh: “este já se encontrava em uma posição de antagônica a Pinochet devido ao custo social da política econômica e personalização do

poder” (HUNEEUS, 1986, p. 131). Simultaneamente, o referendun da Constituiçãu em 1980 também favoreceu à figura de Pinochet, o qual através de sua aprovaçãu, conseguiu se garantir minimamente 16 anos no poder<sup>79</sup>.

Assim, é possível perceber que existe uma institucionalidade que se cria e que, apesar das diferenças, são substanciais para a consolidaçãu do regime autoritário. Carlos Huneuus (1986) argumenta que:

O regime autoritário gira em boa medida em torno ao chefe de Estado, que pode concentra em seu poder a chefia das FF.AA, e, eventualmente, a chefatura do governo, na qual pode delegar num leal colaborador, militar ou civil. O maior grau de consolidaçãu do regime maior probabilidade de que o governo adquira uma independência relativa do chefe de Estado, diferenciando-se as funções de entre política de Estado e Governo. Isso lhe permite ao chefe de Estado cumprir uma funçãu arbitral nos conflitos entre grupos e elites que representadas no governo, sem ter que se desgastar numa atividade administrativa (HUNEEUS, 1986, p. 130-131).

O autoritarismo institucional brasileiro, desde os seus primórdios, cimentou o processo fundacional com normas e regras que definiriam o percurso por meio do vigor de tais procedimentos. A leitura geral configurou-se na perspectiva de procurar uma certa legitimidade em vista das garantias destas, por exemplo, mobilizaçãu, coesãu dos grupos, como também na possibilidade de uma nova eleiçãu presidencial, controlando-se assim as disputas internas pelo poder. Além disso, controlando a oposiçãu neste enquadramento institucional e, em cenários com resultados negativos, estas serviriam como uma espécie de termômetro social, entretanto, se aplicaria uma série de medidas para um controle mais rigoroso: aplicaçãu da força, processos de cassaçãu ou mudanças institucionais.

Um exemplo daquilo foram alguns dos novos eixos de açãu no Ato Constitucional Número 2, de 1965, quando se extinguiram todos os partidos políticos existentes, em vista dos resultados para as eleições de governadores. Tais medidas orientaram-se em desarticular a oposiçãu, principalmente, para evitar seus vestígios passados ademais de equiparar o processo competitivo de forma assimétrica:

Nãu lhe interessava ao Estado de Segurança Nacional montar um sistema unipartidário. Visando na sua própria legitimaçãu, o Estado queria um partido de “oposiçãu responsável”, ao qual caberia oferecer “crítica construtiva” ao governo [...] Os vários partidos de oposiçãu associaram-se para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (ALVES, 2005, p. 94).

---

<sup>79</sup> Na constituiçãu de 1980, ao mesmo tempo, de se aprovar a Carta Magna, se incluía também a possibilidade de Pinochet ficar mais oito anos no poder em caso da obtençãu uma vitória no plebiscito de 1988.

O quadro geral do processo institucional brasileiro, tanto nos Atos Institucionais assim como na Constituição de 1967, se moldaram de acordo com as necessidades da coalização governante, portanto, a mudança de normas se estrutura “da necessidade de consolidar um controle em todos os níveis de poder político [...] considerando imperiosa a adoção de medidas que não permitam que se frustrem os objetivos superiores da Revolução” (ALVES, 2005, p. 55). Entre eles, destacaram-se várias medidas, tais como as eleições presidenciais indiretas, mudanças de quase todas regras no Congresso, mudanças nas regras no processo de eleições, entre tantas outras.

As análises apresentadas não tiveram por escopo desenvolver um quadro minucioso das eleições não competitivas, entretanto, o eixo nodal da presente seção teve por objetivo demonstrar, a grandes traços, que a consolidação destes regimes não se baseou exclusivamente em *mediações* de caráter econômico. Concomitantemente, tentou-se ilustrar uma comparação à luz da leitura das elites dominantes em relação ao processo precedente e sua correlação na *legitimidade para adiante*. Por outro lado, manifestamente, tais eleições não podem ser interpretadas com a mesma lupa que em um contexto democrático, porém, e a pesar das lógicas restrições em tais cenários, estas podem servir para a negação do veículo da mobilização, adesão e resolução de conflitos em uma perspectiva unidimensional. Finalmente, e em função das mesmas eleições, também custa acreditar em uma oposição entre a aliança golpista e o resto da sociedade, em vista do heterogêneo das coalizações governantes, isto é, por exemplo, devido à continuidade de partidos políticos ou frações destes em posições de poder, a UDN no caso brasileiro e o Partido Nacional no caso chileno.

#### 4.7 LEGITIMAÇÃO ECONÔMICA

As críticas desenvolvidas à teoria de Guillermo O’Donnell não renegam considerar o econômico como fator chave da legitimação do processo autoritário, enquanto grande parte da emergência destes regimes, se assume das nefastas consequências econômicas nas que emergem, portanto, a tarefa fundamental é restaurar a estabilidade econômica. Na teoria do Estado burocrático-autoritário, o núcleo fundamental se ampara a partir da internacionalização da econômica, pela necessidade do aprofundamento da estrutura econômica, mas, ao mesmo tempo, isto pode criar um processo de deslegitimação generalizada por causa de falta do componente nacionalista. Em tais circunstâncias, a última fase destes *Estados*, em vista de suprir tais necessidades, é a reincorporação seletiva de parte da burguesia nacional.

Segundo Guillermo O'Donnell, o caso brasileiro seria o tipo ideal no encaminhamento desse périplo, isto é, apesar das falências em torno do processo de ameaça com que se analisa, ainda assim, e principalmente para os exemplos da alta ameaça, não se sugere nenhuma transformação. Das interpretações apresentadas, a tese que se sugere, implica que noutros países não houve um processo de transformação econômica, considerando a falta de credibilidade dos juízes do capitalismo mundial como também das empresas internacionais. Por conseguinte, nessa linha de raciocínio, seria somente possível caracterizar o caso brasileiro no processo dicotômico de internacionalização/nacionalização, um exemplo do processo:

Os expurgos nas Forças Armadas durante o primeiro ano tiveram uma dupla função: eliminar todo o pessoal militar que estivera estreitamente associado ao governo anterior e estabelecer predominância da ESG e da extrema direita. Foi necessário eliminar militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se a políticas de intensificação da repressão declarada e de favorecimento das corporações internacionais. Era necessário a rápida eliminação de tais grupos das Forças Armadas. Por isso o maior número de expurgos ocorreu em 1964<sup>80</sup> [...] é também digno de nota que os maiores expurgos tenham ocorrido no Exército. A arma que mais efetivamente poderia desafiar os detentores do poder (ALVES, 2005, p. 64).

A interpretação da tese sugerida recentemente, com base nas conclusões dos trabalhos de Guillermo O'Donnell, seria desmitificada, pelo menos no caso chileno, de acordo com os trabalhos realizados pela historiadora chilena, Verónica Valdivia. A hipótese mais importante do livro da acadêmica chilena versa sobre a *um golpe depois do golpe* dentro do autoritarismo chileno devido a que os ideólogos do golpe de Estado chileno, dentro das Forças Armadas, ostentavam posições de cunho mais nacionalistas. No entanto, gradualmente, estas posições foram perdendo coesão e poder dentro da aliança golpista em favor da personalização de Pinochet e dos vínculos deste com o Chicago Boys:

Foram estas duas cosmovisões, estas duas formas de conceber a modernização, as que chocaram nas pessoas dos generais Leigh e Pinochet. O primeiro foi derrotado, e com ele a geração de oficiais que havia confiado o 11 de setembro de levar a cabo uma 'revolução espiritual', em mudar a mentalidade dos chilenos. Porque foram derrotados? Em grande medida porque ninguém acreditava em seu projeto corporativo: os trabalhadores os recusaram por considerá-lo um retrocesso, os empresários, pelo seu marcado estatismo e porque o Estatuto Social da Empresa e o Código do Trabalho davam, a seu juízo, demasiada participação aos trabalhadores, além disso, o Estatuto foi nos primeiros anos um requisito para recuperar as empresas que a Unidade Popular lhes havia estatizado, o qual muitos recusavam. Por outro lado, possibilitava a rearticulação da sociedade civil, particularmente dos setores populares, que foi parecendo cada vez mais atrativa para um general que

---

<sup>80</sup> Segundo a tabela colocada por Maria Helena Alves, os expurgos em 1964: Exército 505, Marinha 335 e Aeronáutica 360, entretanto, no período 1965-1967, no Exército 5, Marinha 9 e Aeronáutica 14. (ALVES, 2005, p. 65)

caminhava lentamente a se converter na encarnação do regime e que começava compartilhar os juízos daqueles que preferiam uma sociedade mais quieta. Pouco a pouco, o anticomunismo se foi transformando em sinônimo de desmobilização e desorganização social. Ao final da década de 1970, José Piñera, lhe ofereceria a modernização acorde a seus desejos. Por último, as próprias Forças Armadas permaneceram passivas da grande mudança: os generais que compartilhavam esse projeto foram se afastando – de forma voluntária ou não- e para 1977 ficavam poucos participante da conjura [...] Em síntese, houve uma modernização que se sobrepuja à outra: No caso aqui analisado o general Leigh e seus acompanhantes representavam um olhar acerca da tão ansiada modernização, o general Pinochet outra. O triunfo de uma delas, implicou o fim de uma etapa no pensamento das FF.AA – O Estado Benefator - e um vagaroso caminho para outro, ao Estado Subsidiário (VALDIVIA, 2003, p. 201)

Indistintamente, tanto Brasil como o Chile tenham iniciado um caminho de *reestruturação* econômica em que estes casos não se adaptam na linha teórica esboçada por Guillermo O'Donnell. No caso chileno, por exemplo, houve uma clara tentativa de eliminar todos os elementos de caráter nacionalista –em conformidade com o plano econômico apresentado pelos Chicago Boys- e que foi radicalmente oposto com respeito ao um tipo de Estado participante, Estado subsidiário. Como consequência, seus *mecanismos de legitimação* não versaram na reincorporação dos elementos nacionalistas à aliança golpista, diferentemente do caso brasileiro. No Brasil, sim, houve uma clara tendência logo após a internacionalização para a ampliação das tarefas estatais na economia, Anéis Burocráticos<sup>81</sup>, o que, em parte, confirma parcialmente da tese promovida pela teoria do Estado burocrático-autoritário.

Surge também a interrogante sobre o processo de uma nova estrutura econômica. Em conformidade com as leituras Guillermo O'Donnell, o Brasil teoricamente sim pode ser abordado como um Estado burocrático-autoritário, porém, e com base nos escritos de José Serra, em tal país não se especifica uma reestruturação total da matriz econômica entre as duas categorias temporais descritas pela teoria do Estado burocrático-autoritário. A Tese de Serra argui que o regime prévio ao autoritarismo, divergindo de O'Donnell, promoveu, com razoável eficácia, a realização dos grandes e complexos investimentos de aprofundamento da industrialização. Nesse sentido, as consequências, em parte, do golpe de Estado no Brasil descansam no seguinte postulado: “nos anos 50’, e particularmente, entre 1956 e 1961, parte *substancial* da ISI mais ‘difícil’ foi realizada e os problemas existentes se derivaram mais da complexidade de ‘digerir’ os resultados alcançados do que das limitações no avanço da substituição” (SERRA, 1979, p. 117).

---

<sup>81</sup> Conceito sugerido por Fernando Henrique Cardoso no Livro Autoritarismo e Democratização, Editora Paz e Terra S/A: Rio de Janeiro, 1975.

A crítica fundamental de Serra sobre o caso brasileiro é que houve uma subestimação dos avanços realizados em material de industrialização, além do mais, nega desse modo que a alternativa exclusiva para a ‘solução’ dos problemas de estagnação econômicos fosse o *aprofundamento*. As etapas do novo ciclo econômico no autoritarismo<sup>82</sup> inferem uma oposição à construção de um caminho lineal das economias latino-americanas, ao mesmo tempo, implicando em algumas hipóteses sobre a prática golpista e sua legitimação. Como em qualquer outro destes regimes, a principal fonte de legitimidade versa sobre os resultados econômicos. Nesse sentido, o boom econômico brasileiro sustenta parte da legitimidade de origem, “expressado na taxa de crescimento do PIB, a partir de 1968 até 1974, a que realmente foi vigorosa, cerca de 10% ao ano” (SERRA, 1979, p. 139). Concomitante, essa legitimidade de origem imbricou-se num processo de caráter político, entretanto, parte da crise se expressa em uma espécie de ‘descontrole da industrialização’, ou na exclusão das ofertas programáticas “que tentaram de levar a cabo uma redistribuição da renda e outras medidas do gênero” (SERRA, 1979, p. 124) sustentadas, por exemplo, na eleição indireta dos presidentes da República.

No caso chileno, entretanto, sim seria possível afirmar que se elaborou um processo de transformação fundacional da economia, simultaneamente do processo político, devido à ruptura total com respeito ao tipo de desenvolvimento econômico-político precedente ao golpe de Estado. Na literatura politológica, se caracteriza com frequência o processo em questão como revolucionário: “porque se tratou de um projeto de reestruturação global que rompe violentamente com a tradição da sociedade chilena, tanto no nível das relações econômicas como quanto à natureza do Estado, e, inclusive, as concepções ideológico-culturais predominantes” (VERGARA, 1983, p. 66). Deste modo, as consequência

---

<sup>82</sup> O aprofundamento não se constitui no eixo da política econômica ou no motor do crescimento nas duas primeiras fases ‘econômicas’ do regime (1964-1967: estabilização e 1967-1971: recuperação), foi conduzido de forma muito deficiente na terceira (1971-1974: auge) e só foi colocado como absolutamente prioritário na quarta fase (1974? declínio), depois de dez anos de autoritarismo. As dificuldades que caracterizaram o ingresso da economia nessa quarta etapa se deveram, primordialmente, às desproporções do crescimento anterior, derivadas do atraso relativo da produção de insumos intermediários e bens de capital, reproduzindo os desequilíbrios na integração vertical em escala ampliada ‘noutro nível’. Na verdade, o regime não mostrou nenhum talento especial para *aprofundar* a industrialização. Ao contrário, poderia se dizer, forçando um pouco os termos, que a) durante a época, em lugar de aprofundar-se, a industrialização se ‘desaproufundou’, ao menos em termos relativos, b) a consciência, bem como a necessidade objetiva e as tentativas definidas para aprofundar a industrialização, aparecem não no começo do regime, mas dez anos depois, como o resultado dos próprios problemas e contradições engradadas a partir de estilo de desenvolvimento que tendeu a prevalecer, c) aquela necessidade e as tentativas correspondentes tem constituído um dos principais fatores da relativa ‘desestabilização do recente regime Nos anos 50’, e particularmente, entre 1956 e 1961, parte *substancial* da ISI mais ‘difícil’ foi realizada e os problemas existentes se derivaram mais da complexidade de ‘digerir’ os resultados alcançados do que das limitações no avanço da substituição (SERRA, 1979, p. 116).

descansam além das políticas econômicas de um governo em particular senão também do tipo de competência política como da natureza em geral desse passado.

O autoritarismo chileno se apresenta assim como um processo de antinomia com respeito ao pretérito imperfeito, à ruptura do Estado de Compromisso para um de caráter subsidiário, em que a transição precisou da concentração de poder sem nenhum tipo de contrapeso político, inclusive dentro da FF.AA. Em oposição ao projeto global dos militares brasileiros, que conforme foi descrito, garantiu uma mínima participação aos setores contrários à aliança golpista. Por outro lado, o reduzido tamanho da economia chilena fez com que “qualquer transformação destinada a assegurar o desenvolvimento capitalista devia passar pela abertura da economia ao exterior e, portanto, por uma revisão radical da ‘aprofundamento’ do modelo anterior” (VERGARA, 1983, p. 67-68).

Entre as transformações econômicas, o Estado passou de ter um papel participante no desenvolvimento econômico ao de quase um mero fiscalizador<sup>83</sup> das relações econômicas, em que o papel dinamizador do desenvolvimento econômico se extrapola para os agentes econômicos privados –nacionais e internacionais. “A liberalização extrema dos mercados a redução do gasto e do emprego público, e a privatização da maior parte das empresas em poder do Estado, inclusive as áreas consideradas estratégicas tem significado reduzir drasticamente o tamanho e a esfera de ação estatal” (VERGARA, 1983, p. 73).

Assim, o eixo nodal do projeto fundacional se concebe da desestatização e privatização dos antigos ramos no qual o Estado, pelo modo como fazia parte, era por meio de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico. No plano internacional, tal estratégia se sustentou na exportação de matérias primas, principalmente, as associadas aos minérios. Entretanto, no plano interno, por meio da privatização e acumulação de capital através das antigas funções estatais: fundos de aposentadorias, saúde, educação entre outras. Em geral, e igual que o caso brasileiro, seu principal êxito veio acompanhada do êxito econômico – revolução silenciosa<sup>84</sup>. Por outro lado, veio das garantias que promovia no político: primeiramente, relegando as bases de um modelo econômico que era extremadamente propenso à ativação de demandas populares, concomitantemente, evitando no futuro

---

<sup>83</sup> A manifestação mais evidente da redução da importância do Estado como condutor do processo econômico a constituem a progressiva e quase total privatização das empresas estatais em poder da CORFO. Como consequência desta política, as empresas em poder da CORFO diminuíram de 480 em 1974 a 32 em 1979, vale dizer, muito menos que em 1970, quando eram 46. A fines de 1980, uma vez completado este processo, as empresas ficaram reduzidas a 15, as que se consideraram estratégicas para o desenvolvimento e a segurança nacional (VERGARA, 1983, p. 73).

<sup>84</sup> Livro do economista Joaquín Lavín, quem, explica desde uma posição favorecida no regime militar, as transformações econômicas no período autoritário e os benefícios para a aliança dominante. “Chile: Revolución Silenciosa”. Zig-Zag: Santiago de Chile, 1987.

possíveis cenários de estatização de empresas consideradas estratégicas, assim como de despolitizar sistematicamente as antigas formas de mediação entre o poder estatal e a sociedade.

Em síntese, e contrariamente aos pressupostos de Guillermo O'Donnell, essas novas formas de dominação, independentemente que sejam de um mero caráter teórico, não levaram os países incluídos na terminologia de Estados burocrático-autoritários para um lugar comum, em vista das trajetórias diferentes que assumem os dois países comparados. Diante desta carência da abstração, cabe interrogar para onde levaram os períodos caracterizados pela sistematização da violência. À luz das considerações apresentadas, no próximo capítulo, de forma sucinta, irá se ter por escopo reflexionar sobre a interrogante não respondida pela teoria de Guillermo O'Donnell.

## 5 EM BUSCA DESSE LUGAR COMUM

O surgimento deste capítulo configura-se da impossibilidade da teoria do Estado burocrático-autoritário na generalização para um mesmo estágio de desenvolvimento do conjunto de países comparados. De acordo com as análises realizadas neste trabalho, especificamente na comparação entre Chile e o Brasil, é possível mencionar que os casos englobados na teoria não são factíveis de generalização à luz das trajetórias opostas com que estes se consolidaram. Por isso, há a crença, igual que o cientista político norte-americano, George Philips, no equívoco de traçar “que as crise econômicas eram de certo modo ‘estruturais’ – ao contrário de resultar de uma crise política ou políticas falidas, - e que a restauração econômica radical era consequentemente necessária, de modo que a repressão era o caminho da reestruturação” (PHILIPS, 1984, p. 60).

Sobre esta ótica, no Brasil, por exemplo, não se demonstra que a incursão das Forças Armadas e os tecnocratas tenham cimentado um caminho fundacional em matéria econômica. Contrariamente ao caso chileno, no qual se evidencia uma clara intenção de reestruturar transversalmente todas as áreas econômicas e políticas em relação com a etapa anterior. Tal elucidação concerne implicitamente em uma crítica ao critério de analisar o processo político através de um percurso obrigatório e lineal em perspectiva dos diferentes caminhos adotados. Com base nas leituras de Guillermo O’Donnell, o termo reestruturação refere-se à mudança acumulativa que consiga certo tipo de desenvolvimento econômico consignado pela rota de uma matriz horizontal para uma de caráter vertical. Tal reestruturação implicaria que o *êxito econômico* possível versasse pela necessidade de criar bens de produção intermédios, assim como a instauração de um mercado de capitais. Essa ótica é liderada pelo assentamento de filiais internacionais e pela previsibilidade dos mecanismos de acumulação capitalista para a construção do mercado de capitais interno.

Em conformidade com essa linha argumentativa, nem o tipo de ideal da teoria Brasil, que marcaria a pauta nas etapas e padrões de desenvolvimento, torna-se possível de caracterizá-lo como um tipo de reestruturação, simultaneamente, há a não conformação do duo nos países categorizados como de alta ameaça, o que sugeriria a presunção de uma outra função para tal indicador. Tais casos, ao contrário dos de menor ameaça, – estes referentes à década de 60 – aludiriam noutra correlação explicativa-descritiva, fator que explicaria a negação da conformação do duo nos países de alta ameaça. Portanto, esse padrão suscitaria pensar que em situação de ameaça *moderada* os agentes do capitalismo mundial são propensos a se aliar no processo de *aprofundamento* enquanto se recusa a possibilidade dessa

aliança nos países de alta ameaça. Além do mais, se esconde uma outra correlação: os países com maior mercado interno seriam os únicos capacitados a levar a cabo dita transformação, sendo assim, o fracasso no caso da Argentina de 1976 responderia às consequências do autoritarismo da década anterior.

Em relação a esta última conjectura, relacionada ao fato que só o Brasil e a Argentina poderiam ser mercados o suficientemente atrativos para levar o processo de aprofundamento, Remmer e Merx apontam que tal indicador não toma em consideração as diferenças no sistema econômico entre a década de 60 e 70, de modo a argumentar que:

O colapso do sistema Bretton Woods, a perda de credibilidade do dólar, o surgimento do mercado privado de moeda e a conseguinte expansão dos prestamos aos países menos desenvolvidos são fatores que têm contribuído a esta tendência e criado importantes diferenças entre as políticas estabilizadoras dos anos sessenta e setenta. O incremento da liquidez internacional também coincidiu com e, até certo ponto estimulou, a perda de confiança na política da ISI do passado. Tais mudanças complicaram ainda mais as comparações entre alta e baixa ameaça (REMMER; MERKX, 2013, p. 171).

Outra das incongruências de teor teórico no Estado burocrático-autoritário nasce da distinção entre Estado e regime, afetando o conjunto de países englobados e comparados na teoria, ou seja, inclusive os que não procuraram o *fortalecimento da industrialização*. Nesse sentido, não necessariamente se precisaria transitar para um Estado burocrático-autoritário no suposto *de fase culmine* dos percursos econômicos das economias latino-americanas. Segundo Ricupero, e com base na distinção de Fernando Henrique Cardoso:

Um Estado capitalista dependente não precisaria ser necessariamente autoritário. Da mesma forma, iguais políticas econômicas poderiam conviver em diferentes regimes autoritários ou democráticos [...] Em suma, seria impossível identificar de maneira direta, a forma do regime político e o desenvolvimento capitalista (RICUPERO, 2014, p. 97-98).

Em concomitância com as críticas anteriores, além do mais, o rumo comum que promoveria o autoritarismo, não parece ser exclusivo destes regimes. A inflexão da internacionalização não evidencia ser sintomática dos ‘regimes burocrático-autoritários’. Em concordância com essa elucidação, José Serra menciona que “por esse caminho não é possível explicar porque não se implementou nenhum burocrático-autoritário em alguns países onde a internacionalização do mercado tem ocorrido –por exemplo, Colômbia e Venezuela-” (SERRA, 1979, p. 102).

Albert Hirschman é um dos cientistas sociais que se preocupa pela busca de determinantes econômicos para entender as incidências que irrompem na senda do advento

autoritário. Em tal sentido, ele procura compreender porque na América Latina a expansão econômica não se originou em concomitância com os valores resultantes e emergidos das potências centrais, por exemplo, na liberdade individual, mas “na existência um laço íntimo e uma relação necessária entre as duas coisas: tortura e indústria” (HIRSCHMAN, 1979, p. 67). Não obstante, alega a reformulação da teoria de Estado autoritário-burocrático, pois, de acordo com ele, este tipo de análise não encontra uma saída teórica sustentável. Perante tal quadro, Hirschman elabora uma tese de superação ao papel do *aprofundamento* exposto na teoria de Guillermo O’Donnell:

Este é a necessidade de um conjunto de políticas econômicas mais ortodoxas após a ISI ter sido perseguido por algum tempo através da bem conhecida, mais muito pouco ortodoxa, combinação de inflação, supervalorização do meio circulante, rigorosos controles quantitativos às importações e algum financiamento estrangeiro sob a forma tanto de ajuda como de capitais privado (HIRSCHMAN, 1979, p. 76).

A tese de Hirschman descansa na diminuição da velocidade da industrialização originada por ‘problemas’ mais amplos, em um sentido de quantidade, em relação à interpretação do Estado autoritário-burocrático. Entre tais problemas, coloca a perda do valor no mercado internacional dos produtos de exportação tradicional, no plano doméstico, entretanto, argumenta que “os primeiros sucessos inesperados da fase ‘fácil’ da industrialização podem ter levado a uma superestimava da ‘elasticidade’ da economia. [...] Levando acentuar a baixa propensão dos formuladores políticos de se submeterem às restrições econômicas *normais*” (HIRSCHMAN, 1979, p. 71-72). Por outro lado, assume que o verdadeiro conflito ideológico da época pelos *formuladores políticos e praticantes do golpe* “foi pela inflação, a que foi atribuída à incompetência, prodigalidade e incapacidade de resistir às pressões populistas dos governos pré-golpe” (HIRSCHMAN, 1979, p. 79).

Por outro lado, o autor discorre também sobre os sintomas mais estruturais. Neste ponto, faz referência aos tecnocratas e suas inclinações relativas para um certo tipo de economia. Porém, e em relação ao ponto anterior, tais medidas não coincidem com as temáticas de um *aprofundamento* da estrutura socioeconômica. Como contraste disso, argumenta sobre as distorções habituais no mercado, principalmente, a inflação. Neste ponto em particular, Albert Hirschman esclarece:

Se torna aparente que o *aprofundamento* não fazia parte do clima ideológico que preparou o terreno para as políticas de transição: logicamente os analistas da proteção efetiva deviam ter recomendando, pelo menos ocasionalmente, o *aprofundamento* da estrutura industrial, mas eles nunca fizeram isso porque essa recomendação não combinava com suas premissas ideológicas e intenções (HIRSCHMAN, 1979, p. 81).

O autor inclina-se pelo advento do autoritarismo mais no sentido da aplicação de uma série de políticas ortodoxas em alguns casos, não necessariamente um ambiente político autoritário. Sobre os casos estudados na seguinte proposta investigativa, Hirschman considera que:

No Chile pró-Allende, as políticas de transição, particularmente com relação ao estabelecimento de taxas de câmbio mais realistas através da minidesvalorizações e subsídios às exportações, fizeram seu aparecimento na década de 1960, durante o governo de Frei. O Brasil é obviamente o país que combina melhor com a hipótese de que é necessário um regime autoritário para realizar a transição (HIRSCHMAN, 1979, p. 82).

As considerações de Albert Hirschman, nas palavras de David Collier, mostram “um espectro de tipos diferentes de interação entre regime e mudança política que atravessaram uma distinção autoritário-burocrático/não-autoritário-burocrático” (COLLIER, 1979, p. 344). Perante as críticas de caráter acadêmico e frente ao rumo das economias compreendidas, Guillermo O’Donnell, na sua última tentativa de emendar o conjunto de padrões post-golpes, adverte para a seguinte reconsideração: “*o papel do Estado desenvolvimentista leva adiante o processo do nacionalismo*”. Ainda assim, as sugestões do cientista político argentino se tornam insuficiente em relação às críticas vertidas nos parágrafos precedentes. Por conseguinte, os regimes autoritários, na ótica economicista, não levam para nenhum lugar comum, pelo menos, o especificado na teoria do Estado burocrático-autoritário.

A abordagem estudada demonstra a incongruência da teoria de um tipo de desenvolvimento econômico lineal. Como consequência, o dito determinismo torna-se insatisfatório em vista que as generalizações realizadas nesta teoria não se adaptaram aos percursos dos países examinados, perante tais déficits, ademais das outras críticas aludidas, é possível ainda generalizar o processo em questão? Simultaneamente, que fatores explicam que alguns países tenham precisado recorrer à sistematização da violência em oposição a outros? É possível argumentar o processo como a fase culmine ou final nos países periféricos mais desenvolvidos?

Os casos de Brasil e o Chile demonstram que de nenhuma maneira o aprofundamento da matriz econômica foi a *conditio sine qua non* para a vigência do capitalismo na região, especificamente, para os casos referidos pela terminologia de Estado burocrático-autoritário, assim como para o resto de países na América do Sul. Por outro lado, identificavam-se importantes mudanças nas estratégias de desenvolvimento, as que variaram de medidas ortodoxas sem uma ruptura de regime para formas mais brutais e violentas, como as que representaram os casos de restauração ou reestruturação do modelo econômico.

As correspondências nestes autoritarismos relacionadas às mudanças dos tipos de autoritarismos – caudilhismos versus Forças Armadas, a sistematização da violência-negação da política e despolitização-, institucionalização de órgãos estatais repressivos através da criação de polícias secretas, entre outras variáveis, respondem desde nosso critério a mudanças por fatores externos e internos. No plano externo, referentes às mudanças do contexto internacional – Guerra Fria-, concordando com os novos dispositivos e desafios de segurança hemisféricos patrocinados e promovidos pelos Estados Unidos –ancoradas na doutrina Monroe- e contextualizadas em resposta à Revolução Cubana de 1959. Também algo proveniente de diferentes mecanismos, como a Escola das Américas (inflexão da visão das FF. AA na região, por exemplo, na intervenção institucional em conjunto das Forças Armadas no controle do poder político e na doutrina do ‘*Inimigo Interno*’), na Aliança pelo Progresso, assim como na aberta intervenção norte-americana nos golpes de Estados que azotaram a região.

No plano interno, em relação às análises, as correspondências não podem ser derivadas do aprofundamento da estrutura econômica tampouco da não internacionalização da economia. Esta última consideração se dá em função da situação autoritária não se tornar indispensável para esse rumo. Por outro lado, devido aos diversos rumos que se evidenciam a internacionalização dos mercados nacionais. A partir das diferentes trajetórias dos países latino-americanos, é difícil consignar o trânsito para um lugar comum – estágio de desenvolvimento-, não obstante, uma conjectura projetada em função das comparações entre os casos de Brasil-Chile, poderia augurar algumas hipóteses possíveis.

A principal dessas hipóteses versa sobre o fim de um ciclo dentro das possibilidades programáticas na região, assim sendo os países atravessados por experiências fundadas na violência incitariam a pensar que, em tais circunstâncias, houve um cenário político-ideológico e econômico mais propenso para dita *ameaça*. E, portanto, mais difícil de controlar, erradicar ou, com efeito, relegá-la em posições subalternas. No plano político, aponta-se à tese do fim do ciclo do populismo como forma de governo, assim como a amputação dos sistemas eleitorais competitivos que pudessem fornecer a possibilidade de projetos anticapitalistas ocuparem posições de poder, conseqüentemente, as respostas dos regimes autoritários são claras nestas matérias. No ideológico, conjuntamente com o processo de competência eleitoral, se implica da ruptura das mediações entre o Estado e sociedade, tentando apagar todos os vestígios que pudessem rearticular sua emergência, inclusive no caso brasileiro, onde existiu a obrigatoriedade de extinguir o nome dos antigos partidos políticos. No econômico, impedir as travas para o ingresso de capitais internacional, evitar a

taxação de acumulação da Ets como também erradicar todas as ameaças que confluem contra o tipo de dominação capitalista e suas previsibilidade.

Acredita-se que o rumo teórico que emendou Guillermo O'Donnell à estruturação econômica plasmou-se na tentativa de um processo irreversível que, na sua fase póstuma, Estado burocrático-autoritário, configuraria a fase final do desenvolvimento dos países mais modernizados da periferia. Esta interpretação seria esboçada à luz das correntes com que cimentou a trajetória do desenvolvimentismo latino-americano, Cepalista – Teoria da Dependência. Sobre as presunções da primeira escola de pensamento, talvez seja possível afirmar a espécie de um tipo de cooptação dos esforços industriais na América Latina por parte dos agentes do capital internacional, assim como as constantes pressões deles em limitar, controlar ou evitar os ritmos desta. Com respeito à teoria da dependência, se expressa na complacência das *classes clientelistas* se associarem em benefício pessoal/setorial com as Ets. Porém, contrariamente de Faletto e Cardoso, não encerra a possibilidade da interpretação exclusivamente em dita classificação. Entendendo a teoria do Estado burocrático como a concepção intermediária entre ambas as interpretações, isso corresponderia de um processo gradual em que primeiramente existiria uma ruptura do projeto populista e uma fricção de classe nacionalistas/internacionalistas, especificamente em situações de alta modernidade, mas, não necessariamente no fim da alternativa nacionalista.

A fase culmine do capitalismo latino-americano, em termos globais, se sustenta em O'Donnell não da tese do aprofundamento, senão da posição subalterna das alternativas programáticas de corte nacional-popular ou de agendas programáticas anti-imperialista dos países mais industrializados na região. No cenário *acumulativo* da estruturação econômica, esta expressar-se da posição subalterna das burguesias nacionais em relação à divisão da acumulação nos mercados internos. Porém, e em vista dos diferentes périplos econômicos tanto em regimes democráticos como autoritários, somente é possível argumentar a primeira suposição como exclusiva da teoria dos Estados burocrático-autoritários.

A emergência dos Estados burocrático-autoritários configura-se da *normalização da economia*, assim como da restauração da ordem. A respeito deste último ponto, vislumbra-se na teoria de uma espécie de caráter cíclico da *sociedade*, em uma primeira etapa, caracterizada pela desativação. A partir dos avanços da industrialização, configura-se sua antípoda – ativação política –, e, derivada desta última, um processo de contra-ativação. As experiências autoritárias descritas pelo cientista político argentino conjecturavam que as tentativas da negação e despolitização da política corresponderiam a um momento circunstancial da história latino-americana em concordância com as transformações

econômicas necessárias para a continuidade de um tipo de dominação. Porém, o projeto fundacional chileno rompeu com esse paradigma ao institucionalizar uma série de medidas que projetam-se em um tipo de despolitização permanente.



## 6 CONCLUSÃO

O presente objeto de estudo teve por finalidade analisar as trajetórias políticas, econômicas e sociais da América Latina, especificamente, a correspondência entre o avanço de certa estrutura socioeconômica e suas vinculações com os *novos regimes autoritários*. Em termos gerais, a discussão teórica baseou-se na interpretação da Teoria do Estado burocrático-autoritário visando a compreensão de seus aspectos constitutivos tais como a estruturação econômica e suas incidências políticas, ou seja, a análise dos padrões de mudança tanto na direção para formas autoritárias de dominação como os padrões que determinariam as etapas subsequentes para a consolidação da nova constelação de poder. Focalizando na comparação dos conceitos e correlações associadas às experiências do caso chileno e brasileiro.

Independentemente dos resultados parciais na teoria do Estado burocrático-autoritário de Guillermo O'Donnell os seus trabalhos são de vital importância para a reflexão acadêmica regional enquanto seus estudos, ao ser um dos primórdios da política comparada na América Latina, se convertem em uma ferramenta que permite comparar certos padrões estáveis - mantendo viva a teoria dos regimes autoritários na região-, e em algo mais, em vista que a herança teórica possibilita também debater, dentro dos parâmetros da sua teoria, *um novo lugar de desenvolvimento socioeconômico*. A grande descoberta nesta matéria se desprende da predição dos golpes de Estados no Uruguai e no Chile, ambos em 1973, não obstante, parafraseando a David Collier, *servindo e nos orientando só como 'guia' para a abordagem dos autoritarismos latino-americanos*.

De acordo com as reflexões realizadas na presente pesquisa, a crítica à abstração teórica é concebida em três áreas: às referentes aos padrões de direção, aos padrões pós-golpes, por último, às relativas ao novo estágio de desenvolvimento. Os padrões economicistas de direção confrontados com padrões de estabilidade de segunda categoria, em particular, os da competência política, demonstram que os sistemas políticos inclusive os classificados em zonas periféricas da econômica mundial, também contam com mecanismos institucionais que garantem, em diferentes graus, a estabilidade política. Desta forma, e relacionado às variáveis endógenas, refutando a ideia que a flutuação dos indicadores econômicos e a reestruturação da economia mundial sejam as fontes exclusivas e catalisadoras das rupturas institucionais no continente.

Em relação à consolidação de um tipo de Estado burocrático-autoritário, a teoria consigna só a internacionalização da estrutura produtiva interna como a *conditio sine qua non*

do caminho fundacional, entretanto, para os outros casos, a interpretação elucidada concerne um tipo de dominação política amparado na violência e fundamentado na inviabilidade de se legitimar da reestruturação econômica por causa dos indicadores de ameaça previamente ativados. Nesse sentido, para tais casos, os conflitos associados à divisão de classe e a decorrente impugnação às relações de dominação capitalista implicariam que a restituição da dominação seria somente possível através da *consolidação* da sistematização da violência, ou seja, na negação da política e na despolitização.

As críticas vislumbradas apontam não necessariamente para a existência de uma *afinidade eletiva* entre um regime burocrático-autoritário e a internacionalização do mercado interno. Consequentemente, a descoberta e implicações de um terceiro indicador de ameaça, não sustenta a tese da inviabilidade dos países com menor mercado terem iniciado um processo de reestruturação econômica. Seguindo essa linha de pensamento, não parece razoável o suposto da *administração de crise* exclusivamente na mobilização dos aparatos coactivos do Estado, no entanto, inclusive em regimes autoritários, devem-se procurar *instâncias mediadoras* além da mera violência.

Essas *instâncias mediadoras* são entendidas como um movimento pendular entre a procuração de mecanismos que justifiquem certa estabilidade ao regime e a ativação sistemática da violência de acordo com certos contextos e à *necessidade* da aplicação. Nesse sentido, as transformações institucionais e o vigor delas, demonstram que a busca de legitimação desses autoritarismos não se baseou exclusivamente em uma dimensão econômica, ao mesmo tempo, pelo menos no sentido institucional, as experiências de Chile e do Brasil coincidem em que a reestruturação do poder político responde e se ancora num tipo de legitimidade histórica que, ao contrário da legitimação econômica, concede a estabilidade como um processo e não como a administração de uma crise, derivada dos vaivéns econômicos.

A interpretação da teoria do Estado burocrático-autoritário alude que as continuidades estruturais no modelo de produção, mediante a instauração e imposição da força, implicariam a expansão dos mercados internos mais industrializados da região, porém, concomitantemente sua emergência aludiria também a uma espécie de fase final de tal desenvolvimento. Por um lado, o aprofundamento da matriz industrial se diferenciaria de outros países periféricos, mas, ao mesmo tempo, herdando uma zona de fricção entre as indústrias nacionais e as internacionais, não obstante, em favor destas últimas.

Sobre essa dimensão teórica, e à luz das trajetórias assumidas pelos casos comparados – Chile e Brasil –, não é possível caracterizar as experiências mencionadas por Guillermo

O'Donnell como fenômenos de uma mesma natureza enquanto à inexistência de uma correspondência estrutural nesta matéria. Em outros termos, da inviabilidade do encontro de um lugar comum de desenvolvimento para os países englobados na teoria. A senda acumulativa da estrutura econômica não pode ser ponderada como um processo irreversível, apesar disso, encontram-se algumas correspondências estruturais como a busca de maior previsibilidade econômica, tecnocratização do discurso político, a perda entre uma categoria temporal e a outra das mediações entre Estado e sociedade assim como o caráter cíclico entre desativação e ativação *popular*.

Nesse sentido, a nova significação à teoria de Guillermo O'Donnell, define o périplo analisado em mais que a instauração de um mesmo estágio de desenvolvimento comum cuja correspondência estrutural deve ser concebida como o fim de um ciclo, especificamente, a derrota das ideias nacionais-desenvolvimentistas para uma posição subalterna na região. Portanto, os autoritarismos contemporâneos são mais que um parêntese da história política do continente enquanto seus enclaves autoritários, – transformações socioeconômicas, políticas e institucionais, procuram eliminar, controlar ou evitar um tipo de forma de fazer política, de manejo econômico e de mobilização social. Em síntese, se legando uma forte carga no percurso de redefinição entre o Estado e sociedade no retorno à democracia.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e Sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Bauru, 2005.
- ARRIAGADA, Genaro. **El Pensamiento Político de los Militares**. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Socioeconómicas (CISEC), 1984.
- ARRIAGADA, Genaro; GARRETON, Manuel A. **América Latina a la Hora de las Doctrinas de la Seguridad Nacional**. In: Las Fuerzas Armadas en la Sociedad Civil. Santiago de Chile, Centro de Investigaciones Socioeconómicas (CISEC), 1978.
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. As Três Interpretações da Dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.
- CAÑAS, Enrique. **El Proceso Político en Chile: 1973-1990**. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Da Caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina**. In: O Novo Autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- CASTIGLIONE, Rosana; FUENTES, Claudio. **Política Comparada sobre América Latina Teorías, Métodos y Tópicos**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2015.
- COLLIER, David. **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- CONSTABLE, Pamela; VALENZUELA, Arturo. **Una Nación de Enemigos: Chile Bajo Pinochet**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.
- DIAZ, Alejandro. **La Concepción del Estado en Guillermo O'Donnell. Apuntes para Nuevas Interpretaciones en el 2011**. 2001. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000282.pdf>> Acesso em: 5 de janeiro, 2015.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand; SOARES, Otávio. **As Forças Armadas e a Política**. In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GARRETON, Manuel Antonio. **El Proceso Político Chileno**. Santiago: FLACSO, 1983.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada, As Ilusões Armadas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, segunda edição, 2014.

GAZMURI, Jaime. **El Sistema de Partidos Políticos en Chile en la Década de Sesenta**. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.

GERMANI, Gino. **Etapas de la Modernización en América Latina**. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 9. n. 33, 1969.

HIRSCHMAN, Albert. **A Mudança para o Autoritarismo na América Latina e a Busca de suas Determinantes Econômicas**. In: *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWN, Eric. **El Asesinato de Chile**. In: *Ecos Mundiales del Golpe de Estado: Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

HOLT, Tomas Jocelyn. **Os intelectuais e a Política na América Latina**. In: *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Rio de Janeiro, Brasil: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2004.

HUNEEUS, Carlos. Elecciones No Competitivas en las Dictaduras Burocrático-Autoritarias en América Latina. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas - REIS**, n. 12, p. 101-138, 1981.

HUNEEUS, Carlos. La Dinámica de los 'Nuevos Autoritarismo': Chile en una Perspectiva Comparada. **Revista de Estudios Políticos (nueva época)**, n. 54, Noviembre-Diciembre, 1986.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975.

JOIGNANT, Alfredo; NAVIA, Patricio. **Ecos Mundiales del Golpe de Estado: Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013

KAUFMAN, Robert. **Mudança Industrial e Governo Autoritário na América Latina. Uma Crítica Concreta ao Modelo Autoritário-Burocrático**. In: *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

LANDSBERGER, Henry A.; McDANIEL, Tim. **Hipermovilización en Chile, 1970-1973**. In: *Ecos Mundiales del Golpe de Estado: Escritos sobre el 11 de septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

TORRES, Isabel; MOULIAN, Tomás. **Sistema de Partidos en Chile en la Década de Sesenta: Antecedentes Históricos**. Santiago de Chile: FLACSO, 1989.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritário Burocrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

O'DONNELL, Guillermo. **Apuntes para una Teoría del Estado**. Disponível em: <<http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/O%20DONNELL%20Guillermo%20-%20Apuntes%20para%20una%20teoria%20del%20estado.pdf>> acesso em: 25 de agosto, 2015.

O'DONNELL, Guillermo. **Autoritarismo y Modernización**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

O'DONNELL, Guillermo. **¿Y a Mi que me Importa? Notas Sobre Sociabilidad y Política en Argentina y Brasil**. *Working Paper 9*, Notre Dame: Univ. Of Notre Dame, Helen Kellogg Institute, 1984.

O'DONNELL, Guillermo. **Relexiones sobre los Patrones de Cambio en el Estado Burocrático-Autoritario**. In: *Ecos Mundiales del Golpe de Estado: Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

O' DONNELL, Guillermo. **Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia**. In: *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

PHILIPS, George. **Autoritarismo Militar en América del Sur; Brasil, Chile, Uruguay y Argentina**. *Foro Internacional*, Ciudad de México. n° 97, julio-septiembre, 1984.

PRATS, Carlos. **Memorias y Testimonios de un Soldado**. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 1985.

REMMER, Karen L. MERKS, G. W. **El Autoritarismo Burocrático Revistado**. In: *Ecos Mundiales del Golpe de Estado: Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

RICUPERO, Bernardo. Da Estrutura à Agencia. Momento da Interpretação de Guillermo O'Donnell sobre o Autoritarismo Latino-americano. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**. Dossiê: Pensamento Social, Desenvolvimento e Desafios Contemporâneos. v. 4, n. 2, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SERRA, José. **Três Teses Equivocadas Relativas à Ligação entre Industrialização e Regimes Autoritários**. In: *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

SILVA, Roberto. **Historias del 11 de Septiembre de 1973**. Santiago de Chile: Catalonia – El Observador, 2013.

VALDIVIA, Verónica. **El Golpe Después del Golpe: Leigh vs Pinochet, Chile 1960-1980**. Santiago de Chile, LOM ediciones, 2003.

VALDIVIA, Verónica. Estatismo y Neoliberalismo: Un Contrapunto Militar Chile 1973-1979. **Revista Historia**, Santiago de Chile. n. 34, 2001.

VALENZUELA, Arturo. **El Quiebre de la Democracia en Chile**. Santiago de Chile: FLACSO, 1989.

VERGARA, Pilar. Las Transformaciones del Estado Chileno bajo el Régimen Militar. In: Chile 1973 - 198? Santiago, **Revista Mexicana de Sociología Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales**. Flacso, 1983.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.